ANO: 1959

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RELATÓRIO

1959

Seção de Publicações do Serviço de Documentação

RELATÓRIO

DO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

1959

APRESENTADO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, PELO SENHOR HORACIO LAFER, MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Seção de Publicações do Serviço de Documentação

ÍNDICE

	Págs.
I — INTRODUÇÃO	1
II — EXPOSIÇÃO	11
ASSUNTOS POLÍTICOS	13
Nações Unidas	15
Argentina	17
Portugal	18
África	19
Proteção dos interêsses haitianos em Cuba	20
Proteção dos interêsses portugueses na Índia	21
Criação de Missões diplomáticas	22
Visita do Presidente Sukarno e da Ministra Golda Meir	23
Visita do Chanceler da Colômbia	24
Visita do Chanceler do Equador	26
Visita do Deputado Jóvito Villalba	27
Serviço de Relações com o Congresso	29
Atividades Culturais	30
Institutos culturais, centros de estudo e cátedras no exterior	30
IV Colóquio de Estudos luso-brasileiros na Bahia	33
Semana de Estudos Americanos da Universidade do Brasil	33
Comissão Educacional do Ministério das Relações Exteriores	34
Bolsistas estrangeiros	34
Concessão de matrícula a estudantes latino-americanos em Universidades brasileiras	35
Auxílio a estudantes brasileiros no exterior	35
Prêmio Itamaraty	35
Entidades culturais estrangeiras a que foram concedidas subvenções	36

Págs.

Acôrdos culturais 36
Setor de divulgação 37
Publicações, livros e revistas 37
Música e discos 38
Filmes e cinematografia 39
Dispositivos e fotografias 40
Exposições 41
Congresso Extraordinário da Associação Internacional de Críticos de Arte 43
Visita de personalidades e intercâmbio de pessoas 44

Cerimonial 47
Homenagens no Itamaraty 51
Alterações nas chefias das Missões diplomáticas acreditadas no Rio de Janeiro 55
Credenciais 56
Credenciais e revocatórias 57
Cartas de Gabinete e de Chancelaria 62
Expedientes da Divisão do Cerimonial 66
Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul 67

Atos, Congressos e Conferências Internacionais 84
Atos internacionais ratificados pelo Brasil 94
Atos internacionais assinados pelo Brasil 96
Atos internacionais promulgados pelo Brasil 104
Decretos tornando públicas ratificações e adesões . . 105
Adesões a atos internacionais 106
Exposições de motivos sôbre atos internacionais . . . 107
Decretos legislativos relativos a atos internacionais 110

Fronteiras 114
Fronteira Brasil-Venezuela 114
Fronteira Brasil-Guiana Francesa 115
Fronteira Brasil-Bolívia 117
Fronteira Brasil-Paraguai 118
Fronteira Brasil-Uruguai 119

ASSUNTOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS 121
Introdução 123
Atuação nos Organismos Internacionais 124
Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio 124
Conselho Econômico e Social 125

Págs.

Comissão Consultiva Permanente sôbre o Comércio Internacional de Produtos de Base 126
Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura 127
Organização dos Estados Americanos e Conselho Interamericano Econômico e Social 129
Transportes e comunicações 130
Energia nuclear 131
Café 133
Convênio Latino-americano do Café 133
Convênio Internacional do Café 134
Grupo de Estudos do Café 136
Algodão 137
Açúcar 138
Operação Pan-Americana 139
Relações econômicas com os países da Europa, Ásia, África e Oceania 141
Área bilateral 141
Missão especial ao Sudeste da Ásia 142
Missão comercial à União Soviética 144
Sistema brasileiro de pagamentos multilaterais 145
Comunidade econômica européia 147
Visita do Ministro das Finanças e Negócios Econômicos da França 148
Visita do Ministro de Comércio da Noruega 150

Relações econômicas com os países da América 151
Integração econômica latino-americana 151
Argentina 156
Chile 157
Equador 157
Venezuela 158
Paraguai 158
Estados Unidos da América 159
Cooperação econômica e técnica 160
França 161
Alemanha 162
Equador, Colômbia e Peru 162
Irã, Japão e Israel 163
Estados Unidos da América 164

ASSUNTOS CONSULARES E DE PASSAPORTES 167

Págs.

SERVIÇOS CONSULARES 169
Consulados brasileiros 169
Criação de Repartições consulares 171
Nomeação de Cônsules honorários 173
Consulados estrangeiros 174
Renda consular 174
Reconhecimento de firmas 174
Importações 175
Assuntos gerais 176
Movimento estatístico 178

Passaportes 179
Acôrdos sôbre vistos 180
Argentina 180
Áustria 181
Bélgica 182
Dinamarca 183
Finlândia 183
Grécia 183
Noruega 184
Países-Baixos 184
Suécia 185
Visto permanente 185
Correspondência 188
Estatística 188

Imigração 190
Divisão de Imigração 190
Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias 190
Ano Mundial do Refugiado 191
Visitas 193
Comitê Executivo do ACNUR 193
Convenção sôbre o Estatuto dos Refugiados 194
Acôrdos de Imigração 194

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS 197
Pessoal 199
Mapa estatístico dos trabalhos da Divisão do Pessoal ... 201
Material 203
Mapa estatístico dos trabalhos da Divisão do Material .. 206
Orçamento 207
Proposta orçamentária 207
Execução orçamentária 209

Págs.

Comunicações 214
Movimento de telegramas 215
Malas diplomáticas 215
Carteira de Saída 217
Serviço de Expedição 218
Seção de Multiplicação 218
Mesa telefônica 221
Cartas-telegramas 222
Mecanografia 222
Arquivo 224
Serviço de documentação 228
Biblioteca 228
Medalha de Guararapes 228
Exposição Euclides da Cunha 229
Aquisição 231
Empréstimos 232
Catalogação 232
Classificação 233
Bibliografia e referência 233
Periódicos 233
Biblioteca especial da ONU 234
Mapa estatístico 235
Mapoteca 236
Catalogação 236
Movimento de consultas e requisições 237
Colaboração com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia 237
Catálogo descritivo dos mapas manuscritos antigos referentes ao Brasil colonial 237
Arquivo histórico 238
Catalogação 238
Informações 238
Pesquisadores estranhos à Casa 238
Pesquisadores da Casa 238
Livros editados por particulares e documentados no Arquivo Histórico 239
Exposições 239
Visitas 239
Certidões 240
Atos Internacionais 240
Estatística do movimento do Armazém e Casa Forte 240
Tratados. Acôrdos e Convenções 240
Seção de Publicações 241

Págs.

Gabinete Fotográfico e Fotostático 243

DIVERSOS 245

Consultoria Jurídica 247

Museu Histórico e Diplomático 253

Instituto Rio Branco 256

Funcionamento dos cursos 256

Exame de admissão ao Instituto Rio Branco 260

Pesquisas e publicações 263

Biblioteca 263

Demonstrativo dos gastos do Instituto Rio Branco .. 266

SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO 267

Consêrto da coluna de mármore da escadaria principal do Palácio Itamaraty 267

Terreno da «Maison de France» 268

Ar condicionado nos salões de banquete e almôço .. 268

Entrada de automóveis no Palácio do Itamaraty .. 268

Chancelaria em Camberra 269

Chancelaria em Washington 269

Instalação de microfilmagem 270

Monumento Yukio Ozaki 270

Obras na Embaixada em Bruxelas 270

Pintura na ala esquerda e nos salões do Palácio Itamaraty 270

Andar novo no prédio da rua Visconde da Gávea .. 271

Sede da Embaixada em Beirute 271

Prédio definitivo para o Ministério das Relações Exteriores em Brasília 271

Instalação provisória do Ministério das Relações Exteriores em Brasília 272

COMISSÃO DE ESTUDOS DOS TEXTOS DA HISTÓTRIA DO BRASIL 273

INTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E CULTURA 274

Visitas 274

Comissões Estaduais 275

Oriente-Ocidente 276

Criação no Brasil da Comissão encarregada do projeto maior sôbre Educação Primária 277

Antropologia (VI Reunião) 277

O ano folclórico 278

Comissão de Teatro 279

II Concurso «Cientistas de amanhã» 279

Publicações da UNESCO 279

INTRODUÇÃO

Senhor Presidente,

Tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência o relatório das atividades do Ministério das Relações Exteriores durante o ano de 1959.

Em 4 de agôsto do mesmo ano, ao receber das mãos do meu eminente predecessor, Embaixador Francisco Negrão de Lima, a direção desta pasta, salientei que, no meu entender, a Operação Pan-Americana devia continuar a ser uma das preocupações centrais da Chancelaria brasileira, uma vez que encerra e resume tôda uma política, que nos compete desdobrar em seus múltiplos e fecundos aspectos. Salientei que a Operação Pan-Americana não exclue, ao contrário, torna ainda mais viva para cada país do Continente a obrigação de buscar a solução de seus problemas de ordem bilateral e de intensificar a luta pelo desenvolvimento no plano interno.

Os aspectos principais da fase de execução da Operação Pan-Americana, em 1959, foram a Segunda Reunião do Comitê dos 21, realizada, em Buenos Aires, a aprovação, pelo Conselho da OEA, das resoluções votadas, a preparação da Conferência de Quito e a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Na Segunda Reunião do Comitê dos 21, o Brasil propugnou a necessidade de se estabelecerem metas quantitativas de desenvolvimento e de se fazer um levantamento dos meios necessários para atingí-las num prazo pré-estabelecido. As resoluções tomadas nessa reunião e aprovadas posteriormente pelo Conselho da OEA representarão, quando imple-

mentadas, o mais completo estudo já realizado sôbre a economia latino-americana e seus problemas básicos.

Foram feitos estudos preliminares para a Conferência Interamericana de Quito, que deverá representar um marco significativo da nossa política continental.

Inspirada nos postulados da Operação Pan-Americana, realizou-se em Washington, de janeiro a abril de 1959, com a participação das 21 repúblicas americanas, uma conferência para a negociação e redação do instrumento constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Nessa reunião, graças aos esforços envidados pela Delegação do Brasil, o capital de 850 milhões de dólares proposto pelos Estados Unidos da América foi elevado para 1 bilhão de dólares com previsão do aumento de 500 milhões de dólares após três anos de funcionamento da instituição, assim como foi reduzida para 50% a parcela em dólares da contribuição de cada membro.

Sou de parecer que êste Ministério deve conquistar mercados novos para as exportações brasileiras, a fim de não ficarmos prisioneiros de um círculo limitativo por nós próprios traçado e que nos impeça de aproveitar as colaborações que forem mais úteis ao desenvolvimento do Brasil. Por isso mesmo, tenho dado especial atenção ao incremento das correntes de intercâmbio comercial com os países estrangeiros. Uma vez que o nosso crescimento industrial nos compele a um certo número de importações essenciais, somos também obrigados a dinamizar as nossas atividades de comércio exterior, a caminhar ao encontro dos que podem comprar o que produzimos.

Nessa ordem de idéias, cumpre destacar o envio de uma Missão Comercial à União Soviética a fim de estudar as possibilidades de relações comerciais diretas entre os dois países.

Com o propósito de tornar mais conhecidos no exterior os produtos brasileiros de exportação, procurei estimular a

participação do Brasil em feiras e exposições internacionais, meio bastante eficaz de penetração comercial.

Em estreita colaboração com o Ministério da Fazenda e o Instituto Brasileiro de Café, o Brasil continuou em 1959 a agir no campo internacional para a defesa dos interêsses cafeeiros do país. Em 24 de setembro foi firmado o Convênio Internacional de Café, a vigorar de 1 de outubro de 1959 a 30 de setembro de 1960, e do qual foi signatário, entre outros países, o Brasil.

Durante o ano de 1959 as atividades de cooperação econômica e técnica se processaram em ritmo crescente, de modo a preencher as seguintes finalidades:

> *1ª) ..coordenar a participação do Brasil nas Comissões Mistas de cooperação econômica previstas em convênios bilaterais entre o Brasil e diversos países da América e da Europa;*
>
> *2ª) tratar, sistemàticamente, de todos os assuntos atinentes à cooperação e assistência técnicas bilaterais, igualmente previstas em convênios bilaterais, já celebrados ou projetados, assegurando sua coordenação e centralizando tôdas as atividades do Itamaraty relacionadas com a matéria.*

Desenvolveram-se proficuamente as atividades de cooperação técnica com a Alemanha, os Estados Unidos, a França e alguns países latino-americanos, e examinou-se a conveniência de serem estabelecidos programas regulares de cooperação técnica entre o Brasil e o Irã, o Japão e Israel.

No setor da energia nuclear, participamos da Agência Internacional de Energia Atômica e da Comissão Interamericana de Energia Nuclear, aprimeira com sede em Viena e a segunda em Washington. Esta, para cuja criação muito se empenhou o Brasil, realizou em outubro de 1959 sua primeira reunião. Na Agência Internacional o Brasil ocupou a presidência da Junta de Governadores, no período 1958/

1959, e participou com realce dos trabalhos da III Conferência Geral, realizada nos meses de setembro e outubro de 1959. Em junho de 1959, o Brasil foi mais uma vez designado membro da Junta de Governadores — posição que vem ocupando desde o início das atividades da Agência, em 1957, na qualidade de país mais adiantado da América Latina na tecnologia da energia nuclear.

As Partes Contratantes do GATT realizaram as suas XIV e XV Sessões. Durante a última, foi eleito Presidente das Partes Contratantes o Embaixador Edmundo Barbosa da Silva, Chefe da Delegação do Brasil à referida reunião.

Na X Sessão da Conferência da FAO, que se realizou em Roma, o Brasil foi reeleito, por unanimidade, membro do Conselho Executivo daquela Agência especializada, para o período de novembro de 1959 a 31 de outubro de 1962.

Na XIV Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova York em setembro de 1959, o Brasil foi eleito por unanimidade para uma das Vice-Presidências, e os representantes do Brasil, Doutor Augusto Frederico Schmidt e Embaixador Cyro de Freitas-Valle, exerceram por diversas vêzes a presidência da mesma nos impedimentos do titular efetivo.

O Brasil foi eleito para o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas triênio (19601962). Participou ainda de muitas outras reuniões internacionais, animado do ideal de contribuir para o bem-estar e a segurança do mundo.

O Brasil assinou, promulgou e ratificou numerosos atos internacionais de relevância e interêsse geral.

Através de uma atuação múltipla, procurou o Ministério das Relações Exteriores dar adequado tratamento aos problemas políticos e econômicos, de acôrdo com as diretrizes brasileiras e em consonância com a posição do Brasil no mundo ocidental.

Em novembro, fui hóspede oficial do Govêrno argentino. Durante a minha permanência em Buenos Aires, foram dis-

cutidos assuntos de relevância política, cultural e econômica e firmados vários atos internacionais de interêsse recíproco.

Foram criadas ou se iniciaram medidas tendentes à criação de Missões diplomáticas junto aos Governos de Bangkok, Colombo, Kuala-Lampur, Manila e Saigon, a primeira com caráter efetivo e as demais cumulativas com Jacarta, Nova-Delhi e Tóquio. O Govêrno brasileiro resolveu criar também Missões diplomáticas em Tunis e Rabat, bem como entabolou negociações para o estabelecimento de relações diplomáticas com o Estado de Gana.

Nas relações Brasil-Portugal, assumiu especial relêvo o convite formulado pelo Govêrno português à Vossa Excelência para participar, na qualidade de anfitrião, das comemorações do 5º Centenário da morte do Infante Dom Henrique, a serem celebradas no decorrer de 1960.

Em 1959 continuamos a proteger os interêsses portugueses na Índia, e ao mesmo tempo assumimos a proteção dos interêsses haitianos.

Entre as personalidades ilustres que visitaram o Brasil, desejo mencionar os Chanceleres da Colômbia e do Equador, Senhores Julio Cesar Turbay Ayala e Carlos Tobar Zaldumbide; o Deputado Jovito Villalba, que chefiou uma missão especial venezuelana; o Presidente da Indonésia, Dr. Ahmad Sukarno; a Ministra das Relações Exteriores de Israel, Senhora Golda Meir; o Senhor Antoine Pinay, Ministro das Finanças e Negócios Econômicos da França; o Senhor Arno Skaug, Ministro de Comércio da Noruega.

Executaram-se importantes trabalhos no setor da demarcação dos limites do Brasil com vários países vizinhos.

Intensificou-se a ação do Itamaraty no campo cultural, mediante iniciativas múltiplas tendentes à maior divulgação da cultura brasileira no exterior. Cumpre destacar a manutenção de quatro exposições itinerantes de arquitetura brasileira, em países da América, da Europa e da Ásia, e a realização de exposições de artes plásticas na Europa e nos

Estados Unidos da América, bem como a assinatura de convênios de intercâmbio cultural com a República Argentina e Israel.

Prosseguiu a distribuição às Missões diplomáticas brasileiras de copioso material de divulgação e continuaram a desenvolver-se proficuamente as atividades dos professôres encarregados de cátedras sôbre estudos brasileiros no exterior. Além de 52 bôlsas concedidas a estudantes brasileiros, cêrca de 35 estudantes latino-americanos foram contemplados com o Prêmio Itamaraty. Foram concedidas subvenções a entidades culturais estrangeiras e auxílios a estudantes brasileiros no exterior.

Realizou-se em Brasília, sob o patrocínio do Itamaraty e com inteiro êxito, o Congresso Extraordinário da Associação Internacional de Críticos de Arte.

O Itamaraty patrocinou a viagem ao exterior de diversos intelectuais e artistas brasileiros e convidou para visitarem o Brasil, além de outras personalidades estrangeiras que compareceram a reuniões culturais aqui realizadas, o escritor chinês Lin Yutang e o escultor norte-americano Alexander Calder.

Criou-se o Serviço de Relações com o Congresso Nacional, devido à necessidade de melhor e mais ampla coordenação entre o Ministério das Relações Exteriores e as duas Casas do Parlamento.

Houve intensa atividade no tocante às negociações para conclusão de acôrdos sôbre vistos em passaportes entre o Brasil e vários países.

O Setor de Imigração do Departamento Consular foi elevado à categoria de Divisão, que vem atuando junto ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização, junto ao CIME e a tôdas as entidades ligadas aos problemas migratórios.

No âmbito consular, cumpre destacar um estudo apresentado pela Divisão Consular com o propósito de aperfeiçoar

o funcionamento das Repartições consulares brasileiras. Outrossim, devo mencionar a criação de Consulados de carreira em Trieste e Gdynia, bem como propostas para a criação de vários Consulados honorários.

O Projeto de Reforma do Itamaraty foi finalmente encaminhado a Vossa Excelência e ao Congresso Nacional.

Foram tomadas medidas tendentes a dotar de sede própria, na medida do possível, algumas das Missões diplomáticas brasileiras no exterior, considerando que a todo gasto assim realizado corresponde sempre um equivalente enriquecimento do Patrimônio Nacional. Ademais, reformaram-se as instalações de várias das nossas Missões diplomáticas, Repartições consulares e Delegações junto a Organismos Internacionais. Também foram executadas diversas obras de reforma no Palácio Itamaraty.

Deu-se prosseguimento ao trabalho de reorganização e reaparelhamento do Arquivo, e da Divisão de Comunicações.

O Instituto Rio Branco manteve em funcionamento o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, não se tendo realizado o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas.

Na segunda parte dêste relatório Vossa Excelência encontrará informações mais pormenorizadas e completas sôbre as atividades do Itamaraty no ano de 1959.

O Ministério das Relações Exteriores continua empenhado, como no passado, em servir com devotamento ao Brasil e ao ideal da convivência pacífica das Nações, cumprindo assim as diretrizes traçadas por Vossa Excelência no âmbito da nossa política internacional.

HORACIO LAFER

EXPOSIÇÃO

ASSUNTOS POLÍTICOS

NAÇÕES UNIDAS

A XIV Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas teve início em Nova York no dia 15 de setembro de 1959.

A Delegação do Brasil à reunião foi assim constituída: Chefe, Dr. Augusto Frederico Schmidt; Subchefe, Embaixador Cyro de Freitas-Valle; Delegados, Embaixador Gilberto Amado, Senador Vivaldo Lima, Deputado Manoel França Campos e Ministro Mario Gibson Alves Barbosa; Delegados Suplentes, General Emílio Maurell Filho, Ministro Mozart Gurgel Valente Júnior, Carlos Sette Gomes Pereira e Doutores Álvaro Americano e Newton Barbosa Tatsch; Assessôres Especiais, Embaixador Jayme de Barros Gomes, Ministro para Assuntos Econômicos Eurico Penteado e Ministro Octavio Dias Carneiro; Assessôres, Secretários João Paulo da Silva Paranhos do Rio-Branco, Carlos Calero Rodrigues, Geraldo de Carvalho Silos, Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro, Pedro Souza Ferreira Gonçalves Braga, Dario Moreira Castro Alves, David Silveira da Mota Júnior, Marcello Rafaelli, Marcio Rêgo Monteiro, Paulo Cardoso Pires do Rio, Cônsul Sérgio Vivacqua, Coronel Dilermano Silva e Senhores João Baptista Castejon Branco e Luiz Fernando de Oliveira Freire.

Coube ao Brasil ser eleito por unanimidade para uma das Vice-Presidências da XIV Assembléia Geral, havendo por diversas vêzes o Dr. Augusto Frederico Schmidt e o Embaixador Cyro de Freitas-Valle exercido a presidência da mesma nos impedimentos do titular efetivo, o diplomata peruano Dr. Victor Andrés Bellaunde. Em virtude de sua

eleição para a Vice-Presidência, o Brasil formou ainda parte da Comissão Geral da Assembléia, e o Embaixador Cyro de Freitas-Valle passou a ocupar a chefia do grupo latino-americano nas Nações Unidas.

O Chefe da Delegação brasileira inaugurou os debates da Assembléia com discurso em que fêz ressaltar os conceitos básicos que informam a doutrina da Operação Pan-Americana ; no correr dos trabalhos, usou várias vêzes da palavra para gravar a posição brasileira relativamente aos principais problemas em discussão nas Nações Unidas, em particular no tocante à questão do desarmamento, cuja importância assumia aspectos sensacionais com a visita à ONU do Premier da União Soviética. No terreno econômico, tomou a iniciativa de propor à Assembléia a criação de uma comissão de desenvolvimento industrial, órgão êsse destinado a dar novo impulso aos estudos atinentes aos processos a serem seguidos pelos países da economia subdesenvolvida para o fim de acelerarem o ritmo de seu progresso econômico; a sugestão brasileira vingou, e hoje o Conselho Econômico e Social da ONU se prepara para colocá-la em prática. Outrossim, tanto no campo político como no econômico, social, cultural, jurídico e administrativo, a atuação dos representantes brasileiros no plenário e nas diferentes comissões da XIV Assembléia foi de igual maneira positiva e operante.

A eleição do Brasil, por expressivo número de votos, para o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (triênio 1960-1962), bem como as menções feitas pela quase totalidade das representações latino-americanas à OPA, são ocorrências que, entre outras, emprestam significativo realce à posição de que goza o Brasil no seio das Nações Unidas.

ARGENTINA

Transcorrido o primeiro aniversário do Govêrno Frondizi, as relações brasileiro-argentinas prosseguiram em nível crescente de franco entendimento e ampla cooperação internacional.

Atendendo ao convite formulado pelo Chanceler Diógenes Taboada, quando de sua visita ao Brasil, o Ministro Horácio Lafer foi hóspede oficial do Govêrno argentino em fins de novembro. Integraram a comitiva do Chanceler brasileiro o Senador Lameira Bittencourt, o Deputado Raimundo Padilha, o General Nelson de Mello, Chefe da Casa Militar da Presidência da República e outras personalidades civis.

Durante a permanência do Ministro Lafer em Buenos Aires foram discutidos assuntos de relevância política econômica e cultural, tendo sido firmados vários atos internacionais que atenderam plenamente aos interêsses recíprocos dos dois países.

PORTUGAL

Dentro do âmbito das relações Brasil-Portugal, assumiu especial relêvo o convite formulado pelo Govêrno português (Missão José Caiero da Matta, 29-7-59) ao Senhor Presidente da República Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, para que participasse, na qualidade de anfitrião, das comemorações do V Centenário da morte do Infante Dom Henrique, a serem celebradas no decorrer de 1960.

Valendo-se dêsse momento histórico, procurou o Govêrno brasileiro ativar, dentro de um clima objetivo e realista, os trabalhos da Comissão Permanente brasileira com vistas à aprovação dos anteprojetos já concluídos, para o efetivo cumprimento do Tratado de Amizade e Consulta, firmado com Portugal em 16 de novembro de 1953.

Por outro lado, iniciou negociações com Portugal e outros países amigos, para a venda de unidades da Marinha de Guerra brasileira, entre outras, o Guanabara.

Entrou, outrossim, o Govêrno brasileiro em entendimentos com Portugal para a conclusão de um Acôrdo sôbre Asilo, em 9 de novembro de 1959.

Finalmente deu o seu apoio à candidatura de Portugal ao Conselho da OACI.

ÁFRICA

Não podendo fugir às imposições da conjuntura internacional e não querendo ficar alheio, por ser contrário aos seus interêsses, ao movimento de emancipação política que ora se alastra pelo Continente Africano, resolveu o Govêrno brasileiro criar Missões diplomáticas na Tunísia (Tunís) e no Marrocos (Rabat).

PROTEÇÃO DOS INTERÊSSES HAITIANOS EM CUBA

O Govêrno do Haiti, por nota enviada ao Ministério das Relações Exteriores em 14 de setembro de 1959, solicitou ao Govêrno brasileiro fôssem enviadas instruções a nossa Embaixada em Havana para assumir a proteção dos interêsses haitianos em Cuba durante o tempo em que o pessoal de sua missão diplomática estiver ausente daquele país.

Em vista das boas relações que nos ligam ao Haiti e tomando em conta a anuência dada pelo Govêrno de Cuba àquela solicitação, enviamos instruções à Embaixada brasileira em Havana para assumir a encarregatura dos assuntos haitianos em Cuba. No dia 27 de setembro, com a partida do Encarregado de Negócios do Haiti para seu país, a referida Embaixada assumiu a direção dos negócios haitianos naquela República.

PROTEÇÃO DOS INTERÊSSES PORTUGUÊSES NA ÍNDIA

No decurso de 1959 continuamos a emprestar, aos interêsses portuguêses na União Indiana, nossa proteção, através da Embaixada do Brasil em Nova-Delhi. Se infelizmente não se constatou qualquer progresso no sentido de poder prever, para um futuro mais ou menos próximo, uma possível solução para a espinhosa questão, indiscutivelmente, acentuou-se o ambiente de menor tensão nas relações indo-portuguêsas.

CRIAÇÃO DE MISSÕES DIPLOMÁTICAS

No decorrer de 1959, com o propósito de ampliar nossos contactos políticos com os novos Estados asiáticos e crear ambiente que permita o início de relações comerciais, ou a intensificação das já existentes, foram criadas ou se iniciaram as medidas visando à criação de Missões diplomáticas junto aos Governos de Bangkok, Colombo, Kuala-Lampur, Manila e Saigon.

A Embaixada em Bongkok tem caráter efetivo ; enquanto que as Missões nas demais cidades são cumulativas com Jacarta, Nova-Delhi e Tóquio.

VISITA DO PRESIDENTE SUKARNO E DA MINISTRA GOLDA MEIR

Pela primeira vez em nossa história, recebemos a visita de um Chefe de Govêrno asiático. Sua Excelência o Senhor Presidente da Indonésia, Dr. Ahmad Sukarno. Como parte de uma viagem que realizou ao redor do mundo, visitou o Brasil em meados de 1959. Durante sua estada, entre nós esteve, igualmente, em Brasília e São Paulo.

A Ministra das Relações Exteriores do Estado de Israel, Senhora Golda Meir, igualmente no decurso de uma viagem por alguns dos países latino-americanos, visitou oficialmente o Brasil.

VISITA DO CHANCELER DA COLÔMBIA

Atendendo a convite do Govêrno brasileiro, o Chanceler da Colômbia, Doutor Julio Cesar Turbay Ayala, visitou o Brasil em dezembro de 1959 (13 a 20-12-1959). Retribuiu, assim, a visita feita em 1958 pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares, então Ministro das Relações Exteriores.

Durante a permanência do ilustre visitante no Rio de Janeiro, foi assinada uma Declaração Conjunta brasileiro-colombiana (17-12-59), que registrou a harmonia de pontos-de-vistas dos Governos brasileiro e colombiano, não sòmente em assuntos de interêsse mútuo, mas também nos que afetam a comunidade das Nações Americanas. Relativamente à ênfase tôda especial que deverá ser dada ao combate ao subdesenvolvimento econômico, dentro do quadro da Operação Pan-Americana, verificou-se igual harmonia de opiniões.

Além de reafirmarem a alta significação do Convênio Internacional do Café, o Chanceler colombiano e o Chanceler Horácio Lafer concertaram medidas para a instalação da Comissão Mista brasileiro-colombiana, criada pelo *Convênio sôbre Bases para a Cooperação Econômica e Técnica* firmado entre o Brasil e a Colômbia em 28 de março de 1958.

Ficou enfim patente, na mencionada Declaração Conjunta, o empenho dos dois Governos de cooperarem para o desenvolvimento daquelas porções de seus respectivos territórios banhadas pela Bacia Amazônica, procurando incrementar o comércio fronteiriço e os transportes terrestres e fluviais, bem como a intenção de coordenarem os programas que assegurem a melhoria do nível de vida e o bem-estar das populações amazônicas.

Da troca de opiniões entre os Chanceleres da Colômbia e do Brasil, a respeito de importantes assuntos de caráter político, econômico e cultural, bem como sôbre as matérias previstas na Agenda da XI Conferência Interamericana, ressaltou, mais que nunca, a identidade de aspirações reinante entre os dois países.

VISITA DO CHANCELER DO EQUADOR

De 3 a 12 de dezembro de 1959 visitou o Brasil o Chanceler do Equador, Senhor Carlos Tobar Zaldumbide, acompanhado de brilhante comitiva, retribuindo, assim a visita feita em 1958 pelo então Ministro das Relações Exteriores, Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

O Chanceler equatoriano e o Chanceler Horácio Lafer tiveram ensêjo de trocar opiniões acêrca dos assuntos constantes da XI Conferência Interamericana, bem como sôbre o escopo da Operação Pan-Americana, que reputam da mais transcendente importância para o bem-estar dos povos americanos e para o desenvolvimento das boas relações entre êles.

Foram assentadas medidas para a reunião da Comissão Mista brasileiro-equatoriana, criada pelo Convênio de 5 de março de 1958, e reconhecida a conveniência de, dentro da Comissão Mista em aprêço, ser criada uma Subcomissão Técnica para elaborar os projetos e supervisionar as obras necessárias à efetiva utilização das zonas livres concedidas ao Brasil e ao Equador nos portos de San Lorenzo e Manaus, respectivamente. A referida Subcomissão coordenará, também, o planejamento dos sistemas rodoviários de ambos os países.

Na Declaração Conjunta firmada em 8 de dezembro de 1959, o Chanceler equatoriano e o Chanceler brasileiro concordaram, finalmente, em promover ,no mais breve prazo possível, a construção em Brasília e Quito dos edifícios das Embaixadas do Equador e do Brasil, nos terrenos doados reciprocamente pelos dois Governos .

VISITA DO DEPUTADO JÓVITO VILLALBA

Esteve no Brasil, de 27 de outubro a 9 de novembro de 1959, uma Missão Especial da Venezuela, chefiada pelo deputado Jóvito Villalba, representante pessoal de Sua Excelência o Presidente Rômulo Betancourt.

Entre os assuntos abordados pelo Chefe da Missão Especial da Venezuela, em suas conversações com o Chanceler brasileiro, figurou o problema do reconhecimento de governos de fato. O ponto de vista do Govêrno brasileiro foi resumido em Memorandum datado de 3 de novembro de 1959, entregue a Sua Excelência o Senhor Jóvito Villalba.

No referido *Memorandum,* o Brasil reafirmou os pontos de vista defendidos na V Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos em matéria de reconhecimento de governos, ou seja, o princípio da não-intervenção. No mencionado documento declarou-se, assim, que o Brasil não pode anuir a um sistema que implique o direito de examinar a legitimidade do Govêrno de qualquer Nação, uma vez satisfeitos os requisitos básicos para o seu reconhecimento.

Afirmou-se, outrossim, naquele mesmo *Memorandum,* que o Brasil não deixará de encarar com a necessária circunspecção as circunstâncias que cercam o acesso ao poder, pela fôrça, de um Govêrno em algum Estado americano, razão pela qual a Delegação do Brasil apresentou à IX Conferência Internacional Americana um projeto de Resolução que previa um mecanismo de consulta prévia, de modo a permitir um esclarecimento mútuo dos Estados Americanos sôbre o estabelecimento de um Govêrno que se tenha constituído em desrespeito aos princípios constitucionais vigentes,

e através de golpes de fôrça contra os poderes legalmente emanados da soberania popular. O *Memorandum* de 5 de novembro de 1959, acentuou, por fim, que o mecanismo de consulta previsto pelo citado Projeto de Resolução tem caráter meramente informativo, não significando qualquer limitação ao direito soberano dos Estados de reconhecer ou não novos Governos, nem uma forma de ingerência nos negócios internos dos Estados ou de pressão sôbre êsses mesmos Estados, em matéria que releva também eminentemente de sua soberania.

SERVIÇO DE RELAÇÕES COM O CONGRESSO

O Serviço de Relações com o Congresso foi criado pelo Ministro Francisco Negrão de Lima, em portaria de 28 de julho de 1959. Essa iniciativa veio atender a necessidade, que se fazia sentir há muito, de melhor e mais ampla coordenação entre o Ministério das Relações Exteriores e as duas Casas do Parlamento.

Cumpre a êste Serviço subordinado diretamente ao Ministro de Estado, assegurar ao Congresso e aos seus membros, bem como à Assessoria Parlamentar da Presidência da República, a assistência que se faça necessária, com relação aos assuntos pertinentes ao Ministério das Relações Exteriores.

ATIVIDADES CULTURAIS

Vem aumentado dia a dia a importância das relações culturais na diplomacia brasileira, tendo o ano de 1959 sido dos mais fecundos nesse sentido. Foi dada grande expansão a todos os setores da Divisão Cultural, cujas dotações orçamentárias embora ligeiramente acrescidas em relação a 1958, não são ainda suficientes para permitir a desejável realização de um programa amplo e efetivo de difusão da língua e da civilização brasileira no exterior.

A verba de Serviços Educativos e Culturais foi dividida em três itens, na subconsignação 1-6-13, a saber: — 1) *Intercâmbio Cultural*, para atender a despesas resultantes de convênios culturais, bôlsas escolares, abonos a professôres brasileiros no exterior, manutenção de centros de estudos no exterior e outras correlatas; 2) *Ajuda a estudantes brasileiros no exterior*; e 3) *Serviços de difusão cultural no exterior*.

Além de constituir um esquema para o plano de aplicação da verba, estabelecendo um teto para as despesas nos três principais setores de atividade da Divisão Cultural, a discriminação de verbas na subconsignação em causa constitui um passo útil para o plano de reforma do Ministério, permitindo a criação de duas Divisões, uma para os assuntos educacionais e a outra para informação e difusão cultural.

INSTITUTOS CULTURAIS; CENTROS DE ESTUDO E CÁTEDRAS NO EXTERIOR

I — *Colégio Experimental Brasil-Paraguai* — As obras iniciadas em 1954, em conseqüência de acôrdo firmado em 1953, continuaram paralisadas em 1959, por falta de re-

cursos orçamentários. O crédito especial de Cr$ ..... 20.000.000,00 aberto pelo Decreto nº 43.728, de 21 de março de 1958, para custear as obras, foi finalmente distribuído ao Tesouro Nacional. A primeira parcela de cinco milhões foi imediatamente utilizada para trabalhos urgentes de acabamento e conservação da primeira etapa da obra, de maneira a preservar sua resistência às intempéries, enquanto se aguarda quantitativo suficiente para a conclusão da obra. Vale notar que, em conseqüência da modificação na taxa oficial de conversão do cruzeiro o crédito de vinte milhões acima mencionado não será suficiente para atender a tôdas as despesas de construção do Colégio.

II — *Missão Cultural em Assunção* — Cumprindo o estabelecido no Convênio de 31 de março de 1952, a Missão Cultural Brasileira no Paraguai, sob a chefia do Doutor J. E. Estelita Lins, continuou realizando com eficiência a difusão da Cultura brasileira na Escola Brasil, no Instituto Cultural Paraguai-Brasil e na Faculdade de Filosofia, contribuindo, nesta última, para a formação de professôres de ensino secundário. A Missão manteve no Paraguai professôres de Psicologia, Didática Geral, Língua Portuguêsa e Literatura Luso-Brasileira.

III — *Centro Cultural Bolívia-Brasil* — Sob a chefia do Professor Amadeu Thiago de Mello, o Centro, agora independente do Instituto Boliviano-Brasileiro, desenvolveu-se ràpidamente, alcançando uma freqüência de mais de 600 estudantes. Além de suas atividades didáticas, o Centro possui seções de Teatro, Rádio e Biblioteca e realizou intensa atividade cultural em todos os setores, promovendo conferências e exposições e, vinculado ao setor da Embaixada para ação cultural, contribuiu poderosamente para o estreitamento de nossas relações com a Bolívia.

IV — *Centro de Estudos Brasileiros em Buenos Aires e Instituto de Estudos Brasileiros em Rosário* — Sob a direção respectivamente do Professor Gildo Lopes e da Profes-

sôra A. Coelho Ostrowsky, essas duas entidades registraram intensa atividade, sobretudo didática. O Centro de Buenos Aires registrou uma freqüência de cêrca de 900 alunos, tendo o Professor Ney Strauch se encarregado de lecionar Geografia e História.

V — *Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro* — Sob a direção do Professor Walter Wey, o Instituto desenvolveu suas atividades didáticas e participou de diversas manifestações culturais brasileiras realizadas em Montevidéu, prosseguindo também com seu programa de publicações de folhetos sôbre vários aspectos da atualidade brasileira. Com a colaboração de 5 professôres, o Instituto registrou uma matrícula de mais de 700 alunos em seus cursos.

VI — *Instituto Cultural Peruano-Brasileiro* — O Professor Pedro Freire Ribeiro ainda em 1959 ministrou a cátedra de Estudos Brasileiros na Universidade de San Marcos, em Lima, cabendo à Professôra Maria José Monteiro Lobato o exercício da cátedra de português no Instituto. Uma filial foi criada na cidade de Iquitos.

VII — *Curso de civilização brasileira na Universidade do Chile* — O Professor Sílvio Leitão da Cunha tem ministrado nessa Universidade vários cursos de extensão cultural sôbre assuntos brasileiros.

VIII — *Cátedra de Estudos Brasileiros no México* — Essa cátedra foi ministrada até meados de 1959 pelo Professor Djacir Menezes, transferido de La Paz. Além dessa atividade, o Professor Menezes pronunciou conferências sôbre folosofia, sociologia e assuntos brasileiros.

IX — *Cátedra de Estudos Brasileiros na Universidade de Nova York* — Essa foi exercida pelo Professor Alceu Amoroso Lima, cuja presença em Nova York muito contribuiu para o desenvolvimento naquela cidade de um núcleo de estudiosos de problemas brasileiros. No Centro de Estudos Brasileiros criado naquela Universidade, lecionam os

Professores Sprague-Smith, Charles Wagley, Preston James e Adolf A. Berle Jr., além da Senhora Dora Vasconcellos, Cônsul-Geral naquela cidade.

X — *Instituto de Estudos Luso-Brasileiros na Sorbonne* — O Professor Francisco Heron de Alencar continua na Sorbonne como Assistente da Cátedra de Estudos Luso-Brasileiros, já há vários anos mantida com êxito pela Divisão Cultural do Itamaraty.

XI — *Cátedra de Estudos Brasileiros na Universidade de Roma* — Além de suas atividades pròpriamente didáticas, o Professor Murilo Mendes continuou prestando valiosa colaboração ao setor cultural da Embaixada em Roma, quer através de conferências, quer com a publicação de obras sôbre a literatura brasileira.

XII — *Cátedra de Estudos Brasileiros na Bélgica* — O mesmo se pode dizer dessa cátedra que, até meados do ano, foi ministrada pelo Professor Oto Lara Rezende. Além de sua colaboração na organização do pavilhão brasileiro à Exposição Internacional de Bruxelas, o Professor Lara Rezende desempenhou vários serviços no setor cultural da Embaixada.

IV COLÓQUIO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS NA BAHIA

O Itamaraty prestou sua colaboração ao referido Colóquio, patrocinado pela Universidade da Bahia, fazendo sua divulgação no exterior, através das Missões diplomáticas brasileiras e facilitando a viagem ao Brasil de alguns dos Professôres estrangeiros. O Itamaraty fêz-se representar no Colóquio pelo Chefe e pela funcionária encarregada do assunto, da Divisão Cultural .

SEMANA DE ESTUDOS AMERICANOS DA UNIVERSIDADE DO BRASIL

Igual auxílio foi prestado à Universidade do Brasil, com os convites feitos aos Professôres Lynn-Smith, da Uni-

versidade de Louisiânia, Sprague-Smith da Universidade de Nova York, R. Hilton, da Universidade de Stanford.

O Itamaraty também colaborou com o Instituto de Bioquímica para a realização do Congresso Comemorativo do Cinqüentenário da descoberta da doença de Chagas.

COMISSÃO EDUCÀCIONAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Pela portaria nº 12, de 3 de abril de 1959, foi criada no Ministério das Relações Exteriores uma Comissão Educacional, da qual fazem parte o Chefe do Departamento Politico e Cultural, o Diretor do Instituto Rio-Branco, os Chefes das Divisões Política e Cultural e um representante do Ministério da Educação e Cultura, sendo êste o Professor Anisio Teixeira, substituído em seus impedimentos pelo Dr. Almir de Castro. A Comissão tem como função fazer a escolha dos professôres convidados para as cátedras e leitorados mantidos pelo Itamaraty no exterior, bem como para os Institutos e Centros de Estudo, mantidos pelo Itamaraty no exterior, estabelecer programas e regulamentos para tais Institutos e Centros de Estudo e selecionar os estudantes brasileiros que se beneficiarão do auxílio mensal consignado na verba 1-5-13 (3).

BOLSISTAS ESTRANGEIROS

Em virtude de convênios culturais, firmados entre o Brasil e países amigos, o Itamaraty concedeu, em 1959, 52 bôlsas a estudantes estrangeiros, das seguintes nacionalidades: alemã, argentina, boliviana, colombiana, equatoriana, norte-americana, francesa, inglêsa, nicaragüense, panamenha, paraguaia, peruana, sueca, uruguaia e venezuelana.

Ao proceder à seleção dêsses bolsistas, foi dada prioridade aos estudantes que viessem realizar estudos de urbanismo, arquitetura, medicina tropical, folclore e literatura

brasileira. Êsses estudantes contaram, inclusive, com a colaboração da Divisão Cultural para obter alojamento e permissão para freqüentar os restaurantes universitários, bem como passagens no CAN e na Rêde Ferroviária Nacional.

CONCESSÃO DE MATRÍCULA A ESTUDANTES LATINO-AMERICANOS EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Foram processados, através da Divisão Cultural, pedidos de matrícula de estudantes latino-americanos nas escolas brasileiras de ensino superior, em virtude de acôrdos culturais firmados entre o Brasil e seus respectivos países. Êsses estudantes estão isentos de exame vestibular e do pagamento de taxas de matrícula, consoante os têrmos específicos dêsses acordos.

Inscreveram-se nas faculdades brasileiras 180 bolivianos, 32 colombianos, 40 peruanos, 16 panamenhos, 12 venezuelanos, 14 equatorianos, 4 hondurenhos, 5 nicaragüenses, 25 paraguaios, 1 português, 1 uruguaio e 4 chilenos, totalizando 334 estudantes.

AUXÍLIO A ESTUDANTES BRASILEIROS NO EXTERIOR

Por prazos de 3 a 12 meses, foram concedidos auxílios financeiros a 229 estudantes brasileiros que realizam cursos de aperfeiçoamento (humanidades, ciências e artes) e de preparo profissional no exterior.

PRÊMIO ITAMARATY

Em 1959, cêrca de 35 estudantes latino-americanos (da Argentina, Uruguai, Peru, Paraguai e Bolívia) foram contemplados com o "Prêmio Itamaraty", concedido anualmente aos melhores alunos dos centros culturais mantidos pelo Itamaraty em Buenos Aires, Rosário, Montevidéu e Assunção. O "Prêmio Itamaraty" consiste numa viagem de 15 dias

ao Brasil, durante a qual os estudantes contemplados visitam as principais instituições culturais do Rio e de São São Paulo, bem como realizam passeios aos principais recantos de Santos, Guarujá, Petrópolis, São Paulo e Rio.

ENTIDADES CULTURAIS ESTRANGEIRAS A QUE FORAM CONCEDIDAS SUBVENÇÕES

1. Centro de Estudos Brasileiros de Munique
2. Conselho Internacional de Música Popular
3. Cursos de Assuntos Brasileiros na Universidade de Kobe
4. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais
5. Instituto de Estudos Brasileiros de Coimbra
6. Instituto Ítalo-Brasileiro de Roma
7. Instituto Luso-Brasileiro de Lisboa
8. Instituto Luso-Brasileiro da Sorbonne
9. Instituto Germano-Brasileiro
10. Sociedade Anglo-Brasileira
11. União Belgo-Brasileira
12. Colégio Pio Brasileiro de Roma.

Outrossim, auxílios foram concedidos ao Instituto Hispano-Português e Ibero-Americano de Utrecht nos Países-Baixos; ao Centro Cultural Holanda-Portugal-Brasil; e ao Centro Cultural Ítalo-Brasileiro de Milão.

ACÔRDOS CULTURAIS

Foram celebrados, em 1959, convênios de intercâmbio cultural com Israel, assinado no Rio de Janeiro, em 24 de junho, e a República Argentina, firmado em Buenos Aires, em 25 de novembro de 1959.

O Convênio assinado com a Argentina reveste-se de grande importância para o intercâmbio cultural, técnico e científico entre os dois países. Através da planificação dos

problemas de cooperação cultural, o Brasil e a Argentina se comprometem solenemente a colaborar em todos os campos das artes, das letras, das ciências e da técnica, para tornar mais efetiva a troca de conhecimentos e, dentro de um ponto-de-vista amplo e atualizado, se propõem a disciplinar tôdas as atividades intelectuais capazes de contribuir para o desenvolvimento cultural, social e econômico dêsses dois grandes países da América.

Dentro dêstes objetivos, o Acôrdo cultural assinado com a Argentina representa mais um elo da política exterior brasileira, orientada no sentido de criar condições favoráveis ao pleno e integral desenvolvimento dos países dêste Hemisfério.

Tendo em vista os progressos realizados pelo Estado de Israel em quase todos os setores do pensamento, das ciências e das artes, o aludido Convênio veio preencher uma lacuna e intensificar os laços culturais existentes entre os dois países.

SETOR DE DIVULGAÇÃO

No setor de divulgação, a Divisão Cultural tomou as seguintes iniciativas :

PUBLICAÇÕES, LIVROS E REVISTAS

Ampliando o seu programa de difusão de assuntos brasileiros através de folhetos de baixo custo e boa apresentação, foi elaborado o "Brasil 1959" em alemão, holandês e italiano, com reedições em inglês e francês, num total de 130.000 exemplares, impressos nos Países-Baixos. Folheto semelhante em japonês, "Burasiru 1959", foi editado em Tóquio.

Um folheto tipo-sanfona em português, inglês e espanhol, sôbre Brasília, e um segundo intitulado "Brazil Builds

Brasilia", foram impressos no Brasil, para farta distribuição no exterior.

A Divisão Cultural tomou assinaturas e fez ampla distribuição, no exterior, das revistas "Módulo", "Habitat", "Brazilian American Survey", "Brasil Moderno" e "Revista brasileira de politica internacional".

A Divisão também patrocinou e adquiriu separatas das seguintes revistas estrangeiras que publicaram números especiais sôbre o Brasil: "L'Architecture d'aujourd'hui", da da França; "Mundo Hispânico", de Madrid; "Arquitetura Mexicana", do México; "Revista de la Camara de los Exportadores", da Argentina; "The Statist", de Londres; "La vie urbaine" e "Revue de l'EDREC", da França; "Free World Forum", de Washington; bem como da edição de maio, em língua inglêsa, do "Reader's Digest" que contém um artigo do Senhor John dos Passos sôbre Brasília.

Para distribuição às Missões diplomáticas, Repartições consulares e Centros culturais, foram adquiridos o Dicionário Português-Inglês, de James L. Taylor; a "Poesia de Manoel Bandeira", em inglês; "A study of Dom Casmurro", a "Bibliografia Brasiliana", de Rubem Borba de Moraes; "Grüner Purpur", de Olga Obry; "Doorway to Brasília", de E. Feldman, e um livro sôbre o Brasil em hebráico do Senhor M. Nahumi. A Divisão Cultural patrocinou a edição na Bélgica do livro "Brésil, pages d'histoire", de Renato de Mendonça.

MÚSICA E DISCOS

A Divisão Cultural concluiu novo contrat ocom a *Festa Discos Ltda.* para o fornecimento, já iniciado no ano de 1958, de discos de música erudita e popular brasileira, aquela em gravações da Orquestra Sinfônica Brasileira. Êsses discos estão sendo distribuídos às Missões diplomáticas brasileiras, para a formação de uma discoteca e empréstimo a estações

de rádio, instituições culturais, etc. Além disso, por intermédio da Embaixada em Washington, foram adquiridos mil discos de música brasileira, principalmente composições do maestro Villa Lobos, gravados no exterior, com um objetivo semelhante.

Foi subvencionado o programa semanal brasileiro da *Rádio-Diffusion Française*, que recebe tôda a colaboração da Embaixada do Brasil em Paris.

O Itamaraty prestou auxílio ao maestro Cláudio Santoro que estêve na Europa num programa de divulgação da música brasileira; ao pianista João Carlos Martins, que deu concertos nos Estados Unidos sob o patrocínio da União Pan-Americana; ao maestro Eleazar de Carvalho, para uma *tournée* de concertos, e à pianista Yara Bernette, quando de sua viagem à Europa.

O Segundo Concurso Internacional de Piano do Rio de Janeiro recebeu auxílio da Divisão Cultural, sob a forma de convites a membros estrangeiros do júri de premiação.

FILMES E CINEMATOGRAFIA

Grande esfôrço continuou sendo desenvolvido pela Divisão Cultural no setor da cinematografia.

Prosseguiu a distribuição do documentário "Aquarelas do Brasil", em francês, inglês e espanhol, de autoria do Cônsul Raul de Smandek. Êsse filme foi premiado no Festival Internacional do filme turístico, de Marselha.

Com a colaboração de várias entidades, foram obtidos e distribuídos filmes sôbre Volta Redonda, Petrobrás e Indústrias Mannesmann, bem como os intitulados "João-de-Barro", "Cidade do Salvador", "Engenhos e Usinas" e "Cantos de Trabalho, do Instituto Nacional do Cinema Educativo, bem como versão espanhola de "Brasília 1959", e francesa de "Aço e Humanidade", ambos da Agência Nacional.

Foi feita uma versão atualizada e em inglês, do filme "Samba fantástico", de Jean Manzon; e versões francesa e

espanhola de "Arte Sacra em Ouro Prêto", de Ricardo Malheiro. A Divisão encomendou do produtor Paul Stille dois filmes, em versão inglêsa e alemã, sôbre o "Desenvolvimento econômico do Brasil" e "Arquitetura Brasileira", ambos coloridos. Foi patrocinada a filmagem de um documentário experimental colorido, em inglês, de Eugene Feldman sôbre Brasília. E foi feita uma versão curta e em inglês do documentário "Brasília". da "P.P. Produções", filme êsse que deverá servir de base à divulgação cinematográfica da nova capital. Para a visita do Ministro de Estado a Buenos Aires preparou-se em colaboração com a Agência Nacional uma versão em espanhol do filme em côres "Brasília, 1959".

Pela portaria n. 16, de 27 de maio, uma Comissão de seleção de filmes brasileiros destinados a participar em Festivais internacionais do Cinema foi criada junto ao Itamaraty. Dessa Comissão fazem parte o Chefe da Divisão Cultural, o Diretor do Instituto Nacional do Cinema Educativo, um representante do Grupo de Estudos da Indústria Cinematográfica e um representante da crítica cinematográfica brasileira.

A Divisão Cultural, à semelhança do ocorrido no ano anterior com o Festival do Cinema Americano, patrocinou em 1959 o Festival do Cinema Francês, promovido pelo Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Foi convidado o Senhor Langlois, diretor da Cinemateca Francesa, e oferecidas as Placas de Ouro e Prata aos premiados no Festival.

DISPOSITIVOS E FOTOGRAFIAS

Foram elaboradas cinqüenta coleções de cento e cinqüenta diopositivos coloridos, com vistas gerais do Brasil, para distribuição às Missões diplomáticas e Consulados.

A coleção de negativos da Divisão Cultural continuou sendo ampliada, constituindo hoje, provàvelmente, uma das melhores fototecas de arquitetura brasileira existentes.

A Divisão Cultural manteve, durante o ano de 1959, quatro exposições itinerantes de arquitetura brasileira, no exterior. Uma delas encontra-se em Viena. Trata-se, originàriamente, de uma Exposição, montada em 1957, para a *Interbau* de Berlim, e acrescida posteriormente de uma mostra dos jardins de Burle Marx, que foi apresentada na Suíça e na Itália.

A segunda é uma Exposição sôbre Brasília que foi apresentada, pela primeira vez, no edifício da UNESCO em Paris, em novembro de 1958, e posteriormente em Lisboa, Madrid e Barcelona. Composta de painéis fotográficos, e maquetes dos palácios da nova capital, despertou profundo interêsse nos meios especializados e no grande público, nas cidades onde foi exibida. Na última apresentação, a exposição foi total mente reformada e atualizada.

A terceira, e a mais importante de tôdas em volume, é a Exposição de Arquitetura Brasileira, apresentada pela primeira vez em Buenos Aires, em 1958. Em 1959 ela estêve no México e em Cuba. Dedicada especialmente à América Latina, compõe-se de duzentos painéis fotográficos, fotografias coloridas, maquetes de Brasília e um modêlo de um dos profetas do Aleijadinho, o conjunto dividido em quatro partes : o barroco, a arquitetura contemporânea, elementos arquitetônicos e Brasília.

De menor volume, porém cobrindo um terreno semelhante, é a Exposição apresentada em Tóquio e mais duas cidades japonêsas, no quadro do programa brasileiro de contribuição ao chamado Projeto Maior da UNESCO sôbre a "Apreciação mútua dos valores culturais do Oriente e do Ocidente". Cabe mencionar sua importância para a criação de vínculos culturais entre o Brasil e aquêle continente. Do Japão foi remetida para Karachi, no Paquistão, país que também elaborou um projeto de mudança de sua capital.

O sucesso que tais certames têm grangeado; o recebimento diário de recortes da imprensa do mundo inteiro com comentários, fotografias e reportagens sôbre Brasília; o interêsse demonstrado pelos inúmeros urbanistas, arquitetos e críticos estrangeiros que nos têm visitado neste último ano demonstra sem sombra de dúvida, que a arquitetura brasileira em geral, e Brasília muito especialmente, se tem convertido no principal instrumento da divulgação de nosso país no exterior.

No campo das artes plásticas, a Divisão Cultural, trabalhando em conjunção com o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, enviou à Europa uma grande Exposição de Artes Plásticas (pintura, gravura, desenho e escultura), que foi apresentada na *Haus der Kunst* de Munique, na *Academia de Belas Artes de Viena*, e em Leverkusen, na Alemanha. Composta de 145 óleos, 59 gravuras, 12 desenhos e 28 esculturas, representando mais de sessenta artistas brasileiros, constitue o maior conjunto já reunido e enviado para o exterior, e transmite uma idéia convincente da arte contemporânea em nosso país. Essa mostra permanecerá na Europa em 1960, devendo percorrer outras cidades européias.

A Exposição retrospectiva de Lazar Segall, apresentada em Paris e Bruxelas, foi igualmente patrocinada pelo Itamaraty, bem como a Exposição Iberê Camargo na União Pan-Americana, e a Exposição Portinari em Nova York.

O Itamaraty colaborou com o Museu de Arte Moderna de São Paulo na organização da representação estrangeira à V Bienal, o maior certame no gênero ocorrido no Brasil — bem como para a representação brasileira à Bienal de Paris. No que diz respeito à Bienal de Veneza, foi convidado a apresentar planos e projeto do pavilhão brasileiro naquele certame o arquiteto Henrique Mindlin que, a convite da Divisão Cultural, realizou no mês de setembro uma viagem àquela cidade, para melhor conhecer as condições locais.

CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CRÍTICOS DE ARTE

Sob o patrocínio do Itamaraty e da NOVACAP, o Congresso reuniu-se em Brasília a 17, 18 e 19 de setembro; em São Paulo, a 20, 21 e 22 (coincidindo com a inauguração da Quinta Bienal de Arte que foi visitada pelos congressistas); e no Rio de Janeiro, a 23, 24 e 25, no Museu de Arte Moderna, onde várias exposições nacionais e estrangeiras foram apresentadas. Para êsse certame, setenta e poucos críticos de arte, jornalistas e arquitetos estrangeiros, entre os de maior expressão no mundo, foram convidados, tendo ocasião não apenas de apreciar a construção de Brasília, como obra de arquitetura e urbanismo, mas também aquilatar o desenvolvimento recente das artes plásticas no Brasil, tal como se apresenta em suas duas principais cidades. Não seria excessivo dizer que mais de dez milhões de leitores estrangeiros terão conhecimento dos trabalhos do Congresso, através dos artigos enviados pelos críticos que representavam alguns dos mais importantes jornais e revistas da Europa e da América. Dos Estados Unidos, com efeito, compareceram representantes do "Architectural Forum", "Califórnia Arts and Architecture", "Art News" "Art. in America", "New York Times", "Philadelphia Inquirer" e revista "Time". Da França, "l'Architecture d'aujourd'hui" e "L'Oleol", as duas mais importantes publicações de arte, enviaram críticos que farão sôbre o Congresso números especiais, além dos jornais "Le Figaro" e "Le Monde", convindo ainda salientar a presença do Senhor Max-Pol Fouchet, representante da Televisão francesa. A Inglaterra fêz-se representar pela sua principal revista especializada, "Architectural Review". Da Itália, os diretores das revistas "Architettura" e "Zodiaco". Da Bélgica, a revista "Quadrum" e da Espanha a revista "Goya", ambas as mais importantes no seu terreno. Quase todos os demais críticos escreveram ou escreverão sôbre o Congresso nos vários periódicos com os quais cola-

boram. Por outro lado, arquitetos de renome mundial como Sir William Holford, da Inglaterra, Richard Neutra e E. Saarinen, dos Estados Unidos, constituiram pela sua presença um testemunho do prestígio do certame que se traduzirá eventualmente em benefício da propaganda do Brasil no exterior. A unanimidade dos Congressistas reputaram a reunião a mais importante em que tomaram parte nestes últimos dez anos. A estreita associação de críticos, arquitetos e urbanistas, verificada no Congresso, traduziu-se em um êxito completo. As moções aprovadas foram do maior valor, não apenas no que diz respeito a êsse sentido de colaboração entre artistas, mas muito particularmente a propósito de Brasília. Se juntarmos, portanto, à observação prática e à crítica de Brasília, por parte dos Congressistas dentro do tema geral — "A Cidade Nova, síntese das Artes —, a impressão profunda que lhes causou a nova capital e ao conhecimento que tiveram do Brasil como um dos países que se encontra na vanguarda da arte moderna — chegaremos à conclusão que o Congresso da AICA constituiu talvez um dos maiores empreendimentos, no gênero, jamais realizado para a divulgação do Brasil no exterior.

VISITAS DE PERSONALIDADES E INTERCÂMBIO DE PESSOAS

No programa de Intercâmbio de Pessoas, o Itamaraty patrocinou a viagem dos seguintes intelectuais e artistas brasileiros: Professor Hilgard O'Reilly Sternberg, que fêz uma série de conferências sôbre Geografia nos Estados Unidos da América; Padre A. Alonso S. J., Reitor da Universidade Católica, para comparecer ao Congresso da União Internacional pró-liberdade do ensino, na Alemanha; Paulo Ricker, para estudos sôbre energia atômica na Europa; Senhora Georgina Albuquerque, para comparecer à reunião da Diretoria da Associação Internacional de Artes Plásticas; Professor Vandyck da Nóbrega, para fazer conferências em Universidades alemãs; Professor Thiers Martins Moreira,

para uma série de conferências em Portugal sôbre Literatura brasileira; Professor Péricles Madureira de Pinho, Diretor da Casa do Brasil na Universidade de Paris; Maestro Eleazar de Carvalho, para uma viagem artística aos Estados Unidos; e Senhor Mário Barata, para comparecer à Assembléia Geral da Associação Internacional de Críticos de Arte.

Foi convidado o Professor Juan Jorge Schaeffer, do Uruguai, para fazer um curso especial na Faculdade de Filosofia de São Paulo; e o Professor Antônio Ramos, do Paraguai, para estudos sôbre história das relações brasileiro-paraguaias.

Foi concedido um auxílio de viagem ao arquiteto Luiz Afonso d'Escragnolle Filho, da Comissão Supervisora e Orientadora dos Trabalhos de Construção da Casa do Brasil em Madrid. Igual auxílio foi concedido ao Professor José Silveira para ir ao Irã, estudar as bases de um intercâmbio de professôres e especialistas em medicina, com aquêle país.

Foram auxiliados o o ator Luís de Lima e a Companhia "Cacilda Becker" que se apresentaram em Portugal, numa *tournée* pela Europa.

Com a ajuda da Divisão Cultural, o crítico de arte Mário Pedrosa estêve no Japão onde organizou a apresentação da Exposição de arquitetura brasileira realizada em Tóquio e mais duas outras cidades japonêsas.

No programa de convites a personalidades estrangeiras, além daquelas já mencinadas que cmpareceram ao IV Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros da Bahia e à Semana de Estudos Americanos da Universidade do Brasil, e das que foram convidadas para o Congresso de Críticos de Arte, vale mencionar o escritor chinês Lin Yutang. Êsse literato estêve no Rio, em Minas, Brasília, São Paulo, Pôrto Alegre e Salvador, onde pronunciou conferências ,sendo carinhosamente recebido pelo público brasileiro. Convidado pela Divisão Cultural, em agôsto, estêve no Brasil o escultor

norte-americano Alexandre Calder que aqui veio apresentar uma retrospectiva de sua obra no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

A Divisão forneceu ao Serviço de Imprensa pequenas notas em que se divulga o noticiário cultural recebido do exterior. Forneceu, igualmente, ao Serviço de Documentação da Presidência da República o material de interêsse para o Catete e para as publicações daquele órgão, sobretudo no que se refere a Brasília.

CERIMONIAL

No exercício de 1959, a Divisão do Cerimonial desenvolveu intensa atividade.

Entre os hóspedes ilustres que visitaram o Brasil durante o ano de 1959 destacam-se o Senhor Sukarno, Presidente da República da Indonésia, Sua Alteza Real o Príncipe dos Países-Baixos, Suas Altezas Reais a Duquesa de Kent e Princesa Alexandra de Kent, o Senhor Nobosuke Kishi, Primeiro Ministro do Japão, a Senhora Golda Meier, Ministro das Relações Exteriores de Israel, o Senhor André Malraux, Ministro de Estado para os Assuntos Culturais da França, o Senhor Dag Hammarsjoeld, Secretário Geral das Nações Unidas, o Senhor Diogenes Taboada, Ministro das Relações Exteriores e Culto da República Argentina, o Senhor Antoine Pinay, Ministro das Finanças e Negócios Econômicos da França, o Senhor Carlos Tobar Zaldumbide, Ministro das Relações Exteriores do Equador, o Senhor Julio Cesar Turbay Ayla, Ministro das Relações Exteriores da Colômbia, o Senhor Ignácio Luis Arcaya, Ministro das Relações Exteriores da Venezula, o Senhor German Quiroga Galdo, Presidente da Câmara dos Deputados da Bolívia, o Senhor H. N. Brain, Sub-Secretário de Estado das Relações Exteriores da Grã-Bretanha para a América Latina, o Senhor Tokichi Abiko, Governador da Prefeitura de Yamagata, o Deputado japonês Hidiji Kawasaki, o Senhor Daniel Fernandez Crespo, Presidente do Conselho Departamental de Montevidéu, o Senhor Lin Yutang, o Senhor Erich Hendrick Louw, Ministro das Relações Exteriores da África do Sul, bem como uma Missão Especial de Parlamentares da Venezuela e outra Missão Extraordinária de Portugal sob a chefia do Doutor José Caeiro da Mata.

Além dos visitantes acima citados — todos homenageados pelo Itamaraty — o Ministério das Relações Exteriores recebeu em duas grandes recepções os membros do 11º Congresso Internacional de Estradas de Rodagem, realizado no Rio de Janeiro, e as delegações estrangeiras à reunião da Câmara Júnior Internacional.

A visita do Presidente da Indonésia realizou-se durante o mês de maio. O Senhor Sukarno, acompanhado de sua comitiva, chegou ao Aeroporto Internacional do Galeão às 17,00 horas do dia 16 de maio, onde o aguardavam o Senhor Presidente da República e as mais altas autoridades civis e militares da União. Foram-lhe dispensadas honras militares.

Durante os cinco dias de permanência no Brasil, o Senhor Sukarno cumpriu intenso programa no Rio de Janeiro : visita ao Presidente da República, visita ao Jardim Botânico e plantio de uma palmeira de Java, almôço no Hipódromo da Gávea, jantar íntimo na Embaixada da Indonésia, entrevista coletiva à Imprensa, almôço íntimo na Floresta da Tijuca. visita ao Supremo Tribunal Federal, visita ao Congresso Nacional, jantar no Itamaraty, seguido de recepção de cêrca de 1.200 pessoas, cerimônia na Universidade do Brasil, sendo-lhe então concedido o título de Doutor "Honoris Causa".

Além do Rio de Janeiro, o Senhor Sukarno visitou a Nova Capital e a cidade de São Paulo.

Em Brasília, onde estava o Senhor Presidente da República, o ilustre visitante foi homenageado por Sua Excelência com um almôço no Palácio da Alvorada ,ao qual se seguiu a cerimônia da entrega do terreno em que será construída a futura sede da Missão diplomática daquele país no Brasil.

De Brasília o Senhor Sukarno e sua comitiva seguiram para São Paulo, onde foram recebidos pelo Governador do Estado que lhes ofereceu um almôço no Palácio dos Campos Elíseos.

De São Paulo o Presidente da Indonésia voltou ao Rio de Janeiro, de onde embarcou para Buenos Aires no Aeroporto Internacional do Galeão, às 10,45 horas do dia 21 de maio, estando presente o Presidente da República e as demais autoridades que o aguardavam no dia da chegada.

Sua Alteza Real o Príncipe dos Países-Baixos chegou ao Rio de Janeiro no dia 17 de fevereiro às 17,30 horas no Aeroporto Santos Dumont. Aguardavam Sua Alteza Real o Chefe da Casa Militar da Presidência da República, na qualidade de Representante do Chefe da Nação, o Ministro de Estado das Relações Exteriores e outras altas autoridades. Do programa organizado para a visita do Príncipe dos Países-Baixos ao Brasil, além da visita do Presidente da República, Círculo diplomático, entrevista coletiva à Imprensa na A.B.I., visita ao Vice-Presidente da República, jantar no Itamaraty oferecido pelo Ministro das Relações Exteriores e visita ao Ministro da Aeronáutica, constavam também visitas aos estabelecimentos industriais de maior interêsse para aquêle país.

Sua Alteza Real visitou os Estados do Paraná e de São Paulo.

Recebido em Curitiba pelas autoridades estaduais com honras militares, visitou as colônias holandesas no interior do Paraná.

Sua Alteza Real o Príncipe dos Países-Baixos foi recebido em São Paulo pelo Governador do Estado, que lhe ofereceu uma recepção, tendo Sua Alteza percorrido várias cidades do interior onde é grande o número de imigrantes holandeses. Foi homenageado com um almôço oferecido pelo Conselho das classes produtoras de São Paulo.

Do Rio de Janeiro Sua Alteza Real partiu para Brasília, onde visitou as obras da Nova Capital e o terreno da futura Embaixada dos Países-Baixos. Convidado por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Sua Alteza Real almoçou no Palácio da Alvorada, tendo antes plantado uma árvore nos jardins do referido Palácio.

A visita de Suas Altezas Reais a Duquesa de Kent e Princesa Alexandra realizou-se de 10 a 18 de março, revestindo-se de brilho pelas homenagens oficiais e sociais que lhes foram prestadas.

Suas Altezas Reais foram recebidas no Aeroporto Internacional do Galeão pelo Chefe da Casa Militar da Presidência da República, na qualidade de Representante do Chefe da Nação, e Senhora Nelson de Mello, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores e Senhora Negrão de Lima, Chefes de Missão dos países da Comunidade Britânica e o Embaixador Camillo de Oliveira e Senhora que ficaram à disposição de Suas Altezas.

Durante os quatro dias que Suas Altezas permaneceram no Rio de Janeiro cumpriram o seguinte programa: visita ao Senhor Presidente da República, recepção à imprensa na Embaixada da Grã-Bretanha, quando posaram para os fotógrafos, visita a Petrópolis, jantar no Palácio Itamaraty oferecido pelo Presidente da República e Senhora Juscelino Kubitschek, seguido de recepção, visita a Brasília, almôço na Embaixada do Canadá, recepção e jantar na Embaixada da Grã-Bretanha.

Suas Altezas visitaram também a cidade de São Paulo, onde foram recebidas pelo Governador do Estado e demais autoridades. Depois do almôço que lhes ofereceram o Governador e Senhora Carvalho Pinto, no Palácio dos Campos Elíseos, Suas Altezas Reais visitaram o Museu de Arte e o Instituto Butantan.

De regresso ao Rio de Janeiro, embarcaram a 18 de março no Brittânia Real, que partiu do Aeroporto Internacional do Galeão às 11,30 horas com destino a Londres.

A Divisão do Cerimonial prepara cuidadosamente um programa especial para cada personalidade estrangeira que visita o Brasil, de acôrdo com a circunstância do momento, conforme consta dos Arquivos do Ministério das Relações Exteriores.

HOMENAGENS NO ITAMARATY

Durante o ano de 1959, foram oferecidos almoços de despedida, no Palácio do Itamaraty, aos seguintes Chefes de Missão:

Sua Excelência o Senhor Doutor Juan Manuel Alvarez del Castillo, Embaixador dos Estados Unidos Mexicanos.

Sua Excelência o Senhor Coronel Mohammed Abdulla Khan, Embaixador do Paquistão.

Sua Excelência o Senhor Mariano Picón Salas, Embaixador da Venezuela.

Sua Excelência o Senhor Ellis O. Briggs, Embaixador dos Estados Unidos da América.

Sua Excelência o Senhor José R. Castro, embaixador de Honduras.

Sua Excelência o Senhor Tomás Suñer J. Ferrer, Embaixador da Espanha.

Sua Excelência o Senhor Georges Argyropoulos, Embaixador da Grécia.

Sua Excelência o Jonkheer M. van Weede, Embaixador dos Países-Baixos.

Sua Excelência o Senhor W. A. Irwin, Embaixador do Canadá.

Sua Excelência o Senhor Arieh Aroch, Embaixador de Israel.

Sua Excelência o Senhor Julio Vega Batlle, Embaixador da República Dominicana.

Sua Excelência o Senhor Antonio Juan Viera, Embaixador do Uruguai.

Sua Excelência o Senhor Felipe A. Espil, Embaixador da Argentina.

Sua Excelência o Senhor Jan Stenström, Embaixador da Suécia.

Sua Excelência o Senhor Robert Maurice, Embaixador da Suíça.

Foram ainda homenageadas as seguintes pessoas :

Almôço aos Delegados à Conferência Regional de Aviação Civil.

Almôço a Sua Excelência o Senhor Fernando Garcia Oldini, Presidente do GATT.

Almôço a Sua Excelência o Senhor Robert B. Mayner, Governador do Estado de Nova Jersey.

Jantar a Sua Alteza Real o Príncipe dos Países-Baixos.

Almôço ao Senhor Lobomir Fischer.

Almôço ao Senhor Clàre Boonstra.

Almôço a Sua Excelência o Senhor Arne Skaug, Ministro do Comércio da Noruega.

Almôço a Sua Excelência o Senhor Embaixador B. Barros Hurtado.

Almôço a Sir John Taylor.

Jantar a Suas Altezas Reais a Duqueza de Kent e Princesa Alexandra de Kent, seguido de recepção.

Almôço a Sua Excelência o Senhor Germán Quiroga Galdo, Presidente da Câmara dos Deputados da Bolívia.

Almôço a Suas Excelências os Senhores Embaixadores Escalante, Gutierrez Gomes e Chiriboga.

Almôço a Suas Excelências e Senhor Ignacio Luis Arcaya, Ministro das Relações Exteriores da Venezuela e Senhora.

Recepção aos Delegados do 3º Congresso Internacional das Instituições de Contrôle das Finanças Públicas.

Almôço ao Senhor Martinez Moreno.

Jantar a Sua Excelência o Doutor Sukarno, Presidente da Indonésia, seguido de recepção.

Almôço ao Doutor Ettore Staderini.

Almôço a Lady Baden Powell.

Almôço a Sua Excelência o Senhor A. Lindt, Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados.

Almôço ao Senhor Wyndham White.

Jantar a Sua Excelência a Senhora Golda Meir, Ministra das Relações Exteriores de Israel.

Almôço a Sua Excelência o Senhor H. N. Brain, Sub-Secretário de Estado das Relações Exteriores da Grã-Bretanha para a América Latina.

Almôço ao Abade Pierre.

Recepção aos participantes da Semana de Estudos Americanos da Universidade do Brasil.

Almôço à Missão Ford.

Jantar a Sua Excelência o Senhor Nobosuke Kishi, Primeiro Ministro do Japão.

Recepção aos participantes do II Concurso Internacional de Piano do Rio de Janeiro.

Almôço ao Senhor Professor George Johnson e Senhora.

Almôço a Sua Excelência o Hon. A. O. Adeyi, Ministro do Comércio e Indústria da Nigéria Ocidental.

Almôço a Suas Excelências o Senhor André Malraux, Ministro para os Assuntos Culturais da França e Senhora.

Jantar a Sua Excelência o Senhor Dag Hammarsjoeld, Secretário-Geral das Nações Unidas.

Almôço aos Membros do Conselho de Administração do Instituto Internacional de Economia.

Almôço ao Senhor Adolf Berle Jr.

Recepção aos Delegados ao XI Congresso Internacional de Estradas de Rodagem.

Almoço ao Senhor Lin Yutang.

Almôço a Sua Excelência o Senhor Diogenes Taboada, Ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina.

Jantar a Sua Excelência o Senhor Antoine Pinay, Ministro das Finanças da França.

Almôço à Missão Especial da Venezuela, presidida pelo Deputado Jovite Villalba.

Almôço à Comissão Venezuelana Demarcadora de Limites.

Almôço ao Senhor Karl Meyer.

Cocktail a jornalistas dos Estados Unidos da América.

Recepção aos Delegados ao XIV Congresso Internacional de Câmaras Júniors.

Almôço a Deputados dos Estados Unidos da América.

Jantar a Sua Excelência o Senhor Carlos Tobar Zaldumbide, Ministro das Relações Exteriores do Equador.

Almôço a Sua Excelência o Senador Wayne Morse.

Jantar a Sua Excelência o Senhor Julio Cezar Turbay Ayala, Ministro das Relações Exteriores da Colômbia.

Recepção aos Membros da Escola Superior de Guerra.

Almôço à Missão Comercial do Japão.

Almôço a Sua Excelência o Senador Ruben Julio, Vice-Presidente da República da Bolívia.

ALTERAÇÕES NAS CHEFIAS DAS MISSÕES DIPLOMÁTICAS ACREDITADAS NO RIO DE JANEIRO

Deixaram as funções que desempenhavam no Brasil os seguintes Chefes de Missão:

Sua Excelência o Senhor Henry Eustace, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da União Sul-Africana.

Sua Excelência o Senhor Burke Hedges, Embaixador de Cuba.

Sua Excelência o Senhor Juan Manuel Álvarez del Castillo, Embaixador dos Estados Unidos Mexicanos.

Sua Excelência o Senhor Doutor Mariano Picón Salas, Embaixador dos Estados Unidos da Venezuela.

Sua Excelência o Senhor Doutor José R. Castro, Embaixador de Honduras.

Sua Excelência o Senhor Ellis O. Briggs, Embaixador dos Estados Unidos da América.

Sua Excelência o Senhor William Arthur Irwin, Embaixador do Canadá.

Sua Excelência o Senhor Julio Vega Batlle, Embaixador da República Dominicana.

Sua Excelência o Senhor Georges Argyropoulos, Embaixador da Grécia.

Sua Excelência o Senhor Doutor Felipe A. Espil, Embaixador da Nação Argentina.

Sua Excelência o Senhor Doutor Alberto Herrarte, Embaixador da Guatemala.

Sua Excelência o Senhor Heinrich Lubke, Embaixador da Alemanha.

APRESENTARAM CREDENCIAIS

Sua Excelência o Senhor Mohammed Hashim Maiwandwal, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Afganistão — 16 de janeiro.

Sua Excelência o Senhor B. J. Jarvie, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da União Sul- Africana. 5 de março.

Sua Excelência o Senhor Doutor Antonio Gómez Robledo, Embaixador dos Estados Unidos Mexicanos. 17 de abril.

Sua Excelência o Senhor Rafael Garcia Barcena, Embaixador de Cuba. 29 de abril.

Sua Excelência o Senhor Mario Diez, Embaixador dos Estados Unidos da Venezuela. 5 de maio.

Sua Excelência o Senhor Salomón Paredes Regalado, Embaixador de Honduras. 25 de junho.

Sua Excelência o Senhor John M. Cabot, Embaixador dos Estados Unidos da América. 22 de julho.

Sua Excelência o Senhor Visutr Arthyukti, Embaixador da Tailândia. 19 de agôsto.

Sua Excelência o Senhor Jean Antoine Chapdelaine, Embaixador do Canadá. 25 de setembro.

Sua Excelência o Senhor Luis A. Oviedo, Embaixador da República Dominicana. 25 de setembro.

Sua Excelência o Senhor Jean Liberopoulos, Embaixador de Sua Majestade o Rei dos Helenos. 25 de setembro.

Sua Excelência o Senhor Carlos Manuel Muñiz, Embaixador da Nação Argentina. 21 de outubro.

Sua Excelência o Senhor Tran Van Chuong, Embaixador do Viet-Nam. 6 de novembro.

Sua Excelência o Senhor Francisco Cosenza Galvez, Embaixador da Guatemala. 6 de novembro.

Sua Excelência o Senhor Herbert Dittmann, Embaixador da Alemanha.

CREDENCIAIS E REVOCATÓRIAS

A Sua Excelência o Senhor Doutor Edgard Sanabria, Presidente da Junta de Govêrno da República da Venezuela, acreditando, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, o Senhor Armando Falcão, para representar o Brasil nas solenidades da posse de Sua Excelência o Senhor Rómulo Betancourt no cargo de Presidente da República. Fevereiro de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Ernesto de La Guardia Junior, Presidente da República do Panamá, dando por finda a missão do Senhor Aguinaldo Boulitreau Fragoso. Fevereiro de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Ernesto de La Guardia Junior, Presidente da República do Paramá, acreditando, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Jorge Latour. Fevereiro de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Izhak Ben-Zvi, Presidente do Estado de Israel, dando por finda a missão do Senhor Nelson Tabajara de Oliveira. Março de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Izhak Ben-Zvi, Presidente do Estado de Israel, acreditando, na qualidade de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária, a Senhora Odette de Carvalho e Souza. Março de 1959.

A Sua Excelência o Generalíssimo Héctor Bienvenido Trujillo Molina, Presidente da República Dominicana, acreditando, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Jayme de Barros Gomes. Abril de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Aleksander Zawadzki, Presidente do Conselho de Estado da República Popular da Polônia, dando por finda a missão do Senhor Frank de Mendonça Moscoso. Maio de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Aleksander Zawadzki, Presidente do Conselho de Estado da República Popular da Polônia, acreditando, na qualidade de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário o Senhor Nelson Tabajara de Oliveira. Maio de 1959.

A Sua Excelência o Venerável Bailli Fra Ernesto Paternó Di Carcasi, Tenente-General da Ordem Soberana e Militar de Malta, acreditando, na qualidade de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário o Senhor Moacyr Ribeiro Briggs. Junho de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Urho Kaleva Kekkonen, Presidente da República da Finlândia, dando por finda a missão do Senhor José Jobim. Junho de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Urho Kaleva Kekkonen, Presidente da República da Finlândia, acreditando, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Jorge Olintho de Oliveira. Junho de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Dwight D. Eisenhower, Presidente dos Estados Unidos da América, dando por finda a missão do Senhor Ernani do Amaral Peixoto. Junho de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Dwight D. Eisenhower, Presidente dos Estados Unidos da América, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Walter Moreira Salles. Junho de 1959.

A Sua Majestade Imperial Haile Selassie I, Imperador da Etiópia, dando por finda a missão do Senhor Francisco Gualberto de Oliveira Filho. Julho de 1959.

A Sua Majestade Imperial Haile Selassie I, Imperador da Etiópia, acreditando, na qualidade de Enviado Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Bolívar de Freitas. Julho de 1959.

A Sua Majestade Elizabeth II, pela graça de Deus, Rainha do Reino Unido, da Austrália e de seus outros Reinos e Territórios, Chefe da Comunidade, Defensora da Fé, dan-

da por finda a missão do Senhor Landulpho Antônio Borges da Fonseca. Agôsto de 1959.

A Sua Majestade Elizabeth II, pela graça de Deus, Rainha do Reino Unido, da Austrália e de seus outros Reinos e Territórios, Chefe da Comunidade, Defensora da Fé, acreditando, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Affonso Barbosa de Almeida Portugal. Agôsto de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Gamal Addel-Nasser, Presidente da República Árabe Unida, dando por finda a missão do Senhor Carlos Maximiano de Figueiredo. Agôsto de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Gamal Addel-Nasser, Presidente da República Árabe Unida, acreditando, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Carlos Martins Thompson Flôres. Agôsto de 1959.

A Sua Majestade Tuanku Abdul Rahmanibni Al-Marhum Tuanku Muhammad, Yang Di-Pertuan Agong da Federação da Malaia, acreditando, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Rubens Ferreira de Mello. Outubro de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Almirante Americo Deus Rodrigues Thomaz, Presidente da República Portuguêsa, dando por finda a missão do Senhor Alvaro de Barros Lins. Outubro de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Almirante Americo Deus Rodrigues Thomaz, Presidente da República Portuguêsa, acreditando, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Francisco Negrão de Lima. Outubro de 1959.

A Sua Excelência o Senhor General Miguel Ydigoras Fuentes, Presidente da República da Guatemala, dando por finda a missão do Senhor João Luiz de Guimarães Gomes. Outubro de 1959.

A Sua Excelência o Senhor General Miguel Ydigoras Fuentes, Presidente da República da Guatemala, acreditando,

na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Martim Francisco Lafayette de Andrada. Outubro de 1959.

A Sua Excelência o Marechal Mohammed Ayub Khan, Presidente da República do Paquistão, acreditando, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, o Senhor Murillo Tasso Fragoso. Outubro de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Ngo Dinh Diem, Presidente da República do Viet-Nam, acreditando, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Rubens Ferreira de Mello. Novembro de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Alberto Lleras Camargo, Presidente da República da Colômbia, dando por finda a missão do Senhor Jorge Olinto de Oliveira. Novembro de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Alberto Lleras Camargo, Presidente da República da Colômbia, acreditando, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Alvaro Teixeira Soares. Novembro de 1959.

A Sua Majestade Paul I, Rei dos Helenos, dando por finda a missão do Senhor Alvaro Teixeira Soares. Novembro de 1959.

A Sua Majestade Paul I, Rei dos Helenos, acreditando, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Antonio Mendes Vianna.

A Sua Excelência o Senhor Antonin Novotny, Presidente da República da Tcheco-Eslováquia, dando por finda a missão do Senhor Fernando Nilo de Alvarenga. Novembro de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Antonin Novotny, Presidente da República da Tcheco-Eslováquia, acreditando, na qualidade de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário o Senhor Mauricio Wellisch. Novembro de 1959.

A Sua Majestade Imperial Mohammad Reza Pahlavi, Xainxa do Irão, dando por finda a missão do Senhor Manoel Pio Corrêa Junior. Novembro de 1959.

A Sua Majestade Imperial Mohammad Reza Pahlavi, Xainxa do Irão, acreditando, na qualidade de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário o Senhor Celso Raul Garcia. Novembro de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Camilo Ponce Enriquez, Presidente Constitucional da República do Equador, dando por finda a missão do Senhor Affonso Barbosa de Almeida Portugal. Novembro de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Camilo Ponce Enriquez, Presidente Constitucional da República do Equador, acreditando, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor José Jobim. Novembro de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Arturo Frondizi, Presidente da Nação Argentina, acreditando o Senhor Horacio Lafer para, na qualidade de Embaixador em Missão Especial, fazer a entrega do Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Novembro de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Doutor François Duvalier, Presidente da República do Haiti, dando por finda a missão do Senhor Trajano Medeiros do Paço. Dezembro de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Doutor François Duvalier, Presidente da República do Haiti, acreditando, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Jayme Sloan Chermont. Dezembro de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Jorge Alessandri, Presidente da República do Chile, dando por finda a missão do Senhor Antonio de Vilhena Ferreira Braga. Dezembro de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Jorge Alessandri, Presidente da República do Chile, acreditando, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Rubens Ferreira de Mello. Dezembro de 1959.

A Sua Excelência o General Fouad Chéhab, Presidente da República Libanesa, em resposta à comunicação de sua ascenção à Presidência da República em 23 de setembro de 1958. Janeiro de 1959.

A Sua Majestade Mohammed Zahir, Fiel Seguidor da Religião do Islão, Confiante em Deus Todo Poderoso, Pela Graça de Deus, Rei do Afganistão, em resposta à Revocatória do Senhor Najib-Ullah. Janeiro de 1959.

A Sua Majestade Mohammed Zahir, Fiel Seguidor da Religião do Islão, Confiante em Deus Todo Poderoso, Pela Graça de Deus, Rei do Afganistão, em resposta à Credencial do Senhor Mohamed Hashim Maiwandwal. Janeiro de 1959.

A Sua Majestade Elizabeth II, Rainha da África do Sul e de seus outros Reinos e Territórios, Soberana da Comunidade Britânica, em resposta à Revocatória do Senhor Henry Eustace. Março de 1959.

A Sua Majestade Elizabeth II, Rainha da África do Sul e de seus outros Reinos e Territórios, Soberana da Comunidade Britânica, em resposta à Credencial do Senhor Johnstone Jarvie. Março de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Manuel Urrutia Lleó, Presidente da República de Cuba, em resposta à Revocatória do Senhor Burke Hedges. Maio de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Manuel Urrutia Lleó, Presidente da República de Cuba, em resposta à Credencial do Senhor Doutor Rafael Garcia Bárcena. Maio de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Adolfo López Mateos, Presidente Constitucional dos Estados Unidos Mexicanos, em resposta à Revocatória do Senhor Juan Manuel Álvarez del Castillo. Maio de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Adolfo López Mateos, Presidente Constitucional dos Estados Unidos Mexicanos, em resposta à Credencial do Senhor Doutor Antonio Gómez Robledo. Maio de 1959.

A Sua Excelência o General Charles de Gaulle, Presidente da República Francêsa, em resposta à comunicação de sua elevação à Presidência da República. Maio de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Rómulo Betancourt, Presidente da República da Venezuela, em resposta à Revocatória do Doutor Mariano Picón Salas. Maio de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Rómulo Betancourt, Presidente da República da Venezuela, em resposta à Credencial do Senhor Mario Diez Sánchez. Maio de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Rómulo Betancourt, Presidente da República da Venezuela, em resposta à comunicação de sua ascenção à Presidência da República. Junho de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Adolf Scharf, Presidente Federal da República da Áustria, agradecendo a remessa da «Grande Etoile de la Décoratíon d'Honneur». Agôsto de 1959.

A Sua Majestade Elizabeth II, pela Graça de Deus, Rainha do Reino Unido, da Austrália e de seus outros Reinos e Territórios, Chefe da Comunidade, Defensora da Fé, em resposta à Credencial do Senhor Donald MacKinnon. Agôsto de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Ramón Villeda Morales, Presidente Constitucional da República de Honduras, em resposta à Revocatória do Senhor Doutor José R. Castro. Agôsto de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Ramón Villeda Morales, Presidente Constitucional da República de Honduras,

em resposta à Credencial do Senhor Salomón Paredes Regalado. Agôsto de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Dwight D. Eisenhower, Presidente dos Estados Unidos da América, em resposta à Revocatória do Senhor Ellis O. Briggs. Agôsto de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Dwight D. Eisenhower, Presidente dos Estados Unidos da América, em resposta à Credencial do Senhor John M. Cabot. Agôsto de 1959.

A Sua Majestade Baudoin, Rei dos Belgas, felicitando pelo casamento de Sua Alteza Real o Príncipe Albert-Félix-Humbert-Théodore-Christian-Eugène-Marie, Príncipe de Liège, Príncipe da Bélgica, com a princesa Paola Ruffo di Calabria. Agôsto de 1959.

A Sua Majestade Bhumibol Adulyadej, Rei da Tailândia, em resposta à Credencial do Senhor Visut Arthayukti. Setembro de 1959.

A Sua Majestade Elizabeth II, pela Graça de Deus, Rainha do Reino Unido, do Canadá e de seus outros Reinos e Territórios, Chefe da Comunidade, Defensora da Fé, em resposta à Revocatória do Senhor William Arthur Irwin. Setembro de 1959.

A Sua Majestade Elizabeth II, pela Graça de Deus, Rainha do Reino Unido, do Canadá e de seus outros Reinos e Territórios, Chefe da Comunidade, Defensora da Fé, em resposta à Credencial do Senhor Jean Chapdelaine. Setembro de 1959.

A Sua Excelência o Generalíssimo Hector Vievenido Trujillo Molina, Presidente da República Dominicana, em resposta à Revocatória do Senhor Julio Vega Batlle. Setembro de 1959.

A Sua Excelência o Generalíssimo Hector Vievenido Trujillo Molina, Presidente da República Dominicana, em resposta à Credencial do Senhor Luis A. Oviedo. Setembro de 1959.

A Sua Majestade Paul I, Rei dos Helenos, em resposta à Revocatória do Senhor Georges Argyropoulos. Setembro de 1959.

A Sua Majestade Paul I, Rei dos Helenos, em resposta à Credencial do Senhor Jean Liberopoulos. Setembro de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Arturo Frondizi, Presidente da Nação Argentina, em resposta à Revocatória do Senhor do Senhor Doutor Felipe A. Espil. Outubro de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Arturo Frondizi, Presidente da Nação Argentina, em resposta à Credencial do Senhor Carlos Manuel Muñiz. Outubro de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Ngo Dinh Diem, Presidente da República do Viet-Nam, em resposta à Credencial do Senhor Tran Van Chuong. Novembro de 1959.

A Sua Excelência o Senhor General Miguel Ydigoras Fuentes, Presidente da República da Guatemala, em resposta à Revocatória do Senhor Doutor Alberto Herrarte. Novembro de 1959.

A Sua Excelência o Senhor General Miguel Ydigoras Fuentes, Presidente da República da Guatemala, em resposta à Credencial do Senhor Francisco Cosenza Galvez. Novembro de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Heinrich Lubke, Presidente da República Federal da Alemanha, em resposta à Revocatória do Senhor Gebhardt von Walther. Dezembro de 1959.

A Sua Excelência o Senhor Heinrich Lubke, Presidente da República Federal da Alemanha, em resposta à Credencial do Senhor Herbert Dittmann. Dezembro de 1959.

EXPEDIENTES DA DIVISÃO DO CERIMONIAL

Exposição de Motivos	17
Avisos	282
Ofícios e Cartas	512
Notas	474
Memoranda	229
Circulares	12
Mensagens ao Congresso	11
Telegramas ao exterior (diversos)	209
Telegramas ao interior	625
Despachos, postais e telegráficos, às Missões diplomáticas e repartições consulares, às Delegações do Brasil junto aos Organismos Internacionais e à Delegacia do Tesouro	440
Cartas Credenciais e Revocatórias	41
Carteiras ao Corpo diplomático e consular	236
Carteiras de identidade — Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, Organismos Internacionais das Nações Unidas	128
Carteiras aos funcionários do M.R.E.	94
Pedidos de isenção de direitos alfandegários	3.960
Pedidos de facilidades aduaneiras:	
Bagagem pessoal acompanhada	399
Automóveis — Vendas	353
Despachos	354
Chapas diplomáticas	440

ORDEM NACIONAL DO CRUZEIRO DO SUL

Ano de 1959

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Doutor Emanuel Treu, antigo Conselheiro da Embaixada da Austria no Brasil.....	COMENDADOR	8- 1-59
Doutor Eugênio Belotti, Diretor Geral da "S/A Moinho Santista".....	OFICIAL	15- 1-59
Irmão Nicet-Joseph (Professor Pierre Raul Loubet), Superior Geral da Ordem dos Irmãos Lassalistas.....	COMENDADOR	22- 1-59
Senhor Ives Jean Marie du Verdier de Genouillac.....	OFICIAL	,,
Professor Antônio de Benedictis, Diretor Superintendente da "Companhia Brasileira de Imigração e Colonização Italiana".....	,,	,,
Doutor Alexander Oldenburg Christiani.	,,	,,
Padre Affonso di Giorgio, Vigário da Basílica de Nossa Senhora de Nazareth em Belém.....	,,	,,
Senhor Manuel Ferreira, Industrial paraguaio. (*Promoção*).....	COMENDADOR	,,
S. Ex. o Sr. Dr. Juan Alvarez del Castillo, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do México no Brasil....	GRÃ-CRUZ	,,
S. Ex. o Sr. Dr. Enrique Chamorro, Ministro da Agricultura da Nicarágua...	,,	,,
Senhor Emile Langui, Diretor Geral de Artes e Letras do Ministério da Instrução Pública da Bélgica.....	OFICIAL	,,
Professor Felice Ippolito, Secretário Geral do Comitê Nacional de Pesquisas		

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Nucleares na Itália.....	GRANDE OFICIAL	22- 1-59
Sr. William B. Stafford, Vice-Presidente financeiro da "American & Fonreign Power Company, Inc.".....	OFICIAL	"
Doutor Justino Snasón Hijo, Conselheiro da Embaixada da Nicarágua na Costa Rica.....	COMENDADOR	"
S. Ex. o Sr. Mariano Arguello Vargas...	GRÃ-CRUZ	"
Senhor François Jean Marie Installe, Presidente da Câmara de Comércio Belgo-Brasileira.....	OFICIAL	"
S. Ex. o Sr. Embaixador Jorge Escobari Cusicanqui, Subsecretário de Estado da Bolívia (*Promoção*).....	GRÃ-CRUZ	"
Senhor José Manuel d'Orey, Diretor executivo da firma "Companhia Comercial e Marítima S.A.", do Rio de Janeiro.....	OFICIAL	"
Senhor Enrique Soriano Grau, Cônsul Honorário do Brasil em Valência.....	CAVALEIRO	"
S. Ex. o Sr. Isidro Ycaza Plaza, Ministro do Tesouro do Equador.....	GRÃ-CRUZ	"
Doutor Anton Angelo Chiocchio, Escritor italiano.....	OFICIAL	"
Professor Doutor Hans Strouhal, Diretor do Museu de História Natural de Viena.....	"	"
Senhor Harry Xing Kelly, Presidente da da "Mississipe Shipping Company"...	"	"
Professor Doutor José H. Montalván, Vice-Reitor da Universidade Nacional da Nicarágua.....	GRANDE OFICIAL	"
S. Ex. o Sr. Salvador Castillo Selva, Deputado ao Congresso Nacional da Nicarágua.....	COMENDADOR	"

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Senhor Vicente Urcuyo Rodríguez, Secretário de Informação e Imprensa da Nicarágua.....	COMENDADOR	22- 1-959
Senhor Paul Benonin Boyer de Belvefer, Cientista francês.....	OFICIAL	"
Jonkheer D. Van den Brandeler, Conselheiro da Embaixada dos Países-Baixos no Brasil.....	COMENDADOR	"
Senhor Juan Guillermo Lienhard, Diretor Gerente da "Standar Eletric S.A."...	OFICIAL	"
Senhor Manoutchehr Behnam, Conselheiro da Legação do Irão no Brasil.....	COMENDADOR	"
Doutor Hussein Chérif, Conselheiro da Embaixada da República Arabe Unida no Brasil.....	COMENDADOR	"
Senhor Cayetano Luca de Tena y Lazo..	OFICIAL	"
Doutor Pierre Vernier, Conselheiro-Técnico do Ministério da Saúde da França.....	"	"
S. Ex. o Sr. Jorge Haakerfort, antigo Ministro de Estado da Saúde do Peru..	GRANDE OFICIAL	"
Senhor Luis de los Heros, Diretor do jornal "La Cronica", do Peru.....	COMENDADOR	"
Senhor Agustin Tovar de Albertis, Secretário Geral da Coalisão Nacional do Peru.....	OFICIAL	"
Senhor Raul Ferrero Rebagliati, Tesoureiro do Instituto Cultural-Peruano-Brasileiro.....	"	"
Senhor Francisco Miró Quesada, Jornalista peruano.....	"	"
Senhor Enrique Chirinos Soto, jornalista peruano.....	"	"

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Senhor Raul de Mugaburu, jornalista peruano.....	OFICIAL	22- 1-959
Senhor Robert B. Meyner, Governador do Estado de Nova Jersey.....	GRANDE OFICIAL	12- 2-959
Senhor Detlev Scheel, Primeiro Secretário da Embaixada da República Federal da Alemanha no Brasil.....	OFICIAL	27- 2-959
Senhor Marcel Ernest Antoine Cazes, Diretor Geral Adjunto do "Crédit Lyonnais". (*Promoção*).....	COMENDADOR	"
Senhor Pierre Vulliod, Diretor do "Crédit Lyonnais". (*Promoção*).....	OFICIAL	"
Senhor Leon de Rozen, Presidente Diretor Geral da "Simca Internacional", de Paris.....	"	"
Senhor Henri Theodore Pigozzi, Presidente Diretor Geral da Société Anonyme Simca, de Paris.....	COMENDADOR	"
S. Ex. o.Sr. Juan Bautista de Lavalle....	GRÃ-CRUZ	"
Senhor William Sutherland Lindsay.....	OFICIAL	"
Sua Alteza Real a Duquesa de Kent.....	GRÃ-CRUZ	10- 3-959
Sua Alteza Real a Princesa Alexandra de Kent.....	"	"
Senhor W. W. Kuyck, Ajudante de Ordens de Sua Alteza Real o Príncipe dos Países-Baixos.....	OFICIAL	6- 4-959
Senhor Cathrines Sesink. (*Promoção*).	COMENDADOR	"
Tenente-Coronel Carel Coenrad Geertsema. (*Promoção*).....	"	"
Doutor F. A. de Graaff, Secretário de Sua Alteza Real o Príncipe dos Países-Baixos.....	OFICIAL GRANDE	"

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Doutor Augusto Salazar Leite, Professor do Instituto de Medicina Tropical de Lisboa.....	OFICIAL	29- 4-959
Monsenhor Carmine Rocco, Conselheiro da Nunciatura Apostólica no Brasil...	COMENDADOR	4- 5-959
Doutor Herman van Walsem, Chefe do Departamento Legal da Philips S/A., na Holanda.....	"	"
Senhor Fracesco Parenti. Cônsul Geral da Itália em Curitiba	OFICIAL	4- 5-959
Senhor Hiroschi Chiba. Segundo Secretário da Embaixada do Japão no Brasil.....	CAVALEIRO	18- 5-959
Senhor H.A. Djurhuus, antigo Secretário da Embaixada da Dinamarca no Brasil.....	OFICIAL	"
Senhor Roald M. Andersen, Adido Comercial à Embaixada da Noruega no Brasil.....	CAVALEIRO	"
Senhor Arne Helleryd, antigo Segundo Secretário da Embaixada da Suécia no Brasil.....	"	"
Monsenhor Mário Perissin, antigo Secretário da Nunciatura Apostólica no Brasil.....	OFICIAL	"
S. Ex. o Senhor Subandrio, Ministro das Relações Exteriores da Indonésia.....	GRÃ-CRUZ	"
S. Ex. o Sr. Wirjono Prodjodikoro, Presidente da Suprema Côrte da Indonésia	"	"
S. Ex. o Sr. Tamzil, Chefe do Gabinete Presidencial da Indonésia.....	"	"
S. Ex. o Sr. Sukarno, Presidente da República da Indonésia.....	GRANDE COLAR	"

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
S. Ex. o Sr. Ignácio Luis Arcaya, Ministro das Relações Exterioers da República da Venezuela.....	GRÃ-CRUZ	20- 5-959
Senhor Edward Riley, Vice-Presidente da General Motors e Gerente da Divisão de Operações Internacionais.....	COMENDADOR	4- 7-959
Senhor Salvador Jiménez Canossa, Diretor da Biblioteca da Assembléia Legislativa em São José da Costa Rica....	CAVALEIRO	9- 6-959
Senhor Maurice A. Lubin, Jornalista haitiano.....	"	"
Professora Luz de Ulloã, Diretora da Escola "Estados Unidos do Brasil", em São José da Costa Rica.....	"	"
Capitão de Infantaria Juan Villarreal González, do Exército mexicano.....	"	"
Doutor Manuel João Correia-Branco, Membro da Congregação da Escola de Medicina da Universidade de Boston.	OFICIAL	"
Senhor Helen Caldwell, Catedrática de Línguas Clássicas da Universidade da Califórnia.....	"	"
Senhor Harry Warner Frantz, Jornalista americano.....	"	"
Senhor Ernesto Rogers, Professor da Faculdade de Arquitetura da Politécnica de Milão.....	"	"
Professor Angelo Monteverdi, Reitor da Faculdade de Letras e Filosofia da Universidade de Roma.....	OFICIAL	9- 6-959
Doutor Virgílio Ferrari, Prefeito de Milão.....	COMENDADOR	"
Senhor Richard August Frans Declerck, Governador da Província de Antuérpia.....	"	"

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Senhor Marcel Cuvelier, Diretor Geral da Sociedade Filarmônica do Palácio de Belas Artes. Bruxelas (*Promoção*).....	COMENDADOR	9-6-959
Senhor Lode Craeybeckx, Burgomestre de Antuérpia.....	,,	,,
Doutor Joannes Albertus Ursinus Maria van Grevensteins, Diretor do Serviço holandês de Emigração.....	,,	,,
Senhor Jaime Amador e Pinho, Administrador da Companhia Colonial de Navegação.....	,,	,,
Doutor Gilberto Bernabei, Diretor Geral da Radiodifusão e Televisão da Presidência do Conselho de Ministros da República Italiana.....	,,	,,
S. Ex. o Sr. Dr. Crisanto Sacasa, Presidente do Congresso Nacional da Nicarágua.	GRANDE OFICIAL	,,
Engenheiro Bastiaan Wouter Haveman, Comissário do Govêrno holandês para a Emigração.....	,,	,,
S. Ex. o Sr. Dr. Theodor Sonnemann, Secretário de Estado do Ministério da Agricultura da República Federal da Alemanha.....	GRÃ-CRUZ	,,
S Ex. o Senhor Manuel G Escalante, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Costa Rica em Washington.....	,,	,,
S Ex. o Sr Luís Maria de Pablo Pardo, Conselheiro Legal do Ministério das Relações Exteriores e Culto da República Argentina.....	,,	,,
S Ex. o Sr José Soares da Fonseca, Primeiro Vice-Presidente da Assembléia Nacional de Portugal.....	,,	,,
S Ex. o Sr Dr José Gutíerrez Gomez, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Colômbia em Washington.	GRÃ-CRUZ	,,

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
S Ex o Sr Dr José R Castro, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República de Honduras no Brasil..	GRÃ-CRUZ	9- 6-959
S Ex. o Sr J G Suurhoff, Ministro das Relações Sociais e da Saúde dos Países-Baixos.....	"	"
Sua Ex o Sr Deputado Bernardo Mattarella, Ministro de Correios e Telecomunicações da República Italiana....	"	"
S Ex o Sr Deputado Giovanni Bovetti, Subsecretário da Defesa da República Italiana.....	"	"
S Ex o Sr Deputado Emílio Taviani, Ministro da Defesa da República Italiana.....	"	"
S Ex o Sr Ellis O Briggs, antigo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário dos Estados Unidos da América no Brasil.....	"	"
S Ex o Sr Carlos Alberto Florit, Ministro das Relações Exteriores e Culto da República Argentina.....	"	"
S Ex o Sr Augusto Céspedes, Deputado pelo Departamento de La Paz.....	"	"
Doutor Ives Mathieu, Gerente da Companhia Ferro Brasileiro S A	OFICIAL	16- 6-959
Senhor Mariano de Madrazo y Lopez de Calle, Cônsul Geral da Espanha em Jerusalém.....	GRANDE OFICIAL	6- 7-959
Senhor Ricardo Muniz, Ministro Conselheiro da Embaixada da Espanha no Brasil.....	"	"
Senhor Joseph Eschweiler, da "Comédie Française".....	CAVALEIRO	"
Senhor Maurice Escande, da "Comédie Française".....	"	"

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
S Ex o Sr Professor Herman Georgen, Deputado Alemão.....	COMENDADOR	6- 7-1959
S Ex o Jonkheer M W van Weede, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Sua Majestade a Rainha dos Países-Baixos no Brasil.....	GRÃ-CRUZ	"
Doutor Helmut Braeunert, Cônsul da República Federal da Alemanha em Curitiba.....	CAVALEIRO	"
Senhor Martinus Hemmo Varrijn Stuart.....	OFICIAL	14- 7-959
Senhor André de Guchteneere.....	COMENDADOR	"
Senhor George Perrollaz, Diretor da Sandoz do Brasil.....	"	"
S Ex o Sr Georges Argyropoulos, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Grécia no Brasil.....	GRÃ-CRUZ	"
Senhor Hermann G Schuette, Primeiro Secretário (Econômico) da Embaixada da República Federal da Alemanha no Brasil.....	OFICIAL	"
Senhor Licínio Osório Marinho Alves, Direotr-Geral da Companhia Panair do Brasil S A, em Lisboa.....	COMENDADOR	"
Sua Ex a Senhora Golda Meir, Ministros das Relações Exteriores de Israel.....	GRÃ-CRUZ	"
Senhor Finn Olav Gundelach, Chefe de Divisão da Secretária Executiva do G A T T (Genebra).....	COMENDADOR	"
Senhora Dona Jackie Martin, jornalista americana.....	CAVALEIRO	"
Senhora Dona Alice Rogers Hager, jornalista americana.....	"	"

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Senhor Carlos Iñiguez Larraín, escritor e jornalista chileno.....	COMENDADOR	14- 7-959
Senhor Alvaro Droguett del Fierro, antigo Subsecretário das Relações Exteriores do Chile (*Promoção*).....	GRANDE OFICIAL	"
Senhor Doutor Biagio Abbate, Governador da Província de Pistóia.....	COMENDADOR	"
Professor Marcel Bataillon, Administrador do Colégio de França.....	OFICIAL	"
Senhora Dona Augusta Pastor de Prado, Presidente da Sociedade Cultural "Entre Nous" de Lima.....	"	"
Senhor Raul Navarro.....	"	"
Senhor Henri Dernelle, Inspetor Geral no Ministério dos Negócios Estrangeiros da Bélgica.....	COMENDADOR	"
Senhor Frans Cools, Diretor no Ministério dos Negócios Econômicos da Bélgica.....	"	"
Senhor René Georges Detaille, Presidente da Asssociação Geral da Imprensa Belga.....	OFICIAL	"
Senhor Etienne Octors, Diretor Geral da Casa da América Latina, na Bélgica..	"	"
Senhor Félix François Silas Damien Guillon, Vice-Presidente da Casa da América Latina, na Bélgica.....	"	"
Senhor André Lebon, Presidente da Casa da América Latina, na Bélgica.....	"	"
Senhor Jean Thevenet, Advogado, antigo "Batonnier" junto à Côrte de Apelação da Bélgica.	"	"
Senhor Marc Blancpain, Secretário Geral da "Alliance Française" de Paris.....	CAVALEIRO	"

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Senhor Luiz Vicente Migone, Engenheiro argentino	OFICIAL	14- 7-959
S. Ex o Sr Hernán Videla Lira, Presidente do Senado do Chile	GRÃ-CRUZ	"
Senhor Hans L Wolfram	CAVALEIRO	"
Padre Vicente Péroneille	OFICIAL	20- 7-959
Senhor Yozo Tsuji, Secretário do Ministério dos Negócios Exteriores do Japão-	CAVALEIRO	7- 8-959
Senhor Yusuke Kimura, Secretário do Ministério dos Negócios Exteriores do Japão	OFICIAL	"
Senhor Tsutomu Wada, Secretário Particular de Sua Excelência o Primeiro Ministro do Japão	OFICIAL	"
Senhor Nobukazu Kishi, Secretário Particular de Sua Excelência o Primeiro Ministro do Japão	"	"
Senhor Morisaburo Seki, Chefe da Divisão de Cooperação Econômica do Ministério dos Negócios Exteriores do Japão	GRANDE OFICIAL	"
Senhor Haruki Mori, Diretor do Departamento dos Negócios Americanos do Ministério dos Negócios Exteriores do Japão	"	"
Sua Ex o Sr Takeo Okubo, Membro da Câmara dos Deputados do Japão	"	"
S. Ex o Sr Toshinaga Yamamoto, Membro do Senado do Japão	"	"
S. Ex o Sr Tatsuo Tanaka, Membro da Câmara dos Deputados do Japão	"	"
S. Ex o Sr Embaixador Shunichi Matsumoto, Vice-Chefe de Gabinete e Membro da Câmara dos Deputados do Japão	GRA-CRUZ	"

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
S. Ex. o Sr Nobosuke Kishi, Primeiro Ministro do Japão.....	GRÃ-CRUZ	7- 8-959
Senhor Knud Lókkegaard, Adido de Pesca à Embaixada da Dinamarca no Brasil.....	CAVALEIRO	"
Senhor Carl Schlesinger Chinatti, antigo Adido à Embaixada da Austria no Brasil.....	"	"
S. Ex. o Senhor German Vergara Donoso, Ministro das Relações Exteriores do Chile (*Promoção*).....	GRÃ-CRUZ	11- 8-959
S. Ex. o Sr Jorge Alessandri, Presidente da República do Chile.....	GRANDE COLAR	"
Padre William Slatery, Superior Geral da Congregação da Missão de São Vicente de Paulo.....	COMENDADOR	26 -8-959
S. Ex. o Sr André Malraux, Ministro de Estado para os Assuntos Culturais da França.....	GRANDE OFICIAL	1- 9-959
S. Ex. o Sr Arie Aroch, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Estado de Israel no Brasil.....	GRÃ-CRUZ	3- 9-959
S. Ex. o Senhor Juan Antônio Viera, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Oriental do Uruguai no Brasil.....	"	17- 9-959
Padre Agostinho Jaensch, Peofessor da Escola Técnica do Exército.....	CAVALEIRO	25- 9-959
S. Ex. o Sr Diógenes Taboada, Ministro das Relações Exteriores e Culto da República Argentina.....	GRÃ-CRUZ	30- 9-959
Senhor Ramon Alberto Salem, Segundo Secretário da Embaixada da República Argentina.....	CAVALEIRO	"
Senhor Leonel Pedro Banha da Silva, Agente Geral do Ultramar.....	GRANDE OFICIAL	"

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
S. Ex. Reverendíssima Dom Manuel dos Santos Rocha, Arcebispo Titular de Mitilene.....	GRANDE OFICIAL	30- 9-959
Irmã Antoinette Marie Clémence Blanchot.....	CAVALEIRO	7-10-959
S. Ex. o Sr. Dr. Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho, Ministro da Saúde e Assistência de Portugal.....	GRÃ-CRUZ	8-10-959
S. Ex. o Sr. Jan Stenstrom, Embaixador de Sua Majestade o Rei da Suécia no Brasil.....	"	3-11-959
Senhor Sudio Gandarum, antigo Primeiro Secretário da Embaixada da Indonésia no Brasil.....	OFICIAL	"
Senhor Julianus S. Mustafa, antigo Adido à Embaixada da Indonésia no Brasil.....	CAVALEIRO	"
Senhor Raden Ng. P. Kusumadi Hadimoto, antigo Secretário Comercial da Embaixada da Indonésia no Brasil...	"	"
Capitão-de-Corveta John Cameron Reed, da Marinha Real.....	OFICIAL	"
Senhor Jean Jacques Desportes.....	"	10-11-959
Professor Heinz Nordhoff, Presidente da "Volkswagen do Brasil Indústria e Comércio de Automóveis S A.....	COMENDADOR	13-11-959
S. Ex. o Sr. Embaixador Luis Padilla Nervo, Delegado Permanente do México junto às Nações Unidas.....	GRÃ-CRUZ	16-11-959
Senhor Martti Harju, antigo adido Adjunto à Embaixada da Finlândia no Brasil.....	CAVALEIRO	"
Senhor Hubert de Schryver, antigo adido à Embaixada da Bélgica no Brasil....	"	"

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Doutor José Maria Garcia Rodriguez (*Promoção*).....	COMENDADOR	16-11-959
Professor Henri Gridel, Diretor do Laboratório Nacional de Hidraulica, em Paris.....	OFICIAL	"
Professor James L. Taylor.....	"	"
Senhora Dona Margaret Healey Salles..	CAVALEIRO	"
Senhor Ernesto Wolff, Diretor Tesoureiro do Museu de Arte Moderna de São Paulo.....	"	"
Senhora Dona Emmy Schadegg, Vice-Cônsul, interino, do Consulado Geral do Brasil em Zurique.....	CAVALEIRO	"
Senhor Alfredo Monteiro Guimarães...	COMENDADOR	"
Doutor Renato Paciléo.....	OFICIAL	"
Senhor Curtis Albert Pringle, Diretor-Presidente da Companhia Johson S/A, de Fortaleza.....	OFICIAL	"
Senhor John F. Day, Diretor da "News for CBS News".....	"	"
Doutor Juan Sais.....	"	"
S. Ex. Reverendíssimo Monsenhor Jean Rupp, Bispo Titular de Arca de Fenícia, Auxiliar do Cardeal Arcebispo de Paris.....	COMENDADOR	"
Senhor Pedro Gomez Aparício, Diretor de "La Hoja del Lunes", de Madrid..	"	"
S. Ex. o Sr. José Solis Ruiz, Ministro Secretário Geral do Movimento, de Espanha.....	GRÃ-CRUZ	"
Senhor Laouritz Christian Vissing von Lachmann.....	OFICIAL	"

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Doutor Hans Joachim Corvinus, Funcionário do Ministério Federal da Agricultura da Alemanha.....	OFICIAL	16-11-959
Doutor Hans Joachim Mangold, Conselheiro da Embaixada da República Federal da Alemanha em Londres.....	COMENDADOR	"
Senhor Wilhelm Zangem (*Promoção*).....	GRANDE OFICIAL	"
Senhor Doutor Kurt Daniel, Chefe do Departamento do Comércio Exterior do Ministério Federal da Economia da Alemanha.....	"	"
S. Ex. o Sr. Dr. Albert Hilger van Scherpenberg, Secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Federal da Alemanha (*Promoção*).....	GRÃ-CRUZ	"
S. Ex. o Barão Sigismund von Braun, Chefe do Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Federal da Alemanha.....	"	"
Senhor Guillermo Arturo Winter Elizalde, Prefeito de Valparaíso.....	COMENDADOR	"
Senhor Aurélio Fernandez Garci-Huidobro, Subchefe do Cerimonial e Protocolo do Ministério das Relações Exteteriores do Chile.....	"	— "
Senhor Gonzalo Guerra Larrain, Secretário do Ministério das Relações Exteriores do Chile.....	OFICIAL	"
Senhor Hector Rodolfo Hernandez Garcia, Arquitéro mexicano.....	CAVALEIRO	"
Jonkheer Romain de Beaufort, Funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiro dos Países-Baixos.....	OFICIAL	"
Doutor Diederik Johannes Maria van Thiel Coovels, Funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Países-Baixos.....	"	"

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
S. Ex. o Senhor Sunthorn Hongladarom, Ministro dos Assuntos Econômicos da Tailândia.....	GRÃ-CRUZ	16-11-959
S. Ex. o Sr Thanat Khoman, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia.....	"	"
S. Ex. o Sr. Marechal Srisdi Dhanarajata, Primeiro Ministro da Tailândia...	"	"
S. Ex. o Sr. Deputado Jovito Villalba, Chefe da Missão Especial Venezuelana.....	"	"
Sua Ex. o Sr. Embaixador Fernando Illanes Benitez, Subsecretário de Estado das Relações Exteriores do Chile.....	"	"
S. Ex. o Sr. Embaixador Francisco D' Hers, Subsecretário das Relações Exteriores da República Argentina.....	"	"
S. Ex. o Sr. Dr Angel Miguel Centeno, Subsecretário de Culto da República Argentina.....	"	25-11-959
S. Ex. o Sr. Embaixador Luiz S Sanz, Diretor Geral de Política do Ministério das Relações Exteriores e Culto da República Argentina.....	"	"
S. Ex. o Sr. Embaixador Carlos A Leguizamón, Diretor Nacional de Cerimonial de Estado da República Argentina....	"	"
S. Ex. o Sr. Ministro René Eduardo Ortuno, Diretor do Departamento Econômico Social do Ministério das Relações Exteriores e Culto da República Argentina.....	GRANDE OFICIAL	"
S. Ex. o Sr. Ministro Rodolfo Zapata, Subdiretor de Cerimonial de Estado da República Argentina.....	"	"

NOMES	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
S. Ex. o Sr. Ministro Horácio A Portela, Subdiretor do Departamento Econômico Social do Ministério das Relações Exteriores e Culto da República Argentina.....	GRANDE OFICIAL	25-11-959
S. Ex. o Sr. Arturo Frondizi, Presidente da Nação Argentina.....	GRANDE COLAR	"
Senhor Doutor Ulrich Haberland, Diretor Geral da "Farbenfabriken Bayer A G", de Leverkusen, República Federal da Alemanha..	OFICIAL	3-12-959
Senhor Oswaldo Guayasamin.....	OFICIAL	16-12-959
S. Ex. o Sr. Dr. Alejandro Paz Maldonado, Senador da República do Equador.....	GRÃ-CRUZ	"
S. Ex. o Sr. Embaixador Augusto Dillon.....	"	"
S. Ex. o Sr. Dr. Luis Ponce Enriquez, Secretário Geral da XI Conferência Panamericana.....	"	"
S. Ex. o Sr. Agustin Febres Cordero, Vice-Presidente da Câmara dos Deputados do Equador.....	"	"
Padre Guido del Toro, S.J.....	OFICIAL	"
S. Ex. o Sr. Dr. Júlio César Turbay Ayala Ministro das Relções Exteriores da Colômbia.....	GRÃ-CRUZ	"

ATOS, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

O Brasil compareceu, durante o ano de 1959, às seguintes reuniões internacionais:

Conferência Latino-Americano de Teatro
Santiago — janeiro

Reunião Extraordinária do Conselho da F.A.O.
Roma — janeiro

V Reunião Pan-Americana de Consulta Sobre Geografia
Quito — janeiro

IV Reunião Pan-Americana de Consulta Sôbre História
Cuenca — janeiro

Conferência Regional de Aviação Civil
Rio de Janeiro — janeiro

II Conferência Internacional do Açúcar
Londres — janeiro

I Reunião Técnica Sôbre Cacau
Gana — fevereiro

Conferência Técnica de Saúde Pública da Região da América Latina
Lima — fevereiro

Conferência Internacional da Patrulha Aérea Civil
Santiago — março

IV Reunião do Conselho Técnico Consultivo do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas
São José da Costa Rica — março

IX Congresso Internacional de Linguística Românica
Lisboa — março

CXLI^{a} Sessão do Conselho Administrativo da O.I.T.
Genebra — março

II Simpósio de Nutrição da Criança e da Família
Assunção — março

Reunião do Sistema Brasileiro de Pagamentos Multilaterais
Londres — Março

III Congresso Meteorológico Mundial
Genebra — abril

II Reunião do Comitê de Finanças da F.A.O.
Roma — abril

Congresso Internacional de Agricultura
Israel — abril

VII Sessão da Comissão da Indústria Carbonífera da O.I.T.
Genebra — abril

Reunião do Comitê Para a Campanha Mundial Contra a Fome e a Desnutrição
Roma — abril

XXVII Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
México — abril

VIII Congresso Latino-Americano de Neurocirurgia;
IV Congresso Sul-Americano de Neurofisiologia Clínica e Eletro-Encefalografia; e
Simposio Internacional de Investigações Neurológicas
Santiago — abril

III Congresso Internacional das Instituições Superiores de Contrôle das Finanças Públicas
Rio de Janeiro — maio

Conferência do Espaço Cósmico
Washington — maio

I Conferência Interparlamentar Americana
Lima — maio

XIV Sessão das Partes Contratantes do Acôrdo Geral Sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio (G.A.T.T.)
Genebra — maio

VIII Período de Sessões da Comissão Econômica das Nações Unidas Para a América Latina (CEPAL)
Panamá — maio

XII Assembléia Mundial da Saúde
Genebra — maio

II Congresso Ibero-Americano de Municípios
Lisboa — maio

Grupo de Estudos do Cacau (F.A.O.)
Roma — maio

XVIII Sessão Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão
Washington — maio

Reunião da Comissão Executiva da União Postal Universal
Berna — maio

IV Congresso Indigenista-Interamericano
Guatemala — maio

IV Período de Sessões do Comitê Diretor Permanente dos Congressos Pan-Americanos de Estradas de Rodagem
Washington — maio

II Congresso Internacional de Turismo Social
Viena — Salzburgo — maio

XVI Congresso Internacional de Veterinária
Madrid — maio

IV Sessão do Grupo de F.A.O. Sôbre Cereais
Roma — maio

Reunião de Reitores de Universidades
Quito — maio

II Sessão da Junta Diretora do Fundo Especial das Nações Unidas Para a Assistência Técnica
Nova York — maio

XIII Assembléia da Comissão Internacional de Mulheres
Washington — junho

III Congresso Mundial de Fertilidade e Esterilidade
Amsterdam — junho

II Sessão do Comitê Misto FAO/FISI
Roma — junho

XXXI Sessão da Comissão de Produtos de Base da F. A. O.
Roma — junho

VI Congresso-Exposição Internacional de Técnicos de Saúde
Paris — junho

XXIII Salão Internacional de Aeronáutica
Paris — junho

CXLII.ª Sessão do Conselho de Administração da O.I.T.
Genebra — junho

XII Assembléia-Geral da Organização de Aviação Civil Internacional
San Diego (Califórnia) — junho

Reunião do Comitê de Assistência Técnica das Nações Unidas
Genebra — junho

XXXI Sessão do Conselho da F.A.O.
Roma — junho

Seminário Internacional Sôbre a Reabilitação
Compenhague — junho

XI Reunião da Comissão Internacional da Pesca da Baleia
Londres — junho

XXVIII — Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
Genebra — junho

XLIII Sessão da Conferência Internacional do Trabalho
Genebra — junho

VIII Sessão da Assembléia-Geral do Instituto Internacional Para a Universidade do Direito Privado
Roma — junho

III Congresso Internacional de Higiene Escolar e Universitária
Paris — julho

Conferência Internacional Sôbre a Poluição das Águas do Mar
Copenhague — julho

V Congresso Latino-Americano de Sociologia
Motenvidéu — julho

IX Congresso Internacional de Pediatria
Montreal — julho

IV Reunião do Conselho Diretor do Instituto Pan-Americano de Geografia e História
México — julho

IX Congresso Internacional de Radiologia
Munique — julho

I Simpósio Interamericano de Astronáutica
São Paulo — julho

XXII Conferência Internacional de Instrução Pública —
Genebra — junho

Congresso Internacional Sôbre Doença de Chagas
Rio de Janeiro — julho

Sessão Extraordinária do Comitê Executivo do Conselho Internacional do Açucar
Londres — julho

Sessão Inter-Regional de Estudo e Formação Sôbre Cooperativas
Humlebaek — Genebra — julho

I Congresso Sul-Americano de Turismo
Assunção — julho

XLIV Congresso Universal de Esperanto
Varsóvia — agôsto

Congresso Sôbre Discriminação Racial
Aarhus — agôsto

Congresso Internacional de Mulheres Universitárias
Helsinki — agôsto

Congresso Regional Ibero-Americano de Surdos
Madrid — agôsto

V Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos
Santiago — agôsto

Conferência Administrativa de Radiocomunicações da U. I. T.
Genebra — agôsto

XII Reunião do Comitê Jurídico da Organização de Aviação Civil Internacional
Munique — agôsto

X Congresso Internacional do Frio; e
Conferência Geral do Instituto Internacional do Frio
Copenhague — agôsto

IV Reunião do Conselho Internacional de Jurisconsultos
Chile — agôsto

III Congresso Internacional de Surdos
Wiesbaden — agôsto

IX Conferência Internacional de Imprensa Universitária
Oxford — agôsto

III Congresso Pan-Americano de Medicina Veterinária
Kansas-City — agôsto

XI Congresso do Instituto Internacional de Ciências Administrativas
Wiesbaden — agôsto

XII Reunião Anual da Federação Mundial Para a Saúde Mental
Barcelona — agôsto

XIV Assembléia Plenária da Federação Mundial das Associações Para as Nações Unidas
Genebra — agôsto

III Congresso Internacional de Estudos Clássicos
Londres — agôsto

Conferência Internacional Sôbre Pesquisas Educacionais
Tóquio — agôsto

Congresso Oceanográfico Internacional
Nova York — agôsto

XVII Reunião do Instituto Internacional de Economia
São Paulo — setembro

II Sessão da Comissão de Meteorologia Aeronáutica da Organização Meteorológica Mundial
Montreal — setembro

V Sessão da Divisão de Meteorologia da Organização de Aviação Civil Internacional
Montreal — setembro

XV Conferência Internacional de Tuberculose
Istambul — setembro

XLV Assembléia Geral das Nações Unidas
Nova York — setembro

I Reunião Técnica Sul-Americana Sôbre Cooperativas Agro-Pecuárias
Buenos Aires — setembro

Reunião Relativa ao Estabelecimento de uma Zona de Livre Comércio na América Latina
Montevidéu — setembro

II Reunião da Comissão Técnica de Planejamento dos Congressos Pan-Americanos de Estradas de Rodagem
Rio de Janeiro — setembro

XLVIII Conferência Interparlamentar
Varsóvia — agôsto

Congresso Extraordinário da Associação Internacional de Críticos de Arte
Rio, São Paulo, Brasília — setembro

XXV Conferência Internacional da Federação Internacional de Documentação
Varsóvia — setembro

XI Reunião do Conselho Diretor da Organização Pan-Americana da Saúde
Washington — setembro

Reunião de Peritos em Moléstias Venéreas e das Treponematoses
Genebra — setembro

XI Congresso Internacional de Estradas de Rodagem
Rio de Janeiro — setembro

III Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica
Viena — setembro

I Congresso de Pediatria das Nações Latinas
Sanreno — setembro

Reunião da Junta de Governadores das Sociedades de Cruz Vermelha
Atenas — setembro

Reunião de Técnicos Para Debater Assuntos de Biologia e Tecnologia do Pescado
Montevidéu — setembro

IV Reunião do Grupo de Trabalho Sôbre Requisitos Para Operações com Aviões a Jato
Montreal — setembro

LXI Assembléia Geral da Aliança Internacional de Turismo
Madrid — setembro

Reunião da Junta de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica
Viena — setembro

Congresso Internacional das Associações Biblioteconômicas
Varsóvia — setembro

Seminário Sul-Americano de Extensão Agrícola
Belo Horizonte — outubro

I Reunião do Comitê Consultivo da Pesquisa Médica
Genebra — outubro

I Congresso Sul-Americano de Acadêmicos de Farmácia
Pôrto Alegre — outubro

VIII Sessão do Comitê Permanente da União Internacional para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas
Munique — outubro

IV Sessão do Comitê Intergovernamental da Convenção Universal dos Direitos do Autor
Munique — outubro

Conferência Internacional de Plenipotenciários da U.I.T.
Genebra — outubro

I^{a} Reunião da Comissão Interamericana de Energia Nuclear
Washington — outubro

XXXII Sessão da Comissão de Produtos de base da F. A. O.
Roma — outubro

XV Sessão das Partes Contratantes do Acôrdo Geral Sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio (G.A.T.T.)
Tóquio — outubro

XXXII Sessão do Conselho da F.A.O.
Roma — outubro

X Sessão da Conferência da F.A.O.
Roma — outubro

XXXIX Reunião do Comitê Executivo da Organização Pan-Americana da Saúde
Washington — outubro

Reunião dos Conselheiros Sôbre o Trabalho Feminino
Genebra — outubro

XXIX Convenção da Sociedade Americana de Agentes de Viagem (A.S.T.A.)
Havana — outubro

Reunião Técnica Conjunta Fao-Oit Sôbre Cooperativas no Oriente Médio
Cairo — outubro

V Sessão da Comissão Consultiva dos Empregados e Trabalhadores Intelectuais
Colônia — novembro

Conferência Internacional da Borracha
Washington — novembro

Reunião do Grupo de Estudos dos Países Exportadores de Algodão
Washington — novembro

XIII Sessão do Comitê Executivo do Comitê Intergovernamental da Migração Européia (CIME)
Genebra — novembro

XI Reunião do Conselho Deliberativo do Comitê Intergovernamental da Migração Européia (CIME)
Genebra — novembro

XIV Congresso Mundial das Câmaras Junior
Rio de Janeiro — novembro

CXLIII.ª Sessão do Conselho de Administração da O.I.T.
Genebra — novembro

Congresso Interamericano de Obstetrizes
Santiago — novembro

XI Congresso Pan-Americano da Criança
Bogotá — novembro

XL Reunião do Conselho Diretor do Instituto Interamericano da Criança
Bogotá — novembro

III Reunião do Conselho Interamericano Cultural
San Juan de Pôrto Rico — novembro

II Seminário Latino-Americano Sôbre Problemas Agrários da FAO
Montevidéu — novembro

IV Sessão do Conselho Internacional do Açúcar
Tânger — novembro

V Conferência da Divisão de Facilitação da O.A.C.I.
Roma — dezembro

V Período de Sessões do Conselho Executivo Provisório da União Latina Madrid — dezembro

Brasil-Diversos

Protocolos de Emenda à «Convenção sôbre Aviação Civil Internacional», concluída em Chicago a 7 de dezembro de 1944, relativos, respectivamente, ao artigo nº 45 e aos artigos ns. 48 (a), 49 (e) e 61.

Adotados em 14 de junho de 1954, por ocasião da Oitava Sessão da Assembléia da Organização da Aviação Civil Internacional.

Instrumentos de Ratificação do Brasil depositados em junho de 1959, junto à Organização da Aviação Civil Internacional.

Convenção Universal sôbre Direito de Autor e Protocolos Anexos.

Assinada em Genebra, a 6 de setembro de 1952.

Instrumento de Ratificação do Brasil depositado junto à UNESCO em 13 de outubro de 1959.

Protocolo destinado a colocar sob contrôle internacional as drogas não incluídas na Convenção de 13 de julho de 1931, para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes, emendada pelo protocolo assinado em Lake Success a 11 de dezembro de 1946.

Assinado pelo Brasil em 19 de novembro de 1948.

Instrumento de Ratificação do Brasil depositado em

Acôrdo Internacional do Açúcar, de 1958.

Concluído em Genebra, a 4 de dezembro de 1958.

Instrumento de Ratificação do Brasil, de que consta reserva, depositado junto ao Govêrno do Reino Unido de Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, em 5 de novembro de 1959.

Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Assinado pelo Brasil em 8 de abril de 1959.

Instrumento d eRatificação do Brasil depositado junto à Organização dos Estados Americanos, em 30 de dezembro de 1959.

Brasil-Estados Unidos da América

Acôrdo, por troca de notas, prorrogando até 31 de dezembro de 1960 o Acôrdo para realização do programa de cooperação em matéria de saúde, concluído por troca de notas em 27 de dezembro de 1950, bem como o Acôrdo sôbre Saúde e Saneamento, de 14 de março de 1942.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1959.

Signatários: *Horácio Lafer* e *John Moors Cabot*.

Brasil-Argentina

Acôrdo, por troca de notas, prorrogando de 12 de junho de 1959 até 31 de dezembro de 1959, as disposições do Tratado de Comércio e Navegação de 23 de janeiro de 1940, e Notas complementares de 23 de julho de 1942 e 22 de janeiro de 1943, bem como, por igual período, no que fôr pertinente, as disposições do Ajuste de Comércio de 23 de março de 1953, modificado em 25 de junho de 1954.

Buenos Aires, 9 de junho de 1959.

Signatários: *L. A. de Nogueira Porto* e *Diogenes Taboada*.

Convênio de Intercâmbio Cultural.

Buenos Aires, 25 de novembro de 1959.

Signatários: *Horacio Lafer* e *Diogenes Taboada*.

Declaração Conjunta.

Buenos Aires, 26 de novembro de 1959.

Signatários: *Horacio Lafer* e *Diogenes Taboada*.

Acôrdo, por troca de notas, para supressão de vistos em passaportes diplomáticos e especiais ou oficiais.

Buenos Aires, 26 de novembro de 1959.

Signatários: *Horacio Lafer* e *Diogenes Taboada*.

Acôrdo, por troca de notas, sôbre o Intercâmbio de Matérias Primas e Bens Industriais.

Buenos Aires, 26 de novembro de 1959.

Signatários: *Horacio Lafer* e *Diogenes Taboada*.

Acôrdo, por troca de notas, prorrogando, a partir de 31 de dezembro de 1959, as disposições do Tratado de Comércio e Navegação de 23 de janeiro de 1940, de suas Notas complementares, e do Ajuste de Comércio de 23 de março de 1953, modificado em 25 de junho de 1954. A prorrogação, que é feita até a entrada em vigor do projetado Tratado de Zona de Livre Comércio, ou de outros instrumentos que venham a substituir aqueles, não deverá exceder à data de 31 de dezembro de 1960.

Buenos Aires, 26 de novembro de 1959.

Signatários: *Horacio Lafer* e *Diogenes Taboada*.

Acôrdo, por troca de notas, sôbre impostos aplicados às frutas importadas.

Buenos Aires, 26 de novembro de 1959.

Signatários: *Horacio Lafer* e *Diogenes Taboada*.

Brasil-Austria

Acôrdo, por troca de notas, dispensando de visto os titulares de passaportes diplomáticos.

Viena, 7 de dezembro de 1959.

Signatários: *Raul Bopp* e *Bruno Kreisky*.

Brasil-Chile

Acôrdo, por troca de notas, prorrogando, a partir de 31 de dezembro de 1959 e até 31 de dezembro de 1960, as disposições do Tratado de Comércio e Navegação de 1.º de março de 1943, do Protocolo Adicional de 4 de julho de 1947, e das respectivas Notas anexas, a menos que antes de 31 de dezembro de 1960, sejam êsses instrumentos substituídos pelo projetado Tratado de Zona de Livre Comércio.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1959.

Signatários: *Horacio Lafer* e *Raúl Bazán Dávila*.

Brasil-Colombia

Declaração Conjunta.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1959.

Signatários: *Horacio Lafer* e *Julio Cesar Turbay Ayala*.

Brasil-Diversos

Convenção sôbre a Organização e Personalidade Jurídica da Repartição Hidrográfica Internacional.

Concluída em Mônaco a 16 de junho de 1958.

Assinada em Paris, em nome do Brasil, pelo Embaixador Carlos Alves de Souza Filho, em 24 de abril de 1959.

Brasil-Equador

Declaração Conjunta.

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1959.

Signatários: *Horacio Lafer* e *Carlos Tobar Zaldumbide*.

Brasil-Espanha

Acôrdo, por troca de notas, prorrogando pelo período de 6 meses, a partir de 1.º de julho de 1959, a validade do Ajuste Comercial de 24 de julho de 1952.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 1959 .

Signatários: *Francisco Negrão de Lima* e *L. Pio de Los Casares*.

Acôrdo, por troca de notas, prorrogando, por um prazo de 3 meses, a validade do Ajuste Comercial de 24 de julho de 1952. A prorrogação é feita de 1.º de janeiro a 31 de março de 1960.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1959.

Signatários: *Horacio Lafer* e *Eduardo Casset Y Diez de Ulzurrum*.

Brasil-Fao

Acôrdo, entre o Govêrno dos Estados Unidos do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, para a prestação de assistência técnica aos Governos de países sul-americanos sob a forma de um Seminário de Extensão Agrícola.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 1959.

Signatários: *Francisco Negrão de Lima* e *René Gachot*.

Brasil-França

Acôrdo, por troca de notas, relativo à cooperação técnico-administrativa.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1959.

Signatários: *Horacio Lafer* e *Bernard Hardion*.

Ata final relativa à cooperação econômica e ao contencioso franco-brasileiro.

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1959.

Signatários: *Horacio Lafer, Sebastião Paes de Almeida* e *Antoine Pinay*.

Brasil-Grã-Bretanha

Acôrdo, por troca de notas, prorrogando, pelo período adicional de um ano, de 1.º de outubro de 1959 a 30 de setembro de 1960, inclusive, a vigência dos artigos XV e XIX (a) até (d), do Acôrdo de

Comércio e de Pagamentos, concluído no Rio de Janeiro, a 21 de maio de 1948.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1959.

Signatários: *Horacio Lafer* e *Geoffrey Wallinger*.

Brasil-Israel

Convênio de Intercâmbio Cultural.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 1959.

Signatários: *Francisco Negrão de Lima* e *Golda Meir*.

Brasil-Japão

Declaração Nipo-Brasileira.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 1959.

Signatários: Presidente *Juscelino Kubitschek de Oliveira* e Primeiro Ministro *Nobusuke Kishi*.

Acôrdo, por troca de notas, prorrogando até 15 de janeiro de 1960, a vigência do Ajuste de Comércio e Pagamentos, concluído no Rio de Janeiro, em 16 de outubro de 1958.

Signatários: *Horacio Lafer* e *Yoshiro Ando*.

Brasil-Nações Unidas

Ajuste entre o Govêrno dos Estados Unidos do Brasil e a Organização das Nações Unidas, para o estabelecimento, no Estado de São Paulo, do Instituto Latino-Americano de Criminologia.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1959.

Signatários: *Francisco Negrão de Lima, Cesar Salgado* e *J. B. Viana de Morais,* pelo Brasil; e *René Gachot,* pelas Nações Unidas.

Brasil-Noruega

Acôrdo, por troca de notas, dispensando de visto os titulares de passaportes diplomáticos e especiais.

Rio de Janeiro: Nota norueguesa de 3 de fevereiro de 1959. — Nota brasileira de 29 de maio de 1959.

Brasil-Países Baixos

Convenção sôbre Assistência Judiciária Gratuita.

Rio de Janeiro, 16 de março de 1959.

Signatários: *Francisco Negrão de Lima* e *Marc Willem Van Weede*.

Brasil-Paraguai

Convênio para estabelecimento, em Encarnación, de um Entreposto de Depósito Franco para mercadorias exportadas ou importadas pelo Brasil.

Assunção, 5 de novembro de 1959.

Signatários: *Zenóbio da Costa* e *Raúl Sapena Pastor*.

Brasil-Polônia

Acôrdo, por troca de notas, prorrogando por seis meses, a partir de 2 de julho de 1959, o regime estabelecido no Ajuste de Pagamentos Brasil-Polônia, de 1.º de abril de 1954.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1959 .

Signatários: *Francisco Negrão de Lima* e *Wojciech Chabasinski*.

Acôrdo, por troca de notas, prorrogando por seis meses, a partir de 2 de julho de 1959, o regime estabelecido no Acôrdo de Comércio Brasil-Polônia de 23 de novembro de 1954.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1959 .

Signatários: *Francisco Negrão de Lima* e *Wojciech Chabasinski*.

Acôrdo, por troca de notas, prorrogando pelo prazo de seis meses, a partir de 2 de janeiro de 1960, a vigência do Ajuste de Pagamentos, firmado em 1.º de abril de 1954.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1959.

Signatários: *Horacio Lafer* e *Wojciech Chabasinski*.

Acôrdo ,por troca de notas, prorrogando pelo período de seis meses, a partir de 2 de janeiro de 1960, o regime estabelecido pelas Notas trocadas em 23 de novembro de 1954.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1959.

Signatários: *Horacio Lafer* e *Wojciech Chabasinski*.

Brasil-Suécia

Acôrdo, por troca de notas, dispensando de visto os portadores de passaportes diplomáticos e especiais.

Rio de Janeiro, nota suéca de 30 de janeiro de 1959. — nota brasileira de 4 de dezembro de 1959.

Brasil-Tcheco-Eslováquia

Acôrdo, por troca de notas, prorrogando até 31 de dezembro de 1959 as disposições do Acôrdo de Comércio de 17 de maio de 1950.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1959.

Signatários: *Francisco Negrão de Lima* e *Jaroslav Kuchválek*.

Acôrdo, por troca de notas, prorrogando até 30 de junho de 1960, as disposições do Acôrdo de Comércio, concluído entre o Brasil e a Tcheco-Eslováquia, em 17 de maio de 1950.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1959.

Signatários: *Horacio Lafer* e *Jaroslav Kuchválek*.

Brasil-União Soviética

Entendimento entre a Missão Comercial brasileira e a Delegação Comercial soviética sôbre problemas de comércio e pagamentos.

Moscou, 9 de dezembro de 1959.

Signatários: *Edmundo Penna Barbosa da Silva* e *N. N. Smeliakov*.

Brasil-Venezuela

Acôrdo, por troca de notas, renovando pelo período de 1 ano, a partir de 2 de outubro de 1959, o «Modus Vivendi» comercial, firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Venezuela, a 11 de junho de 1940.

Caracas, 6 de outubro de 1959.

Signatários: *Oscar Pires do Rio* e *Miguel Angel Burelli Rivas*.

Brasil-Diversos

Convenção para a Repressão do Tráfego de Pessoas e do Lenocínio, e Protocolo Final, de 1950.

Assinada pelo Brasil em 5 de outubro de 1951.

Instrumento brasileiro de ratificação depositado junto ao Secretário Geral da Organização das Nações Unidas, em 12 de setembro de 1958.

Promulgados pelo Decreto nº 46.981, de 8 de outubro de 1959, publicado no *Diário Oficial* de 13 de outubro de 1959.

Protocolo Adicional à Convenção Internacional para a Regulamentação da Pesca da Baleia.

Assinado em Washington, em 4 de dezembro de 1956.

Instrumento brasileiro de ratificação depositado em Washington a 4 de maio de 1959.

Promulgado pelo Decreto n.º 46.873 de 16 de dezembro de 1959.

Publicado no *Diário Oficial* de 16 de setembro de 1959.

DECRETOS TORNANDO PÚBLICAS RATIFICAÇÕES E ADESÕES

Decreto nº 47.344, de 4 de dezembro de 1959.

Convenção Internacional para a proteção de bens culturais em caso de conflito armado.

Comunica o depósito de instrumentos de ratificação e de adesão, por parte de vários países.

Brasil-Diversos

Protocolo para limitar e regulamentar o cultivo da papoula, a produção, o comércio internacional e o comércio por atacado, e o uso do ópio.

Concluído em Nova York, a 23 de junho de 1953.

Instrumento de Adesão do Brasil depositado junto ao Secretário Geral das Nações Unidas, em 3 de novembro de 1959.

Convenção Internacional do Frio, de 1954.

Instrumento de Adesão do Brasil depositado junto ao Govêrno Francês.

Brasil-França

Exposição de Motivos DEA-DAI-21-821.2.(42)(85), de 17 de fevereiro de 1959.

Acôrdo de Resgate Franco-Brasileiro.

Brasil-Diversos

Exposição de Motivos DAI-26-650.4(04), de 27 de fevereiro de 1959.

Convenção n.º 3, da Organização Internacional do Trabalho.

Exposição de Motivos DAI-DOr-DPo-44-680.(04), de 24 de março de 1959.

Adesão do Brasil à Convenção que criou a Organização Marítima Consultiva Intergovernamental.

Brasil-Países Baixos

Exposição de Motivos DAI-SJ-DPo-51-505.93(86), de 7 de abril de 1959.

Convenção sôbre Assistência Judiciária Gratuita, entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino dos Países Baixos.

Brasil-Diversos

Exposição de Motivos DAI-77-650.4(04), de 22 de maio de 1959.

Convenção nº 102, da Organização Internacional do Trabalho.

Exposição de Motivos DOr-DAI-78-665.81(00), de 25 de maio de 1959.

Acôrdo Internacional do Açúcar, elaborado pela 2ª Conferência das Nações Unidas sôbre o Açúcar.

Exposição de Motivos DAm-DOr-DAI-82-960.3, de 27 de maio de 1959.

Convênio Constitutivo do Banco Interamericano do Desenvolvimento.

Exposição de Motivos DAI-133-612.(04), de 28 de agôsto de 1959.

Emenda da Constituição da Organização Mundial da Saúde.

Exposição de Motivos DOr-DEA-DAm-DAI-139-660.(04), de 8 de setembro de 1959.

Instrumentos resultantes das negociações realizadas em Genebra e encerradas a 23 de maio de 1959 para o estabelecimento da Nova Lista III-Brasil — Do Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio.

Brasil-Itália

Exposição de Motivos DC1-DAI-161-542.6(98), de 15 de outubro de 1959.

Convênio de Intercâmbio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Italiana.

Exposição de Motivos DC1-DAI-162-542.6(96), de 15 de outubro de 1959.

Convênio para a Constituição de um Centro de Estudos sôbre a Agricultura Brasileira entre os Estados Unidos do Brasil e a República Italiana.

Brasil-Diversos

Exposição de Motivos DAI-DOr-171-665.81(00), de 23 de outubro de 1959.

Acôrdo Internacional do Açúcar, de 1958.

Exposição de Motivos DAI-SJ-180-650.4(04), de 31 de outubro de 1959.

Convenção n.º 111, da Organização Internacional do Trabalho.

Brasil-Diversos

Exposição de Motivos DAI-DPo-SJ-692.52(00). de 17 de novembro de 1959.

Convenção sôbre a Organização e a Personalidade Jurídica da Repartição Hidrográfica Internacional.

Exposição de Motivos DOr-Dam-DEA-DAI-196- .... 661.311(00), de 10 de dezembro de 1959.

Acôrdo Internacional do Trigo, de 1959.

Brasil-Diversos

Decreto-Legislativo n.º 1, de 1959.

Autoriza o Poder Executivo a assinar a Convenção Internacional relativa ao Instituto Internacional do Frio.

Promulgado em 31 de janeiro de 1959.

Publicado no *Diário Oficial* de 2 de fevereiro de 1959.

Decreto-Legislativo n.º 5, de 1959.

Aprova o Protocolo para o contrôle internacional de drogas não incluídas na Convenção de 1931, emendada em 1946.

Promulgado em 25 de junho de 1959.

Publicado no *Diário Oficial* de 26 de junho de 1959.

Decreto-Legislativo n.º 7, de 1959.

Aprova o Protocolo para limitar o cultivo, a produção e o comércio internacional da papoula e o uso do ópio.

Promulgado em 5 de agôsto de 1959.

Publicado no *Diário Oficial* de 6 de agôsto de 1959.

Brasil-Paraguai

Decreto-Legislativo n.º 9, de 1959.

Ratifica o Convênio de Intercâmbio Cultural entre o Brasil e o Paraguai, assinado a 24 de maio de 1957.

Promulgado em 10 de setembro de 1959.

Publicado no *Diário Oficial* em 11 de setembro de 1959.

Brasil-Diversos

Decreto-Legislativo n.º 10, de 1959.

Aprova a adesão do Brasil à Convenção sôbre os Privilégios e Imunidades das Agências Especializadas da Organização das Nações Unidas.

Promulgado em 14 de setembro de 1959.

Publicado no *Diário Oficial* de 15 de setembro de 1959.

Decreto-Legislativo n.º 11, de 1959.

Aprova o Pacto de Bogotá, celebrado entre o Brasil e outros países.

Promulgado em 14 de setembro de 1959.

Publicado no *Diário Oficial* de 15 de setembro de 1959.

Decreto-Legislativo n.º 12, de 1959.

Aprova a Convenção Universal sôbre o Direito de Autor, firmado em Genebra, a 6 de setembro de 1952.

Promulgado em 30 de setembro de 1959.

Publicado no *Diário Oficial* 1.º de outubro de 1959.

Brasil-França

Decreto-Legislativo n.º 13, de 1959.

Aprova o Acôrdo de Resgate, assinado no Rio de Janeiro, a 4 de maio de 1956, entre os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da França.

Promulgado em 6 de outubro de 1959.

Publicado no *Diário Oficial* de 7 de outubro de 1959.

Brasil-Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte

Decreto-Legislativo n.º 14, de 1959.

Aprova o Acôrdo sôbre Prestação de Serviço Militar, firmado pelo Brasil e pelo Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, a 5 de abril de 1955.

Promulgado em 13 de outubro de 1959.

Publicado no *Diário Oficial* de 14 de outubro de 1959.

Brasil-Diversos

Decreto-Legislativo n.º 15, de 1959.

Aprova o Acôrdo Internacional do Açúcar, assinado pelo Brasil, em Londres, a 15 de dezembro de 1958.

Promulgado em 15 de outubro de 1959.

Publicado no *Diário Oficial* em 16 de outubro de 1959.

Brasil-Estados Unidos da América

Decreto-Legislativo n.º 16, de 1959.

Aprova os Acôrdos sôbre Cooperação Técnica e Programas de Serviços Técnicos Especiais, concluídos entre o Brasil e os Estados Unidos da América.

Promulgado em 12 de novembro de 1959.

Publicado no *Diário Oficial* de 13 de novembro de 1959.

Decreto-Legislativo n.º 18, de 1959.

Aprova o Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Promulgado em 7 de dezembro de 1959.

Publicado no *Diário Oficial* de 9 de dezembro de 1959.

Decreto-Legislativo n.º 21, de 1959.

Aprova a Convenção para o Fomento das Relações Culturais Interamericanas, assinadas na X Conferência Interamericana, realizada em Caracas, de 1.º a 28 de março de 1954.

Promulgado em 15 de dezembro de 1959.

Publicado no *Diário Oficial* de 16 de dezembro de 1959.

Brasil-Paraguai

Decreto-Legislativo n.º 22, de 1959.

Aprova o Convênio de Turismo e Trânsito de Passageiros entre o Brasil e o Paraguai.

Promulgado em 15 de dezembro de 1959.

Publicado no *Diário Oficial* de 16 de dezembro de 1959.

FRONTEIRAS

Caracterizou-se o ano de 1959 como laborioso e profícuo nos trabalhos de demarcação dos limites do Brasil com os países que lhe são vizinhos.

Primeira Divisão:

Fronteira Brasil-Venezuela

Dos exaustivos labôres de exploração e reconhecimento, levados a efeito na Cordilheira Parima, resultou a demarcação de duas extensas frentes do portentoso *divortium aquarum*. A primeira estende-se, para oeste, dos mananciais do Catrimani até, aproximadamente, a metade do percurso que os separa das nascentes do rio Demeni. A segunda, situada em posição central, prolonga-se pelo respectivo meio têrmo do segmento Demeni-Taraú. Em ambas as frentes levantaram-se os marcos que definem o curso da linha de limites, com fundamento nas explorações efetuadas e nas operações de astronomia e topografia que as completaram.

Devido às limitações do período de trabalho impostas pelo regime pluviométrico da região, as operações técnicas foram interrompidas entre os meses de julho e outubro.

Entrementes, tiveram andamento os trabalhos de escritório relativos à revisão de cálculos atinentes às posições geográficas correspondentes aos marcos internacionais erguidos, bem como à composição dos originais cartográficos que consignam o traçado da linha divisória ao longo das zonas de fronteira levantadas.

No decorrer das atividades da 37ª Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana, realizada no Rio de

Janeiro, durante a primeira quinzena de novembro, foram examinados os trabalhos levados a efeito durante o ano, bem como os anteriormente empreendidos na Cordilheira Paracaima, sôbre o trecho que, da serra de Ueiassipu ou do Sol, se alonga, pelo monte Roraima, até o ponto que fixa a trijunção Brasil-Venezuela-Guina Britânica.

Constituiu, igualmente, capital objetivo da Conferência a resolução de propugnar-se pela possibilidade de execução — até o presente julgada extremamente difícil — do levantamento aerofotogramétrico de região, ainda não delimitada, da fronteira Brasil-Venezuela. De tal operação resultará maior rendimento dos trabalhos técnicos, em que se tem de apoiar a referida demarcação.

Fronteira Brasil-Guiana Francesa

O ano de 1959 correspondeu a positivo avanço em prol da pronta e eficaz conclusão dos trabalhos demarcatórios de fronteiras entre o Brasil e a Guiana Francesa.

Era a única região fronteiriça do nosso território ainda não definida com a precisão dos trabalhos de demarcação. Desde a época em que foi assinada a sentença arbitral do Conselho Federal Suíço — dezembro de 1900 — ficou firmado que o extremo ocidental da fronteira franco-brasileira seria o marco de trijunção Brasil-Suriname-Guiana Francesa. A partir dêsse marco, o desenvolvimento lindeiro para o oriente seria estabelecido sem maiores dificuldades, por seguir linhas naturais do terreno, a saber: divisor de águas da bacia do Rio Amazonas até as nascentes do Rio Oiapoque; depois, águas abaixo dêsse rio seguindo seu tálvegue, até o Oceano Atlântico. A locação do marco inicial — o que faz trijunção com o Brasil, o Suriname e a Guiana Francesa — foi retardada por prolongadas negociações entre os Governos de Haia e de Paris, sôbre as fronteiras de sua respectivas Guianas, a que o Brasil se fêz presente, pela possibilidade do ponto de junção vir a se deslocar sôbre o divisor de águas.

Visando à dinamização e melhor rendimento dos trabalhos demarcatórios, o Itamaraty, recentemente, entrou em entendimentos com o Quay D'Orsay para o estabelecimento de um preliminar planejamento da campanha conseqüente ao laudo arbitral suíço que, adotando as razões expendidas pelo insigne estadista Barão do Rio Branco, simplificou sobremaneira as controvérsias desde longa data existentes.

Das conversações havidas, resultaram as «Conferências da Comissão Mista Brasileiro-Francesa de Demarcação», em setembro de 1959, entregues à resolução das modalidades práticas de execução e verificação dos métodos a empregar, tudo dentro das normas e decisões aprovadas pela nossa Chancelaria. Essas atividades ultimaram-se com a entrega das cartas geográficas que consignam o seguinte traçado definitivo da fronteira do Brasil com a Guiana Francesa:

Fronteira Fluvial: a) ao longo do rio Oiapoque, de sua embocadura à confluência de seus dois formadores, Uaissipein e Keriniutu — a linha de tálvegue materializada pelo seguimento dos pontos de maior profundidade;

b) ao longo do formador principal do Oiapoque — a linha de tálvegue do rio Keriniutu, de sua confluência com o Uaissipein até a correspondente nascente.

Fronteira Terrestre — ao longo da linha divisória das águas das bacias amazônicas e guianense, através da serra de Tumucumaque, desde a nascente do rio Keriniutu até o ponto de trijunção Brasil-Guiana Francesa-Suriname.

Os referidos trabalhos foram executados dentro da rigorosa precisão da moderna técnica de levantamento topográfico e observação astronômica. Levou-os a cabo a 1ª Divisão da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, órgão do Itamaraty sediado em Belém, Pará, em estreita colaboração com a sua congênere francesa, integrada por técnicos e autoridades do Govêrno Colonial da França.

Os levantamentos aerofotográficos — interessando uma fronteira com a extensão aproximada de 700 quilômetros

dos quais, cêrca de 470 relativos ao curso do Rio Oiapoque — foram executados em operações combinadas de fortalezas voadoras da Fôrça Aérea Brasileira e do Instituto Nacional Geográfico da França.

No que se refere ao trabalho terrestre, as turmas brasileiras de exploração levaram a efeito a exaustiva tarefa de determinação do tálvegue do seu principal afluente formador, com a necessária medição de descarga das águas dos rios do sistema hidrográfico em aprêço, levados a bom têrmo com aparelhagem da mais alta precisão.

As Cartas geográficas apresentadas serão objeto de formal aprovação dos Governos do Brasil e da França em Notas reversais a serem trocadas entre o Itamaraty e o Quay D'Orsay. A confecção gráfica dos mapas, em primeira tiragem de 500 exemplares, será iniciada imediatamente.

Concomitantemente com os trabalhos de campanha, estiveram em curso seguro de produtividade constante as atividades técnicas de escritório que, por sua condição, se fizeram complementares e controladoras dos resultados daqueles trabalhos.

Por isto, teve cuidadoso desenvolvimento a revisão de todos os cálculos oriundos das determinações astronômicas, dos levantamentos topográficos e das medições de ordem hidrográfica que se realizaram.

Foram, também, elaborados os originais cartográficos e todos os demais gráficos de natureza técnica necessários ao serviço.

Segunda Divisão:

FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

As campanhas demarcatórias empreendidas, entre os meses de julho e novembro, na fronteira do Brasil com a Bolívia foram assinaladas pelas seguintes realizações:

a) Na geodésica Mandioré-Cáceres, alinhamento e caracterização de 15 Kms., a contar do ponto em que foram

suspensos os trabalhos de 1958, com a construção, nesse segmento, de cinco marcos secundários.

b) Alinhamento do trecho do paralelo 19 graus e 02 minutos Sul, com cêrca de 8 Kms de extensão, construindo-se três marcos intermediários e reconstruindo-se os dois marcos principais extremos. O trabalho de revestimento das balisas não pôde ser efetuado, em virtude de divergências surgidas entre as Comissões brasileira e boliviana a respeito da localização dos dois antigos marcos intermediários, erguidos na campanha de 1908.

c) Determinação de três posições geográficas, reambulação de fotografias aéreas correspondentes a uma área de 2.500 Km^2 e execução de 30 Kms de poligonais taquemétricas, operações essas necessárias ao levantamento da faixa de fronteiras entre Corumbá e a lagoa Uberaba.

Tiveram andamento os trabalhos de escritório, com a composição de originais cartográficos referentes à zona de fronteira levantada.

Fronteira Brasil-Paraguai

A ausência da Comissão paraguaia, ocorrida pelo superveniência de circunstâncias imprevistas, obstou o prosseguimento das atividades da Comissão Mista Brasileiro-Paraguaia, durante o ano de 1959. Contudo, foram realizados trabalhos de importância capital para futuras campanhas, como adiante se esclarece:

a) Restituição de vôo aerofotogramétrico da serra de Maracaju — numa extensão aproximada de 20 Kms., a partir do Salto das Sete Quedas, no rio Paraná — efetuada durante o mês de agôsto, com a presença de um membro da Comissão paraguaia. Do trabalho em aprêço, resultaram duas fôlhas de Carta topográfica na escala de 1:12.500, das quais, após redução fotográfica para as escalas de 1:20.000 e 1:25.000, foram enviadas cópias à Comissão paraguaia, segundo solicitação daquele Govêrno.

b) Verificação, no terreno, do nivelamento das localidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

c) Reconhecimento do rio Apa, cujo levantamento consta do programa elaborado para 1960. Foi, também, efetuado o reconhecimento de trecho do rio Paraguai, compreendido entre a foz do rio Apa e Porto Murtinho, inclusive ilha do mesmo nome, tendo-se em vista o projetado levantamento dêsse rio.

d) Minucioso estudo sôbre o levantamento do rio Paraná, alvo de próximas campanhas. Devido às dificuldades de comunicação havidas entre a região e a 3ª subsede, em Ponta Porã, far-se-à necessária a transferência, em caráter temporário, da mencionada subsede para a cidade de Foz do Iguaçu.

Foram, assim, verificados e reconhecidos todos os trechos ainda não caracterizados da fronteira Brasil-Paraguai, o que muito facilitará a realização de futuras campanhas.

A produção de gabinete foi marcada pela elaboração de 15 desenhos planimétricos e altimétricos de fôlhas de fronteira Brasil-Paraguai, na escala de 1:10.000.

Fronteira Brasil-Uruguai

Em virtude de a Comissão Uruguaia haver retardado a resposta à sugestão, apresentada pela 2ª Divisão, para reinício dos trabalhos demarcatórios, a realização da 37ª Conferência Mista de Limites Brasil-Uruguai foi marcada para janeiro de 1960. À Conferência seguir-se-ão os trabalhos de campo.

ASSUNTOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

ASSUNTOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

I — INTRODUÇÃO

No campo econômico, a ação do Ministério das Relações Exteriores, coordenada por seu Departamento Econômico e Comercial, abrange três faixas distintas:

a) atuação nos organismos internacionais de natureza econômica;

b) relações econômicas bilaterais;

c) cooperação econômica e técnica.

A seguir, resumem-se os principais acontecimentos nesses três setôres, pelos quais são diretamente responsáveis, respectivamente, a Divisão de Organismos Econômicos Internacionais e Assuntos Específicos (DOr), a Divisão Econômica para a Europa, Ásia, África e Oceânia (DEA), a Divisão Econômica para a América (DAM) e a Divisão de Cooperação Econômica e Técnica (DET).

São objeto de súmulas específicas a Operação Pan-Americana, em seus aspectos predominantemente econômicos, as visitas feitas ao Brasil por personalidades estrangeiras, durante o curso das quais se hajam examinado questões econômicas, a situação de certos produtos brasileiros, cuja relevância para a economia nacional requer exame individual, as questões relativas a transportes e comunicações e, finalmente, as referentes à energia nuclear.

Através dessa atuação múltipla, procura o Ministério das Relações Exteriores dar o adequado tratamento aos problemas econômicos, de tanta importância na vida internacio-

nal de hoje, de acôrdo com os objetivos gerais da política nacional brasileira e, ao mesmo tempo, em consonância com a posição do Brasil no mundo ocidental. Nesse sentido, especial atenção foi prestada aos aspectos econômicos da Operação Pan-Americana e as relações do Brasil com seus vizinhos da América Latina, bem como às formas de integração econômica registradas na Europa e suas conseqüências para o Brasil em particular e a América Latina em geral.

Igualmente cuidada foi a harmonização da política exterior do país com os objetivos específicos dos planos de desenvolvimento econômico, buscando-se captar os imprescindíveis recursos externos de capital e técnica à consecução das metas governamentais.

II — ATUAÇÃO NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

A) Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT)

Durante o corrente ano, as Partes Contratantes do GATT realizaram duas Sessões: a XIV (maio) e a XV (outubro-novmebro). A par do Comitê Intersessional, reuniram-se entre essas duas Sessões diversos grupos de trabalho da organização, entre os quais ressaltam os três Comitês de Expansão do Comércio Internacional.

Durante esta última, foi eleito Presidente das Partes Contratantes o Embaixador Edmundo Penna Barbosa da Silva, Chefe do Departamento Econômico e Comercial e da Delegação do Brasil à referida Reunião. Essa eleição põe em realce o papel desempenhado pelo Brasil no seio do GATT e a crescente importância da América Latina nessa Organização Internacional.

Entre as decisões tomadas nessas reuniões, devem ser salientadas:

a) a convocação, a partir de setembro de 1960, de uma Conferência Tarifária, com vistas a reduzir não apenas os

direitos aduaneiros, senão também outros obstáculos de natureza tarifária (subsídios à produção, impostos internos, restrições quantitativas, etc), que dificultam uma maior expansão do comércio internacional;

b) o estabelecimento de um sistema de consultas entre as partes contratantes, a fim de que fôssem identificadas e removidas as medidas de pretecionismo agrícola, cuja aplicação tende a contrair o comércio de determinados produtos;

c) a prorrogação, até o fim da XVI Sessão (junho de 1960), do prazo concedido ao Govêrno brasileiro para que fôssem postos em vigor os resultados das negociações tarifárias brasileiras, efetuadas no quadro do GATT entre fevereiro de 1958 e maio de 1959;

d) a comunicação, conjuntamente com a Argentina, a Bolívia, o Chile, o Peru, o Paraguai e o Uruguai, dos planos para a criação de uma Zona de Livre Comércio entre êsses países e o Brasil;

e) as consultas com a Comunidade Econômica Européia, a respeito das repercussões de sua constituição sôbre as economias de algumas partes contratantes, entre as quais o Brasil.

Conselho Econômico e Social (ECOSOC)

O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) realizou, em 1959, como de praxe, duas Sessões: a XXVII, na cidade do México, de 7 a 24 de abril, e a XXVIII, em Genebra, de 30 de junho a 31 de julho.

Não sendo membro do ECOSOC em 1959, o Brasil se fês representar nas referidas Sessões por um Observador.

Na XXVII Sessão, foi o Brasil eleito, com expressiva votação, para a Comissão Consultiva Permanente sôbre o Comércio Internacional de Produtos de Base (CCPCIPB) para a Comissão de Estatística e para a Comissão Social, pelos prazos, respectivamente, de 3, 4 e 5 anos. Para a pri-

meira das mencionadas Comissões foi o Brasil eleito por unanimidade; para as duas outras, por 17 votos, num total de 18.

Na XXVIII Sessão, o Conselho aprovou, com as suas implicações financeiras, o programa de trabalho da CCP-CIPB, o qual resultou, em grande parte, da atuação da Delegação brasileira à VII Sessão daquela Comissão, realizada, em Nova York, em março de 1959.

Comissão Consultiva Permanente sôbre o Comércio Internacional de Produtos de Base (CCPCIPB)

Reconstituída, em julho de 1958, durante a XXVI Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Nnidas (ECOSOC), a Comissão Consultiva Permanente sôbre o Comércio Internacional de Produtos de Base (CCPCIPB) realizou, em Nova York, de 3 a 24 de março de 1959, a sua VII Sessão.

Procurando adaptar flexìvelmente as teses fundamentais da política brasileira sôbre o comércio internacional de produtos de base aos novos têrmos de mandato da CCPCIPB, e mantendo a distinção entre os objetivos essenciais de limitar, a curto e médio prazos, a amplitude das flutuações dos preços e quantidades dos produtos primários no mercado internacional e de estabilizar, a longo prazo, o poder aquisitivo da receita das exportações dos países essencialmente produtores de bens primários, advogou a Delegação do Brasil à referida reunião, para solução do problema urgente das flutuações cíclicaz, a curto e médio prazos, além de outros meios, a conclusão de acôrdos multilaterais ou de entendimentos menos formais, sôbre produtos de base específicos, concordando, para isso, com o método de exame de produto por porduto («Commodity-by-commodity approach») Com relação ao segundo objetivo, propôs a Delegação fôssem atualizados pelo Secretariado das Nações Unidas vários documentos publicados entre 1949 e 1953, sôbre os preços relativos das exportações e importações dos países subdesen-

volvidos, sôbre as relações do intercâmbio entre produtos primários e bens de capital e manufaturas, bem como sôbre as variações das receitas das exportações e dispêndios com importações, em séries tão longas quanto possíveis e de país por país.

Orientou-se, assim, a atuação da Delegação do Brasil à VII Sessão da CCPCIPB no sentido de tornar possível o estabelecimento de todo um conjunto de normas e princípios destinados a reduzir as variações, a curto prazo, de preços e volume dos produtos de base, e a deter, o mais possível, o processo que distribui, sem equidade ou justiça, os ganhos do comércio internacional entre os produtores de matérias primas e outros produtos primários e os de bens manufaturados.

Da VII Sessão da CCPCIPB resultou, graças, em grande parte, aos esforços da Delegação do Brasil, um programa de trabalho sério e objetivo, que foi aprovado pelo ECOSOC em sua XXVIII Sessão, realizada, em Genebra, de 30 de junho a 31 de julho de 1959.

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)

Na X Sessão da Conferência do FAO, que se realizou em Roma, de 31 de outubro a 20 de novembro do ano em curso, o Brasil foi reeleito, por unanimidade, membro do Conselho Executivo daquela Agência especializada para o período de novembro próximo passado a 31 de outubro de 1962. Na XXXIII Sessão do Conselho, que se verificou imediatamente em seguida ao encerramento da X Sessão da Conferência, o Brasil foi, por unanimidade, eleito para o Comitê da Campanha Mundial contra a Fome e reeleito para a Comissão de Produtos de Base da FAO, por votação altamente significativa. Igualmente, por unanimidade, foi reeleito Presidente do Comitê de Finanças da FAO, um representante do Brasil.

O Brasil participou, no corrente ano, das seguintes reuniões da FAO:

1ª) I Sessão do Comitê *ad hoc* para a Campanha Mundial contra a Fome.

2ª) XXX Sessão (Extraordinária) do Conselho.

3ª) II Reunião do Comitê de Finanças.

4ª) Reuniões do Subcomitê Consultivo de Washington sôbre Colocação de Excedentes, da Comissão de Produtos de Base, da FAO.

5ª) II Sessão do Comitê *ad hoc* para a Campanha Mundial contra a Fome.

6ª) II Sessão do Comitê Misto FAO/FISI.

7ª) Reunião de Consulta sôbre Procura, Oferta e Comércio de Polpa e Papel.

8ª) IV Sessão do Grupo da FAO sôbre Cereais.

9ª) XXXI Sessão da Comissão de Produtos de Base.

10ª) XXXI Sessão do Conselho.

11ª) I Reunião Técnica Sul-Americana sôbre Cooperativas Agropecuárias.

12ª) Congresso Mundial sôbre a Biologia da Sardinha

13ª) XXXII Sessão da Comissão de Produtos de Base.

14ª) XXXII Sessão do Conselho.

15ª) X Sessão da Conferência.

16ª) XXXIII Sessão do Conselho.

Nas diversas reuniões da FAO, tem o Govêrno brasileiro frisado a importância do problema da instabilidade dos preços dos produtos de base e da presente deterioração dos mesmos em face dos preços dos produtos industrializados, salientando sempre a posição extremamente crítica dos países em processo de desenvolvimento econômico, pela sua incapacidade de obter, com a exportação de seus produtos, divisas suficientes para se industrializarem e mecanizarem a sua agricultura. Tem, por outro lado, o Govêrno brasileiro insistido junto à FAO para que aquela Organização centralize

seus esforços na formulação de uma política internacional tendente a corrigir a grave situação atual.

Referência especial foi feita, na X Sessão da Conferência, pela palavra do Chefe da Delegação do Brasil, aos planos do Govêrno Kubitschek que objetivam acelerar o desenvolvimento econômico das regiões mais atrasadas do país, como a Amazônia e o Nordeste, sublinhando a propósito, a necessidade de promoção, nos países subdesenvolvidos, de um desenvolvimento econômico equilibrado pela integração dos setores agrícola e industrial.

Organização dos Estados Americanos (OEA) e Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES).

Sob a Presidência do Ministro Egidio da Câmara Souza, Representante do Brasil, o Conselho Interamericano Econômico e Social da OEA (CIES) prosseguiu em suas atividades no campo econômico, no social e no da cooperação técnica.

Embora, por circunstâncias especiais, não tenha podido cumprir de maneira inteiramente satisfatória o seu programa de trabalho para o exercício fiscal de 1958/1959, pode-se afirmar que os esforços realizados pelos CIES foram frutíferos.

Dedicou-se, por outro lado, entre outras atividades, à preparação dos documentos para a XI Conferência Interamericana, bem como aos estudos solicitados pela Comissão Especial Encarregada de Formular Novas Medidas de Cooperação Econômica.

Durante o referido período, esteve o Brasil representado em tôdas as Comissões Permanentes do CIES, a saber: Comissão de Cooperação Econômica, Comissão de Cooperação Técnica e Comissão de Produtos de Base. Fêz parte, ainda, das seguintes Comissões Especiais: Comissão Especial da Banana, Comissão Especial do Café, Comitê Diretivo dos Congressos Pan-Americanos de Estradas de Rodagem,

Comitê Diretivo Permanente dos Congressos Interamericanos de Turismo, Comitê Técnico Permanente de Portos e Comissão de Estilo.

III — TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Como vem ocorrendo nos últimos anos, os assuntos de aviação civil internacional constituiram a maior parcela das atividades do Setor de Transportes e Comunicações da DOr, a qual, aliás, durante todo o ano, manteve ativa a representação do Itamaraty na Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (CERNAI), órgão assessor do Ministro da Aeronáutica.

Além das atividades de repercussão menor, consubstanciadas no quase ininterrupto estudo ou encaminhamento de assuntos de interêsse da aviação civil brasileira ou estrangeira, participou o Itamaraty, em 1959, de duas grandes conferências internacionais sôbre a matéria e de três negociações bilaterais com países amigos. Em janeiro, realizou-se no Rio de Janeiro a Conferência Regional de Aeronáutica Civil, que reuniu delegações de todos os países do continente americano, bem como observadores de outros países e de tôdas as emprêsas aéreas que operam nas Américas; o Itamaraty contribuiu para o êxito dêsse conclave tanto antes quanto durante sua realização, tendo participado de sua secretaria e de seu plenário. Em junho, realizou-se em San Diego, nos Estados Unidos da América, a XII Sessão da Assembléia da Organização da Aviação Civil Internacional, com a participação dos Estados-membros respectivos, tendo o Brasil enviado uma delegação, que incluiu um assessor do Itamaraty. Quanto às negociações bilaterais, realizaram-se elas com o México, em julho; com os países escandinavos, em outubro; e com os Países-Baixos, em novembro. Na reunião com as autoridades mexicanas resolveu-se, de maneira satisfatória, o modo de assegurar-se a operação da «Real S.A. de Transportes Aéreos» na nova linha aérea internacional

aberta pelo Brasil, com destino a Tóquio, via Bogotá, México e Los Angeles; com as autoridades escandinavas e neerlandesas, discutiu-se a operação das emprêsas «SAS» e «KLM» entre a Europa e a América do Sul, com vistas, do lado brasileiro, a impedir uma oferta de transporte exagerada, tendo sido obtido acôrdo em relação à segunda, enquanto que, em relação à primeira, se espera que as autoridades escandinavas aceitem as ponderações que lhe foram feitas. Está prevista, finalmente, ainda para dezembro, uma reunião de consulta sôbre aviação civil com autoridades suíças, com referência à operação da «Swissair» na América do Sul.

O principal fato a registrar no setor da navegação marítima foi a realização, em janeiro, na cidade de Londres, da Assembléia Constitutiva da Organização Consultiva Marítima Internacional, último órgão a ser criado entre os previstos como agências especializadas das Nações Unidas. O Itamaraty participou ativamente dessa realização e se fêz representar, por meio de observador, na referida Assembléia. Não foi possível a imediata adesão do Brasil à novel Organização, mas já se encontra sob exame do Congresso Nacional a mensagem pela qual o Poder Executivo manifesta o interêsse do Govêrno em aderir à mesma.

No campo das comunicações internacionais, merece ser notada a realização em Genebra, nos últimos quatro meses do ano, de duas importantes reuniões internacionais, a saber, a Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações e a Conferência Internacional de Telecomunicações das quais participaram ativamente as Delegações brasileiras.

IV — ENERGIA NUCLEAR

Nos assuntos de âmbito internacional relativos à energia atômica, tem o Itamaraty agido sempre em estreita colaboração com a Comissão Nacional de Energia Nuclear, a fim de

que nossa atividade diplomática se conforme com as diretrizes da política nacional de energia nuclear.

No campo multilateral, participamos da Agência Internacional de Energia Atômica e da Comissão Interamericana de Energia Nuclear, a primeira com sede em Viena e a segunda em Washington. Na Agência Internacional o Brasil ocupou a presidência da Junta de Governadores, no período 1958/1959 e participou com destaque dos trabalhos da III Conferência Geral, realizada nos meses de setembro e outubro de 1959. Como assunto de interêsse relevante na Agência Internacional, tivemos durante o período de sessões de junho de 1959 a confirmação, por parte da Junta de Governadores, da situação do Brasil como membro designado pela América Latina, como reconhecimento de acôrdo com o Estatuto da Agência, da posição de país mais avançado do Continente em matéria de energia atômica. Releva notar que o Brasil vem ocupando êste lugar desde o início das atividades da Agência, de 1957 até agora. Quanto à Comissão Interamericana, para cuja criação muito contribuiu o esfôrço brasileiro, realizou esta em outubro de 1959 sua primeira reunião, sendo de esperar que, no futuro, muito se possa alcançar através dêste organismo regional.

Ainda no campo multilateral, o Govêrno brasileiro realizou, em 1959, entendimentos com a Comunidade Européia de Energia Atômica (EURATOM), com vistas à celebração de um acôrdo de cooperação, cujo anteprojeto já está sendo apreciado por nossas autoridades competentes.

No campo bilateral o Itamaraty realizou negociações com o Govêrno norte-americano, para a aquisição de um pequeno reator de pesquisas para o Instituto de Pesquisas Radioativas da Universidade de Minas Gerais, a ser inaugurado em fevereiro de 1960 bem como a obtenção de um conjunto subcrítico a ser instalado no Instituto Técnico da Aeronáutica, em São José dos Campos. O Campos. O Itamaraty se fêz representar em duas missões

enviadas, respectivamente, à Argentina e ao Paraguai. A primeira missão atendeu a convite feito pela Comissão de Energia Atômica do país amigo, para demorada visita às instalações nucleares argentinas e a segunda teve como objetivo encerrar o curso de rádio isótopos dado na Universidade de Assunção sob o patrocínio da nossa Comissão Nacional de Energia Nuclear, que doou ao Govêrno paraguaio todo o equipamento empregado no aludido curso.

V — CAFÉ

À semelhança do que ocorreu em 1958, o Itamaraty continuou a desenvolver, em estreita colaboração com o Ministério da Fazenda e com o Instituto Brasileiro do Café, uma ação intensa no campo internacional para a defesa dos interêsses cafeeiros do Brasil.

Convênio Latino-Americano do Café

Firmado em 27 de setembro de 1958 pelo Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana e Venezuela, o Convênio Latino-Americano de Café esteve em vigor de 1º de outubro de 1958 a 30 de setembro de 1959.

Estipulava o Convênio a retenção, por parte dos países signatários, de uma quota de seu saldo exportável, cabendo ao Brasil reter 40% sôbre aquêle saldo, à Colômbia 15% e aos demais países 5% sôbre as primeiras 300.000 sacas de 60 quilos e 10% sôbre o restante. Para contrôle dessas retenções foi criado um serviço de auditores, sob a direção da Junta Diretora do Convênio sediada em Washington e presidida pelo Embaixador da Costa Rica.

O regime de retenções revelou-se de fiscalização dificilima e a liberdade deixada aos signatários para estimar suas próprias produções impedia que se verificasse, em

tempo útil, se o percentual de retenções incidia corretamente sôbre o volume real do saldo exportável de cada país.

Apesar de suas falhas, o Convênio teve influência positiva sôbre o mercado cafeeiro e a êle se deve atribuir a relativa estabilidade alcançada.

Convênio Internacional do Café

Em março de 1959, iniciaram-se os estudos das bases de um novo acôrdo de café, no seio da Comissão da Junta Diretora, presidida pelo Representante do Brasil. O objetivo dêsses estudos era examinar as várias alternativas que se apresentavam para um acôrdo entre produtores e formular as bases do instrumento que melhor atendesse os interêsses latino-americano. O futuro instrumento deveria, na opinião de todos, estabelecer um mínimo de equilíbrio estatístico entre a oferta e a demanda provável de café em 1959/1960.

Os trabalhos da Comissão I prosseguiram em junho e julho, quando foram apresentadas à Junta Diretora do Convênio Latino-Americano e por ela aprovadas as Bases para um acôrdo internacional que, representando o entendimento preliminar entre os produtores do Hemisfério, serviriam de ponto de partida para as negociações com os extra-continentais.

As Bases apresentavam os seguintes pontos principais:

a) fixação da oferta mundial em 40 milhões de sacas;

b) quota de exportação de cada país igual à exportação de seu melhor ano calendário no decênio 1949/1958, menos 10%;

c) exclusão de regime de quotas para o café exportado para mercados novos, e proibição de reexportação dos mercados novos para mercados tradicionais. O critério adotado para a fixação das quotas consagrava o princípio da participação histórica no mercado internacional, defendido pelo Brasil.

Em 24 de agôsto tiveram início as negociações com os produtores extra-continentais no seio do Grupo de Estudos do Café, presidido pelo Sub-Secretário de Estado Senhor Thomas Mann.

Verificou-se, a princípio, que os países produtores euro-africanos não estavam ainda inclinados ou habilitados a discutir o projeto latino-americano, e que, de um modo geral, aguardavam as decisões a serem tomadas na Conferência dos produtores extra-continentais em Londres, programada para princípios de setembro, na qual deveriam estabelecer suas próprias bases de negociação e articulá-las num contra-projeto, a ser apresentado aos latino-americanos em Washington.

Os latino-americanos decidiram então efetuar, em caráter coletivo, uma gestão junto às autoridades portuguêsas e francesas, a ver se seria possível impedir fôsse levado à reunião euro-africana, ou por ela aceita, qualquer projeto que dissentisse fundamentalmente das Bases. Essas gestões tiveram pleno sucesso e, ao se reabrirem as negociações em Washington, no seio da Comissão II do Grupo de Estudos, inferiu-se claramente que os euro-africanos não haviam conseguido unificar seus pontos de vista em Londres.

As Bases latino-americanas sofreram algumas modificações, a mais importante das quais foi a diminuição do prazo previsto de duração do Convênio para um ano apenas, em vista do desejo dos produtores extra-continentais de se procurar, desde logo, uma solução a longo prazo para os problemas cafeeiros, mediante estudos aprofundados do assunto, e de aceitar o projeto latino-americano como uma solução a curto prazo, a ser adotada enquanto não chegassem os países produtores, bem como os consumidores, a um acôrdo mais amplo e duradouro.

Em 24 de setembro foi finalmente firmado o Convênio Internacional do Café, para vigorar de 1º de outubro de 1959 a 30 de setembro de 1960, e do qual são Partes Contratantes: Brasil, Colômbia, Comunidade Francêsa e Estado do

Camarão, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Portugal, República Dominicana e Venezuela. O Reino-Unido e a Bélgica juntaram ao Convênio uma Declaração pela qual se comprometem a reter uma parte da produção exportável de seus territórios.

O Convênio Internacional fixa para cada país uma quota de exportação para os mercados tradicionais igual a 90% do seu melhor ano de exportação no decênio 1949/1958. A quota do Brasil é de 17.431 sacas, sendo superior à exportação brasileira de qualquer ano calendário desde 1950.

São patentes as vantagens que o Convênio proporciona ao Brasil, atendidos, como o foram, os interêsses básicos brasileiros, tais como a consagração do princípio da participação histórica no mercado internacional na fixação do montante das quotas; a exclusão dos «mercados novos», do sistema de quotas, alguns dos quais já são nossos compradores habituais e nos quais temos tôdas as possibilidades de aumentar nossas vendas mediante uma política comercial bem orientada; a retenção, ainda que pequena a que se obrigam os produtores africanos, nossos maiores concorrentes, abrindo caminho para que se ponha têrmo à progressiva perda dos mercados europeus que vimos sofrendo nos últimos anos; o caráter internacional, consagrando o princípio de que os sacrifícios necessários à estabilização do mercado cafeeiro, mediante a regulamentação da oferta e sua adequação ao consumo, e conseqüente defesa dos preços, devem ser partilhados por todos os países interessados e não apenas pelos grandes produtores, sobretudo pelo Brasil, tal como no passado.

Grupo de Estudos do Café

A Comissão I do Grupo de Estudos do Café, presidida pelo Embaixador do Brasil em Washington, ficou encarregada de estudar e propor um projeto de acôrdo mundial a longo

prazo, que deverá substituir o atual Convênio, e já iniciou seus trabalhos nesse sentido.

VI — ALGODÃO

A drástica queda das exportações brasileiras nos últimos anos (1.402 mil fardos em 1953/54 para 216 mil em 1957/58) e a recuperação da posição perdida pelo Brasil no mercado internacional têm determinado uma política de oposição a quaisquer iniciativas que visem a estabelecer restrições à liberdade de comércio. As iniciativas nesse sentido não têm faltado e têm partido sobretudo do Govêrno mexicano, que, desde março do ano corrente, tem promovido sucessivas reuniões internacionais e patrocinado a criação de alguns organismos, tais como a Federação Interamericana do Algodão e o Grupo de Estudos dos Países Exportadores de Algodão. As iniciativas mexicanas, bem como o apoio que têm recebido de alguns países exportadores se dirigem primordialmente contra a política algodoeira dos Estados Unidos da América, que, desde 1956, subsidia suas exportações. A posição brasileira tem sido ditada pela conveniência de não nos alheiarmos dos protestos contra essa política, sem permitirmos que tais protestos criem condições que, no futuro, impeçam ou prejudiquem a esperada expansão das exportações brasileiras dêsse produto. Assim é que o Itamaraty, ao participar de tais protestos e ao fazer-se presente nas reuniões e organismos mencionados, tem procurado ressaltar o interêsse do Brasil em que seja plenamente preservada a liberdade de comércio e evitar compromissos a prazo e médio ou longo. Como se sabe, existe, além dos dois organismos mencionados, o Comitê Consultivo Internacional do Algodão (CCIA), sediado em Washington e criado há mais de duas décadas, ora congregando trinta e quatro países produtores e consumidores, entre os quais o Brasil, o México e os Estados Unidos da América. Tem o Itamaraty orientado a posição brasileira no sentido de apoio a êste último organismo, no seio do qual tem feito suas principais manifestações

relativas à política internacional do algodão. Tendo sido o Grupo de Estudos dos Países Exportadores de Algodão formado, por iniciativa mexicana, pelos países exportadores membros do CCIA, o Brasil é membro nato do mesmo. Não é o Brasil, entretanto, membro efetivo da Federação Interamericana do Algodão, por serem ainda indefinidos e imprecisos os objetivos desta organização, criada em março último.

VII — AÇÚCAR

No presente ano, o Itamaraty realizou, em estreita colaboração com o Instituto do Açúcar e do Álcool, os estudos e trabalhos relativos à aprovação pelo Govêrno brasileiro do Acôrdo Internacional do Açúcar, assinado em fins de 1958 e recentemente ratificado pelo Congresso Nacional. Como se sabe, o referido convênio internacional atribuiu ao Brasil uma quota básica de exportação da ordem de 550.000 toneladas anuais. Paralelamente a êsses estudos e trabalhos, tem o Itamaraty realizado sucessivas negociações com vistas à não inclusão na quota brasileira de 1959, ou de qualquer dos anos de vigência daquele Acôrdo, de cêrca de 96.000 toneladas de açúcar que, de conformidade com os contratos de venda, deveriam ter sido embarcadas em dezembro de 1958, mas que, por motivos de fôrça maior, só o foram em janeiro do corrente ano. Antes que o Conselho Internacional do Açúcar decidisse em definitivo a reivindicação do Brasil, o Govêrno cubano, ao ratificar o convênio em aprêço, em 15 de junho último, apresentou reserva segundo a qual aquêle Govêrno se consideraria desobrigado dos compromissos assumidos nos têrmos do mesmo, caso fôsse aceita a reivindicação do Brasil. Em conseqüência, o Govêrno brasileiro viu-se obrigado a apresentar reserva oposta. Desde então, as negociações referentes ao assunto têm sido realizadas tanto em Londres, sede do mencionado Conselho, quanto em Havana e nesta capital, junto à Missão diplomática cubana.

VIII — OPERAÇÃO PAN-AMERICANA

Em 1959, foram os seguintes os aspectos mais relevantes da fase do execução da Operação Pan-Americana:

a) a Segunda Reunião do Comitê dos 21, realizada em Buenos Aires;

b) aprovação das resoluções votadas por essa Reunião pelo Conselho da OEA;

c) preparação da Conferência de Quito;

d) criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Com o objetivo de estudar em profundidade a economia latino-americana, o Comitê dos 21 constituiu, ainda em 1958, um grupo de trabalho que examinou os aspectos técnicos do problema até março do corrente ano, encaminhando então as suas conclusões à Segunda Reunião do Comitê dos 21, realizada em Buenos Aires, de 27 de abril a 8 de maio de 1959.

Desde o início dos trabalhos, defendeu o Brasil a necessidade de se estabelecerem metas quantitativas de desenvolvimento e de se fazer um levantamento dos meios necessários para atingí-las num período de tempo pré-estabelecido.

O conjunto das resoluções tomadas pelo Comitê dos 21, em sua reunião de Buenos Aires, e aprovadas pelo Conselho da OEA, em 8 de julho último, representarão, quando implementadas, o mais amplo e profundo estudo já realizado sôbre a economia latino-americana e seus problemas básicos.

A mais importante dessas resoluções pede ao CIES que realize um estudo da economia latino-americana por países, com vistas à adoção das medidas necessárias ao seu desenvolvimento. Além dessa análise do problema no seu conjunto, foram solicitados estudos sôbre as questões que representam pontos de estrangulamento do processo de desenvolvimento da região, tais como investimentos, transportes, estímulo à produção e ao comércio, sobretudo o comércio de produtos

primários; foram também adotadas recomendações de caráter adjetivo tendentes a tornar mais eficiente o mecanismo destinado a dar realidade à cooperação interamericana.

Foi igualmente obtido que a organização regional aprovasse a concessão ao Departamento Econômico de recursos no volume e prazo necessários para que cheguemos à Conferência de Quito com um certo número de estudos indispensáveis à adoção de medidas concretas. Estão sendo feitos estudos preliminares para a Conferência de Quito, que deverá representar um marco decisivo na execução da Operação Pan-Americana.

Da situação acima descrita, depreende-se ter sido o ano de 1959, no tocante à Operação Pan-Americana, caracterizado por um trabalho intenso de infra-estrutura, indispensável para reunir os elementos e traçar os planos para a atuação brasileira na XI Conferência Interamericana, que representará um marco significativo na nossa política continental.

Inspirada nos postulados da Operação Pan-Americana, realizou-se uma Conferência em Washington com a participação das 21 repúblicas americanas, entre janeiro e abril do corrente ano, para a negociação e redação do instrumento constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Nessa Conferência, graças aos esforços da Delegação do Brasil, não só o capital de 850 milhões de dólares proposto pelos Estados Unidos da América foi elevado para 1 bilhão de dólares com previsão do aumento de 500 milhões de dólares após três anos de funcionamento da instituição, mas também foi reduzida para 50% a parcela em dólares da contribuição de cada membro.

Assegurou também a nossa Delegação a participação pràticamente permanente de um representante brasileiro na Diretoria Executiva do Banco composta de 7 membros.

Na reunião preparatória do Banco Interamericano reunida em Washington, nos meses de setembro e outubro

passados, o Delegado do Brasil, Dr. Cleantho de Paiva Leite, foi eleito Presidente da mesma.

O Convênio do Banco Interamericano acaba de receber a aprovação do Congresso Nacional, o que permitirá ao Brasil depositar o competente instrumento de ratificação na Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos ainda no ano corrente.

IX — RELAÇÕES ECONÔMICAS COM OS PAÍSES DA EUROPA, ÁSIA, ÁFRICA E OCEÂNIA

Para maior facilidade expositiva, a descrição dessas relações está dividida em duas partes, a primeira das quais se refere às relações econômicas e de comércio com os países da *área bilateral* ou grupo de países com os quais mantém o Brasil acordos bilaterais de comércio e/ou pagamentos em moeda escritural e a segunda às relações da mesma ordem com os países membros do antigo «Sistema Brasileiro de Pagamentos Multilaterais» de cuja extinção se ocupa, analisando as principais decorrências do desaparecimento daquele mecanismo especial de comércio e pagamentos.

A) Área bilateral

Foram prorrogados por troca de notas os Ajustes vigentes com a Espanha, o Japão, a Polônia e a Tchecoslováquia. A situação em relação a cada um dos mencionados acôrdos é a seguinte:

1º) *Ajuste de Comércio e Pagamentos Brasil-Espanha* — Em vigor desde 24 de julho de 1952, foi prorrogado em 25 de junho de 1959 até 31 de dezembro de 1959.

2º) *Ajuste de Comércio e Pagamentos Brasil-Japão* —Em 14 de julho, o Govêrno do Japão denunciou o Ajuste vigente desde 16 de outubro de 1958. O referido Ajuste, deveria, portanto, ter sua vigência terminada em 15 de outubro do corrente ano. Em virtude, porém, da impossibi-

lidade de ser negociado um novo convênio disciplinador das trocas entre os dois países até a data da expiração do referido instrumento, decidiram os dois países prorrogar a sua vigência até 15 de janeiro de 1960. Em novembro foram iniciadas as negociações para a conclusão de novo Ajuste.

3º) *Ajuste de Comércio Brasil-Polônia* — Datado de 23 de novembro de 1954, denunciado pelo Govêrno brasileiro em 28 de janeiro de 1956, vem sendo sucessivamente prorrogado por troca de notas, havendo a última prorrogação ocorrido em 27 de junho de 1959, estendendo a vigência daquele instrumento a 31 de dezembro do mesmo ano.

4º) *Ajuste de Comércio Brasil-Tchecoslováquina* — De 17 de maio de 1950, denunciado desde 15 de março de 1956 e sucessivamente prorrogado, teve sua última prorrogação decidida por troca de notas entre os dois Govêrnos datadas de 26 de junho de 1959, para continuar vigorando de 1º de julho a 31 de dezembro do mesmo ano.

O Ajuste de Comércio e de Pagamento com a Iugoslávia, de 1º de abril de 1959, e os ajustes interbancários com a República Democrática Alemã, com a Rumânia e a Hungria, respectivamente de 23 de setembro de 1958 a 19 de abril de 1954, estão em vigor por prorrogação automática, já que não foram denunciados por qualquer das partes.

Com Portugal foi prorrogada a vigência das listas de mercadorias a que se refere o Ajuste Comercial de 9 de setembro de 1949.

B) Missão Especial ao Sudeste da Ásia

Em conseqüência de estudos realizados pelos Ministérios das Relações Exteriores e da Fazenda, decidiu-se enviar uma Missão Especial ao Sudeste da Ásia, a fim de verificar as possibilidades de estabelecer, ou expandir, trocas comerciais diretas e regulares entre o Brasil e alguns dos principais países daquela região.

A referida Missão estava assim constituída:

Chefe: Embaixador Hugo Gouthier de Oliveira Gondim;

Membros: Doutor Francisco de Paula de Assis Figueiredo, representante do Conselho do Desenvolvimento;

Coronel Arthur Napoleão Montagna de Souza, representante do Grupo Executivo da Indústria automobilística;

Senhor Arnaldo Walter Blank, Gerente da Carteira de Comércio Exterior;

Senhor Lázaro Baumann das Neves, Assessor Técnico da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil;

Secretário Paulo Amélio do Nascimento Silva, do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores;

Auxiliar: Senhora Dulcinéa de Mendonça Vargas Moreira.

Os objetivos da Missão foram definidos pelos dois Ministérios responsáveis como sendo os de coleta de dados e informações exatas sôbre a estrutura econômica dêsses países, seus sistemas de comércio exterior e pagamentos, bem como sôbre as possibilidades de colocação nesses mercados de produtos brasileiros, quer agrícolas como industriais, e, reciprocamente, sôbre a eventual colocação no Brasil de produtos dos países visitados. Tratava-se portanto, de um Missão cuja principal finalidade era a de trazer uma fotografia econômica, comercial tão completa quanto possível, dos países incluídos em seu itinerário oficial, de forma a permitir que os exportadores e importadores brasileiros tomassem conhecimento de uma nova área de comércio, a respeito da qual quase nada se conhece no Brasil.

A Missão visitou o Irã, a Tailândia, a Indonésia, a Federação Malaia e Singapura, as Filipinas e Hong-Kong, tendo entrado em contato direto não só com as autoridades responsáveis pelo comércio exterior daqueles países, mas também com as entidades classistas do comércio e da indústria. Nêsses encontros, foram analisadas as possibilidades de maior intercâmbio entre o Brasil e aquêles países. As observações feitas pela Missão no decorrer de sua viagem foram consignadas em Relatório e apresentado aos Ministros das Relações Exteriores e da Fazenda, que teve ampla divulgação junto às classes produtoras brasileiras.

C) *Missão Comercial à União Soviética*

Foi decidido, no mês de outubro, o envio de uma Missão Comercial à União Soviética, a fim de estudar as possibilidades de relações comerciais diretas entre os dois países.

A Missão ficou assim constituída:

Chefe: Embaixador Edmundo Penna Barbosa da Silva;

Delegados: Brigadeiro Henrique Fleuiss, Presidente do Conselho Nacional do Petróleo;

Coronel Idálio Sardemberg, Presidente da Petrobrás;

Doutor Ignácio Tosta Filho, Diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil;

Doutor Renato da Costa Lima, Presidente do Instituto Brasileiro do Café;

Doutor Ivan de Oliveira, Gerente da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil;

Senhor Euvaldo Dantas Motta, Técnico do Banco do Brasil;

Comandante João Milton Prates, da Presidência da República;

Assessôres:

Secretário Armando Mascarenhas, do Itamaraty;
Secretário Ovídio de Andrade Mello, do Itamaraty
Secretário Amaury Bier, do Itamaraty;
Senhor Jayme Magrassi de Sá, Economista do Ministério das Relações Exteriores;
Doutor Albino Manuel Regallo de Souza, do Conselho Nacional do Petróleo;
Doutor Custódio Daniel Moura, do Conselho Nacional do Petróleo;
Doutor Wilter Fantinatti, do Conselho Nacional do Petróleo;
Doutor Emerson José Dória Serbodo de Barros, da Petrobás;
Doutor Eduardo Quintiliano da Fonseca Sobral, da Petrobás;
Doutor Alpheu Amaral, da CACEX;
Doutor Edmar Vargas de Oliveira, da CACEX;
Senhor Edgar Araujo Salles, do I.B.C..

A Divisão Econômica da Europa, Ásia, África e Oceânia, preparou, oportunamente, os estudos necessários à orientação da Missão Comercial Brasileira.

D) *Sistema Brasileiro de Pagamentos Multilaterais*

Como resultado dos entendimentos havidos anteriormente, realizou-se a segunda reunião do Sistema Brasileiro de Pagamentos Multilaterais em Londres, em março de 1959.

A Delegação Brasileira era composta dos seguintes membros:

Chefe:

Ministro Edmundo Barbosa da Silva, Chefe do Departamento Econômico e Comercial do Ministério das Relações Exteriores;

Ministro Roberto de Oliveira Campos, então Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico;
Senhor Paulo Poock Corrêa, Diretor da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S.A.;
Senhor Arnaldo Walter Blank, gerente da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A.;
Secretário Paulo Amélio do Nascimento Silva, do Itamaraty;
Senhor Christiano Sampaio Viana, da Superintendência da Moeda e do Crédito.

Essa reunião teve como objetivo debater os vários sucessos que se vinham observando no intercâmbio entre o Brasil e os membros europeus do Sistema bem como deliberar sôbre o destino do "Clube de Haia" após o advento da conversibilidade das moedas européias.

O Sistema perdeu, em grande parte, sua razão de ser com a conversibilidade das moedas que participavam do "pool" multilateral. O mecanismo institucional da ACL, destinado a permitir maior flexibilidade de pagamentos, tornou-se supérfluo, uma vêz que a principal característica da conversibilidade é exatamente a de ampliar a área de aplicação das moedas, facultando a qualquer país liquidar multilateralmente seus débitos. Reconhecendo a dissolução de fato da ACL, as autoridades cambiais brasileiras resolveram unificar os leilões para as moedas conversíveis, fundindo assim, as duas áreas monetárias: a de plena convesibilidade e a de conversibilidade limitada.

A Delegação brasileira enviada a Londres entabulou contactos bilaterais com o Govêrno italiano (a partir de 16 de março) com os representantes francêses (19 de março) com o Govêrno alemão (31 de março e 2 de abril). A reunião principal foi realizada nos dias 20 e 21 de março, e contou com a participação de todos os integrantes do Sistema Brasileiro de Pagamentos Multilaterais.

Os principais assuntos debatidos foram a questão dos financiamentos compensatórios e a do prazo de carência. Com relação ao futuro da ACL, foi acordado em Londres que os países participantes procederiam a uma revisão dos diversos ajustes de Comércio e de Pagamentos, devendo ser mantido o Sistema, agora chamado "Clube Brasil", como um foro multilateral de consulta em todos os assuntos de interêsse comum no campo econômico e comercial.

E) Comunidade Econômica Européia

Como é sabido, a Comunidade Econômica Européia iniciou seu funcionamento efetivo em 1º de janeiro de 1959.

Os contatos diplomáticos entre o Brasil e a Comunidade Econômica Européia têm-se realizado principalmente por intermédio do GATT.

Na ausência de outra instituição de caráter econômico que congregasse simultâneamente o Brasil e os países do Mercado Comum, o GATT era o foro lógico para o debate dos problemas suscitados pelo Tratado de Roma, sobretudo no que concerne à associação dos territórios ultramarinos, principal motivo de choque entre os Seis e o Brasil.

As discussões de substância efetuadas de conformidade com o artigo XXII do GATT não alcançaram nenhum resultado prático, visto que a Comunidade Econômica Européia não abandonou a posição de princípio segundo a qual só poderia considerar a possibilidade de oferecer compensações quando o Brasil pudesse provar concretamente que a aplicação dos dispositivos do Tratado de Roma havia provocado um prejuízo real para o comércio dêsses produtos.

Durante uma reunião formal realizada entre os delegados do Brasil e os dos Seis, reiterou-se a proposta brasileira, já apresentada em outra oportunidade para a constituição de uma Comissão Mista Brasil-C.E.E., destinada a debater tôdas as questões que surgissem no campo econômico e comercial entre o Brasil, de um lado, e a C.E.E. de

outro. O Ministro André Phillippe, falando em nome dos Seis, declarou, em resposta, que a idéia seria examinada pela C.E.E. com vistas a um pronunciamento favorável, em futuro próximo.

Fora do GATT, o Brasil trabalhava ativamente para coordenar, no âmbito latino-americano, uma resposta conjunta ao *Memorandum* apresentado pela C.E.E. aos diversos Governos do continente, em abril de 1958.

O esbôço de resposta, preparado pelo Itamaraty, foi levado ao conhecimento dos demais Governos na recente Conferência de Chefes de Departamento Econômico, em Santiago, e durante a reunião do Comitê dos 21, em Buenos Aires, realizada em abril-maio do corrente ano. Os representantes do Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai apresentaram, simultâneamente, e nas respectivas capitais, um texto uniforme, em 15 de junho de 1959.

Bàsicamente, o documento de respostas discute os seguintes aspectos da estrutura da C.E.E.:

a) o critério das médias aritméticas para a determinação da tarifa externa comum, o qual acarreta a consolidação da pauta em níveis mais elevados;

b) a associação dos territórios ultramarinos, que tende a provocar desvios de comércio em detrimento das exportações tradicionais da América Latina.

F) Visita do Ministro das Finanças e Negócios Econômicos da França

Entre os dias 6 e 10 de outubro de 1959, esteve no Brasil em visita oficial, o Senhor Antoine Pinay, Ministro das Finanças e Negócios Econômicos da França, o qual teve oportunidade de examinar com as autoridades brasileiras os diferentes aspectos das relações econômicas, financeiras e comerciais entre o Brasil e a França, no intuito

de estudar as fórmulas que melhor permitam intensificar e reforçar a cooperação entre os dois países naqueles campos de ação.

Realizaram-se, assim, no Ministério das Relações Exteriores sucessivas reuniões, nas quais foram passadas em revista as questões financeiras pendentes entre o Brasil e a França, bem como foi considerada a possibilidade de prestar êste último país uma colaboração mais intensa ao Govêrno do Brasil, para a realização de seus programas de fomento econômico.

Como resultado da visita do Ministro Antoine Pinay, ficou decidida a constituição de uma Comissão Mista franco-brasileira, a fim de estudar a realização e o financiamento de projetos de interêsse para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Por outro lado, tendo em vista a aprovação pelo Congresso Nacional do Acôrdo de Resgate Franco-Brasileiro, de 4 de maio de 1956, os dois Governos decidiram instalar tribunais arbitaris antes do fim do corrente ano, os quais deverão pronunciar-se segundo as condições previstas pelos compromissos de 16 de abril de 1958 e 10 de abril de 1952, concernentes, respectivamente, às Companhias Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, "Port of Para" e Estrada de Ferro Vitória-Minas.

Decidiu-se ainda, que os dois Governos tomariam, imediatamente, as providências necessárias à solução definitiva dos litígios relativos às Companhias Docas da Bahia e "Brasil Railway".

Nessa mesma oportunidade, foi assinado, a 6 de outubro, o Acôrdo sôbre Cooperação Técnico-Administrativa, que prevê amplo programa de intercâmbio de professôres, concessão de bôlsas de estudos e estágio de funcionários brasileiros e francêses nos serviços administrativos de um e outro país.

G) *Visita do Ministro de Comércio da Noruega*

Em fevereiro de 1959, visitou o Brasil o Senhor Arno Skaug, Ministro do Comércio da Noruega, o qual se fêz acompanhar dos Senhores Finn Skartum, Diretor Adjunto do Ministério das Relações Exteriores, Johan Arnet, Presidente da Organização do Comércio Importador e Christiano Johnson, Diretor do Comércio Exportador.

O objetivo da visita do Ministro do Comércio da Noruega foi realizar com as competentes autoridades brasileiras uma troca informal de impressões sôbre os problemas atinentes às relações comerciais brasileiro-norueguesas. Nas reuniões que com tal objetivo foram celebradas no Rio de Janeiro, puderam ser passadas em revista as questões mais importantes do comércio entre os dois países, particularmente, a situação das importações brasileiras de bacalháu, as quais, apesar da boa aceitação do produto no mercado nacional, vêm sofrendo considerável decréscimo nos últimos anos.

A retração nas aquisições brasileiras do mencionado produto deve-se, entre outras causas, à inclusão do mesmo na categoria geral o que vem ocorrendo desde a entrada em vigor da nova Lei de Tarifas.

Tendo-se em conta o comportamento do intercâmbio nos últimos anos, é de notar que o comércio importador brasileiro tem demonstrado pouco interêsse pelas importações de produtos noruegueses, situação que se pode explicar, em grande parte, pelo regime instaurado desde fevereiro de 1957 e que estabeleceu os ágios mínimos para a faixa bilateral, vinculados à cotação dos ágios para o dólar USA e ACL.

Do lado das exportações brasileiras, entretanto, é de notar que as vendas de café para a Noruega se mantêm em bom nível, sendo de ressaltar que aquêle país tem dado preferência ao produto brasileiro, o qual representa mais de 80% do consumo global norueguês.

Na oportunidade da visita do Senhor Skaug, foram trocadas amplas informações sôbre os diversos movimentos de integração econômica verificados na Europa, especialmente no que se refere à chamada "Europa dos Sete" e ao Mercado Comum Nórdico.

X — Relações Econômicas com os Países da América

A) Integração Econômica Latino-Americana

Há atualmente, dois movimentos em marcha na América Latina que visam a proporcionar uma maior complementação das economias dos países latino-americanos: o Mercado Comum Latino-Americano e a Zona de Livre Comércio entre alguns países do continente.

Desenvolvendo-se em planos distintos, êsses dois movimentos não são antagônicos, ao contrário, tendem a se completar, no tempo, como solução para o problema fundamental da América Latina — a aceleração do ritmo de seu desenvolvimento econômico.

O Mercado Comum, cuja criação foi preconizada pela Conferência Econômica de Buenos Aires de 1957, acha-se em fase de exame pela Comissão Econômica da América Latina, devendo merecer a atenção de peritos governamentais dos países latino-americanos em reunião especial a se realizar em começos do próximo ano.

A Zona de Livre Comércio, de origem mais recente, resultou de uma série de esforços exploratórios realizados por técnicos dos países do Sul do Continente, na procura de uma solução para problemas imediatos de suas relações econômicas que necessitavam de consideração urgente pelos Governos do Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Acha-se em fase adiantada de elaboração, estando prevista para fevereiro de 1960, uma reunião de delegações daqueles quatro países e mais da Bolívia, Paraguai e Peru, destinada a proceder à negociação final e eventual assinatura de um

Tratado de Zona de Livre Comércio. Visa êste Tratado a evitar a deterioração das correntes de intercâmbio tradicionalmente ativas na região meridional da América Latina, dentro de um quadro jurídico institucional que possibilite a progressiva ampliação e diversificação do comércio regional.

A criação da Zona de Livre Comércio tem objetivos imediatos e mais modestos do que o Mercado Comum Latino-Americano, que implica em maiores compromissos de integração econômica para os países que o compõem. Mas a Zona de Livre Comércio é um passo prévio importante que poderá levar a formas mais amplas de integração e deverá, portanto, constituir uma fonte de experiências de inestimável valor para a efetivação da meta mais ambiciosa de integração de todos os países latino-americanos.

Durante o ano de 1959, realizaram-se diversas reuniões internacionais destinadas a debater o problema da constituição de uma Zona de Livre Comércio na América Latina.

A primeira reunião em que se tratou dêste problema foi realizada em Santiago, em/abril de 1959, entre peritos do Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, que examinaram um anteprojeto de acôrdo elaborado pela CEPAL e redigiram um novo projeto que foi submetido à consideração dos quatro Governos.

Em junho último, o Govêrno brasileiro, aproveitando o ensejo da visita ao Brasil do Secretário-Executivo do GATT convidou técnicos da Argentina, Uruguai e do Chile para realizarem conversações informais com aquêle funcionário internacional, a fim de examinar os problemas decorrentes da eventual apresentação ao GATT do Tratado de Zona de Livre Comércio que viessem a celebrar os quatro países.

Em julho de 1959, o Govêrno peruano manifestou interêsse em conhecer os planos de constituição de uma Zona de Livre Comércio e solicitou a realização de uma reunião em Lima, para que fôssem explicados, às autoridades peruanas e às entidades de classe, os alcances, objetivos e o me-

canismo da Zona de Livre Comércio que se pretendia constituir. Para essa reunião foram também convidados representantes governamentais da Bolívia e Paraguai, países que, mantendo o comércio ativo com os quatro países, haviam manifestado interêsse em eventualmente participar da Zona.

Na reunião de Lima resolveu-se considerar concluídos os trabalhos do nível técnico para constituição da Zona e recomendar aos Governos interessados que convocassem uma reunião de nível governamental para a negociação do projeto elaborado e eventual assinatura de um Acôrdo de Zona de Livre Comércio. Nesta oportunidade o representante do Uruguai ofereceu a cidade de Montevidéu para sede da reunião e sugeriu-se a sua realização no mês de setembro.

Como resultado destas recomendações, realizou-se em Montevidéu, de 16 a 30 de setembro último, a Conferência para o Estabelecimento de uma Zona de Livre Comércio, a qual compareceram representantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Praguai, Peru e Uruguai, e observadores do México, Venezuela, CEPAL, Fundo Monetário Internacional e Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

Elaborou-se em Montevidéu um novo projeto de tratado que foi encaminhado aos Governos para seu estudo e apresentação de emendas e sugestões que deverão ser encaminhados à Mesa da Conferência até 15 de janeiro de 1960, para discussão final durante uma Segunda reunião da Conferência, que será realizada durante a primeira quinzena de fevereiro próximo. Com esta segunda reunião em Montevidéu deverão ser concluídos os trabalhos de constituição da Zona de Livre Comércio com a eventual assinatura do tratado pelo Ministro das Relações Exteriores dos sete países.

A fim de examinar o projeto de Montevidéu, receber emendas que lhe sejam sugeridas, debatê-las e preparar a posição do Govêrno brasileiro para a reunião de fevereiro, o Itamaraty criou uma Comissão com representantes do Minis-

tério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Conselho de Política Aduaneira, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Conselho Nacional de Eoconomia, Superintendência da Moeda e do Crédito, Carteira de Comércio Exterior, Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, Confederação Rural Brasileira, Confederação Nacional da Indústria e Confederação Nacional do Comércio.

A constituição da Zona de Livre Comércio deverá realizar-se num prazo de 12 anos, durante o qual serão eliminados os gravames e outras restrições que oneram ou dificultam o comércio de produtos que constituem o essencial do intercâmbio na área. Não implica na obrigatoriedade de unificação dos regimes tarifários dos países membros frente ao resto do mundo, conservando cada país sua liberdade quanto ao tratamento aplicável a terceiros países. Não exige modificações de política econômica interna e da política comercial frente ao resto do mundo, embora certos ajustes graduais devam facilitar a plena consecução dos objetivos visados. Neste particular não se assemelha a união aduaneira, onde a obrigação de unificar a política tarifária cria, paralelamente a necessidade de harmonização dos diversos instrumentos de política comercial, além de uma aproximação das políticas econômicas internas. A êsse respeito, a diferença se torna marcante quando se considera o caso do estabelecimento de um mercado comum, que se caracteriza pela supressão de quaisquer entraves a livre circulação, não apenas de mercadorias, mas de todos os fatores de produção, decorrendo daí a necessidade de harmonização das políticas econômicas internas e externas das Partes Contratantes.

O Projeto de Zona de Livre Comércio, elaborado por representantes governamentais dos sete países acima mencionados, e que se acha em consideração pelos respectivos Governos têm, em linhas gerais, os seguintes objetivos:

1º) garantir maior estabilidade para o intercâmbio comercial já existente entre os países da Zona;

2º) ampliar êsse intercâmbio pela inclusão progressiva de novos produtos, especialmente os manufaturados:

3º) possibilitar o desenvolvimento de novas atividades de produção nos países membros e a expansão das já existentes, sob o estímulo da ampliação multinacional dos mercados;

4º) substituir gradativamente, no âmbito da Zona, importações procedentes de terceiros países, com a conseqüente liberação de divisas na área de moedas fortes, possibilitando uma melhor composição das importações provenientes de terceiros países;

5º) contribuir para o acréscimo da produtividade por meio de melhor utilização dos fatores de produção disponíveis na Zona, elevando, em conseqüência, o nível de vida dos países membros.

Os meios previstos no Projeto para a consecução dêsses objetivos são, bàsicamente, os seguintes:

1º) adoção de um programa de eliminação gradual de tarifas e outras restrições para o intercâmbio recíproco;

2º) implantação de um regime especial de liberação do intercâmbio, pelo qual as concessões recíprocas dos países membros se restrinjam à área;

3º) estabelecimento de um órgão permanente de supervisão do acôrdo e de um sistema periódico de consultas que facilite e estimule, por meio de estreito contato entre representantes dos países membros, a mútua colaboração na busca de soluções para problemas comuns.

Trata-se, em resumo, de estabelecer um corpo de princípios de política comercial, suficientemente flexíveis para se adaptarem às condições vigentes ou que venham a prevalecer nas economias dos países membros e, por outro lado, de criar um qaudro institucional adequado à implementação de uma politica comercial de sentido marcadamente dinâmico.

B) Argentina

O Tratado de Comércio e Navegação de 23 de janeiro de 1940 e o Ajuste de Comércio de 23 de março de 1943, que vinham regulando o intercâmbio comercial entre o Brasil e Argentina, foram prorrogados por notas trocadas em Buenos Aires, em 9 de junho, para vigorarem até 31 de dezembro de 1959. E, em 26 de novembro último, foram novamente prorrogados até que sejam firmados e entrem em execução o projetado Tratado de Zona de Livre Comércio, ou outros instrumentos que venham a substituir os acordos atualmente em vigor.

Embora a complementaridade seja um denominador comum dos mercados brasileiro e argentino, o intercâmbio apresenta freqüentemente oscilações cíclicas. Visando a correção dêsses desequilíbrios, a Comissão Mista Brasil-Argentina reuniu-se de 20 de novembro a 2 de dezembro de 1959, em Buenos Aires, tendo sido, na ocasião, firmado um Ajuste sôbre intercâmbio de matérias primas e bens industriais, por troca de notas, datadas de 26 de novembro último.

Pelo referido Ajuste ambos os Governos concordam em tomar as providências imediatas a seu alcance para: 1º) promover e facilitar a importação recíproca de matérias primas e bens industriais, sempre que seja necessário criar meios de pagamento que assegurem uma adequada contrapartida das importações e exportações; 2º) independentemente do estabelecido no item anterior, e sem inteferir com o seu propósito, prestar todo amparo às operações de complementação industrial que possam atender ao mútuo interêsse das indústrias dos dois países; 3º) conceder, em conformidade com as respectivas leis e regulamentos, facilidades à contratação e liquidação das transações acima referidas.

Ainda dentro do âmbito da Comissão Mista, foram trocadas notas, em 2 de dezembro, estabelecendo condições para a execução, em 1960, de Ajuste de compra e venda de trigo,

em vigência. Foi assinado, igualmente, na mesma data, um Ajuste sôbre isenções fiscais relativas ao intercâmbio de frutas.

C) *Chile*

Por troca de notas, em 8 de junho, entre a Embaixada do Brasil em Santiago e o Ministério das Relações Exteriores do Chile, foram prorrogados até 31 de dezembro de 1959 o Tratado de Comércio e Navegação de 1º de março de 1943 entre o Brasil e o Chile, seu Protocolo Adicional de 4 de julho de 1947 e as respectivas notas anexas. Em 4 de dezembro, concordaram os dois Governos em prorrogar os referidos atos internacionais até 30 de dezembro de 1960, a menos que antes desta data seja posto em execução entre os dois países o Tratado de Zona de Livre Comércio, cujo projeto está sendo examinado pelos Governos da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai.

Por inspiração e com apoio oficial do Ministério das Relações Exteriores, a Confederação Nacional da Indústria e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo patrocinaram a visita ao Brasil de um grupo de industriais chilenos, entre 6 e 16 de setembro. Dos contatos mantidos pela missão chilena com elementos relacionados aos setores público e privado das atividades econômicas brasileiras, durante a sua permanência nesta Capital e em São Paulo, esperam-se os melhores resultados, tendo em vista o incremento das relações econômicas e comerciais entre os dois países.

D) Equador

O Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Doutor Horácio Lafer, e o Ministro das Relações Exteriores da República do Equador, Senhor Carlos Tobar Zaldumbide, decidiram, por ocasião da recente visita dêste último ao Brasil, tomar medidas que determinem a reunião em Quito, até 31 de

janeiro de 1960, da Comissão Mista brasileiro-equatoriana criada pelo Convênio sôbre Bases para Cooperação Econômica e Técnica, de 8 de março de 1958, assinado entre o Brasil e o Equador. Os referidos Ministros concordaram, outrossim, na conveniência de se formar, dentro da Comissão, uma Sub-Comissão Técnica — a ser instalada dentro de três meses na cidade de Quito — encarregada de elaborar os projetos e supervisionar as obras referentes à utilização efetiva das zonas livres concedidas ao Brasil e ao Equador, nos portos de San Lorenzo e de Manáus, bem como coordenar o planejamento dos sistemas de transporte rodoviário entre os dois países.

E) Venezuela

Por troca de notas efetuada em Caracas, foi prorrogada, por um ano, a partir de 2 de outubro de 1959, a vigência do «modus vivendi» Brasil-Venezuela, que, desde 11 de junho de 1940, vem regendo as relações comerciais entre os dois países e pelo qual se concedem reciprocamente a cláusula de nação mais favorecida.

F) Paraguai

De grande importância para as relações comerciais entre o Brasil e o Paraguai, foi a reunião plenária das Comissões Mistas Permanentes Brasil-Paraguai, realizada em Assunção de 13 de junho a 8 de novembro.

A sua Agenda incluia questões fundamentais para o intercâmbio entre os dois países, tais como a regulamentação do livre trânsito de mercadorias e dos entrepostos de depósito franco em Santos e Paranaguá, no Brasil, e Concepción, no Paraguai, a concessão também no Paraguai, de depósito franco no porto de Encarnación, o reexame das listas de mercadorias comerciadas através das fronteiras comuns, a repressão do comércio ilegal, a atualização das tarifas brasileiras e paraguaias, e várias outras ainda, mas, so-

bretudo, a questão do Convênio de Comércio Fronteiriço, instrumento de capital relevância nas relações econômicas brasileiro-paraguaias, cuja execução vinha sendo obstaculizada por divergências de critério quanto à amplitude territorial do seu alcance. A êste propósito, terminada a reunião da Comissão Mista, foram trocadas notas entre os dois Governos, pelas quais ficou reconhecido o critério que inspirara a formulação do Convênio de Comércio Fronteiriço, bem como confirmados o tratamento da nação mais favorecida e a isenção de depósitos prévios para as mercadorias brasileiras importadas ao abrigo do referido Convênio. Neste sentido está por ser expedido, pelo Govêrno paraguaio, novo decreto de regulamentação interna do Convênio.

Como resultado das conversações da Comissão Mista, foi, também, assinado um Convênio pelo qual é concedido ao Brasil um depósito franco no porto de Encarnación, e trocadas notas em que se estipula a inclusão do guarani como moeda de pagamento, além do cruzeiro, das transações efetuadas em conformidade com o Convênio de Comércio Fronteiriço. Todos os atos acima mencionados foram firmados no dia 8 de novembro.

G) *Estados Unidos da América*

Por troca de notas datada de 2 de setembro de 1959 tiveram sua vigência prorrogada até 30 de junho de 1960 o Acôrdo sôbre produtos agrícolas, o respectivo Memoradum de Entendimento e as notas reversais relativas, datadas de 31 de dezembro de 1956, entre o Govêrno dos Estados Unidos da América o Govêrno do Brasil, que deveriam expirar em 31 de dezembro de 1959, com as emendas e correções constantes dos acordos de 25 de julho de 1957, 30 de junho de 1958, 12 de dezembro de 1958, 2 de março de 1959 e 29 de maio de 1959.

XI — Cooperação Econômica e Técnica

Durante o ano de 1959, as atividades da Divisão de Cooperação Econômica e Técnica (DET) se processaram em ritmo crescente de modo a preencher as finalidades que determinaram a sua criação, pela portaria nº 5 de 28 de agôsto do ano findo, a saber: 1) coordenar a participação do Brasil nas Comissões Mistas de cooperação econômica previstas em convênios bilaterais entre o Brasil e diversos países da América e da Europa; 2) tratar, sistemà sistemàticamente, de todos os assuntos atinentes à cooperação e assistência técnica bilateral, igualmente prevista em convênios bilaterais já celebrados ou projetados, assegurando sua coordenação e centralizando tôdas as atividades do Ministério das Relações Exteriores relacionadas com a matéria.

Na consecução dos seus objetivos a DET ateve-se, no decorrer do corrente ano, à consideração dos seguintes pontos essenciais;

a) realizar estudos e estabelecer entendimentos preliminares sôbre a conveniência de serem negociados, diretamente, ou no quadro das comissões mistas previstas em convênios anteriores, acôrdos básicos de cooperação técnica com a França e a Alemanha, que possibilitassem o estabelecimento de um programa orgânico de cooperação técnica com aqueles países, evitando assim a dispersão de esforços e recursos decorrente da inexistência de um instrumento operacional e de um órgão de coodernação;

b) a implementação dos Acôrdo sôbre Bases para a Cooperação Econômica e Técnica firmados com o Equador a Colômbia e o Peru, por ocasião da visita realizada àqueles países, em 1958, pelo então Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, visando a objetivar os propósitos enunciados naqueles atos diplomáticos, particularmente no que se refere à cooperação

técnica para o desenvolvimento de áreas limítrofes de interêsse comum;

c) o estudo de medidas tendentes a estimular o intercâmbio bilateral de técnicas e conhecimentos tecnológicos com o Irã, Israel e Japão, assegurando-lhes caráter sistemático e racional;

d) colaborar, efetivamente, na coordenação, no Brasil, do Programa de Cooperação Técnica do Ponto IV, instituido por troca de notas de 19 de dezembro de 1950, entre os Govêrnos do Brasil e dos Estados Unidos, assim como propiciar o estabelecimento de novos programas norte-americanos, de caráter governamental ou privado.

A) *França*

Embora ainda não devidamente programadas, pela ausência de um instrumento básico objeto de entendimentos preliminares, foram bem intensas e profícuas as atividades de cooperação técnica entre o Brasil e a Fança no decorrer de 1959;

1ª) Em virtude dos entendimentos havidos entre o Senhor Paul Poumallou, Delegado de Serviço de Cooperação Técnica do Ministério da Econoima da França com as autoridades governamentais, órgãos de classe, instituições de ensino e entidades privadas, foi concertada e efetivada em 1959 a vinda de um grande número de técnicos franceses a fim de colaborar nos planos de desenvolvimento estaduais, particularmente nos setôres relativos à energia elétrica, abastecimento e silos, grigoríficos, levantamento geológico, irrigação e indústria petrolífera;

2ª) Foram assentadas as bases para a intensificação da cooperação técnica no que diz respeito à troca de informações relativas a produtos agrícolas não-competitivos;

3ª) O Govêrno francês ofereceu 40 bôlsas de estudos para estágio de treinamento e aperfeiçoamento na França

de técnicos brasileiros de nível médio e superior, no decorrer de 1960.

B) Alemanha

Com a Alemanha, não havendo sido ainda concluído o Acôrdo básico ora em estudos, prosseguiram as negociações, com base no Convênio de Cooperação Econômica de 4 de setembro de 1958, para a vinda de uma missão técnica alemã para colaborar nos planos de desenvolvimento econômico do Estado do Rio Grande do Sul. Foi concertada a vinda, em 1959, de um grupo de técnicos alemães a fim de estudar as possibilidades da instalação, mediante assistência técnica e financeira alemãs, de uma Granja Modêlo nos arredores de Brasília.

Também foram pleiteados e concedidos, na forma de assistência técnica, dois tratores e respectivos equipamentos complementares para o Seminário de Videira, bem como instalações completas para os laboratórios de Mecânica e Eletrotécnica do Instituto Tecnológico da Universidade Católica do Distrito Federal.

C) Equador, Colômbia e Peru

Foram assentadas, por ocasião da visita do Brasil do Ministro das Relações Exteriores do Equador, Senhor Tobar Saldumbide, as diretrizes para a implementação do Acôrdo sôbre Bases para a Cooperação Econômica e Técnica, firmado entre os dois países a 5 de março de 1958.

Nos têrmos da Declaração Conjunta Brasileiro-Equatoriana de 8 de dezembro de 1959, deverá reunir-se, até 31 de janeiro de 1960, a Comissão Mista prevista no referido convênio, entre cujos objetivos se inclui «o estudo das possibilidades de cooperação técnica e de intercâmbio de informações sôbre métodos e conhecimentos técnicos-científicos». Foi resolvida, outrossim, a criação, dentro da Comissão Mista, de uma sub-Comissão técnica rodoviária, encarrega-

da de elaborar os projetos e supervisionar as obras necessárias para o entrosamento, no interêsse comum, dos respectivos sistemas de transporte rodoviário. Esta sub-comissão deverá instalar-se em Quito, dentro de três mêses.

D) Irã, Japão e Israel

Foi contemplada, no decorrer de 1959, a *conveniência* de serem estabelecidos programas regulares de cooperação técnica entre o Brasil e o Irã, o Japão e Israel, havendo sido iniciados, para êsse fim, entendimentos com os Govêrnos daqueles países com vistas à conclusão de acôrdos básicos e específicos de cooperação e assistência técnica.

Com relação ao Irã já se encontram adiantadas as negociações tendentes à conclusão de um acôrdo pelo qual o Brasil se comprometeria a prestar assistência técnica ao Irã para o planejamento e eventual construção de uma Cidade-Operária nos arredores de Teerã.

Os entendimentos iniciados com o Govêrno de Israel versaram sôbre a possibilidade da eventual prestação de assistência técnica israelense para a recuperação e aproveitamento das zonas semi-áridas do Nordeste. Nessa conformidade, em coordenação com o Conselho do Desenvolvimento do Nordeste, o Banco do Nordeste e as Universidades do Ceará e Pernambuco, deverá o Govêrno de Israel enviar ao Brasil, no próximo ano, o Professor David Amiran a fim de estudar as possibilidades que se oferecem nesse campo, já estando também programada a ida a Israel de vinte estudantes recém-formados na Universidade Rural de Pernambuco a fim de realizar um estágio de aperfeiçoamento em alguns centros do treinamento agrícola daquele país.

Quanto ao Japão, as informações obtidas na Embaixada daquele país no Rio, demonstram que as atividades de cooperação técnica ainda se encontram em estágio bastante incipiente, sendo de registrar, durante o ano de 1959, apenas a vinda de um técnico especialista em avicultura.

E) Estados Unidos da América

Pelo Decreto nº 45.660, de 30 de março do corrente ano, foi criado, junto à Representação Brasileira do Ponto IV, um Escritório Técnico de Coordenação dos Projetos e Ajustes Administrativos, que prevê a constituição de um Conselho de Coordenadores, entre os quais figura um representante do Itamaraty.

A constituição do referido órgão visou a tornar mais efetiva a participação do Itamaraty e atender ao propósito de tornar sistemático e planificado o estudo dos programas como base para o fortalecimento do regime de cooperação do Ponto IV e de expansão dos investimentos recíprocos. Encontra-se em negociações a prorrogação do Acôrdo para um Programa de Cooperação Agrícola, de 26 de junho de 1953, que instituiu o Escritório Técnico de Agricultura, a quem cabe a coordenação de mais de 50 projetos do Ponto IV ora em execução no Brasil.

Quanto a outros programas governamentais, é de registrar a vinda, em meados do corrente ano, de uma Missão Científica, enviada pelo Departamento de Estado a fim de estudar as possibilidades que o Brasil oferece em matéria de ensino especializado, e considerar a conveniência de um programa de cooperação nesse setor.

Já no âmbito privado cumpre mencionar a visita efetuada pela primeira vez à América Latina de uma Missão da Fundação Ford, integrada pelo Senhor Alfred C. Wolf, Diretor para a América Latina do «Programa de Desenvolvimento Ultramarino», e os professôres Lincolh Gordon e Reynold Carlson, com o objetivo de estabelecer contatos preliminares com a realidade brasileira, de modo a formar idéia própria sôbre as áreas e questões que melhor se recomendariam à futura assistência que prestaria a Fundação.

Para êsse fim, a missão visitou, além do Rio de Janeiro, algumas das principais capitais estaduais, onde manteve

contato com as autoridades governamentais, entidades públicas e privadas, universidades e centros de pesquisa.

A fim de facilitar os contatos no Rio de Janeiro, a Divisão de Cooperação Econômica e Técnica organizou no Itamaraty uma série de reuniões especializadas sôbre questões atinentes particularmente à educação, extensão rural, e pesquisa científica e tecnológica, entre os membros da missão e representantes de entidades e órgãos eventualmente interessados na assistência técnica da Fundação.

Os primeiros rsultados da visita se fizeram sentir, quando, e msetembro do corrente ano, o Senhor Alfred Wolf comunicou à imprensa a decisão da Fundação de efetuar uma doação de US$ 100.000 (cem mil dólares) ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, como parte da primeira série de doações feitas pela Fundação Ford na América Latina.

ASSUNTOS CONSULARES E DE PASSAPORTES

SERVIÇOS CONSULARES

CONSULADOS BRASILEIROS

A Divisão Consular apresentou, durante o ano de 1959, além dos trabalhos normais, uma série de estudos que visaram a aperfeiçoar o funcionamento e a produtividade das Repartições consulares brasileiras.

O «Esbôço de Reestruturação dos Serviços Consulares» procurou consubstanciar, em um corpo único, métodos e observações, e, ao dinamizar as funções consulares, fornecer às Repartições os elementos necessários para uma participação mais eficaz na aplicação da política econômica brasileira, particularmente no tocante à penetração comercial e expansão do comércio exportador de nosso país. Não sòmente é prevista a revitalização dos Consulados brasileiros no que tange ao aumento da exportação brasileira para áreas de moeda forte senão também a conquista de novos mercados e diversificação da pauta de exportação, com vistas à melhor composição das nossas relações de troca. É também estudado, no esbôço em aprêço, a distribuição racional dos Consulados segundo áreas geográficas, de acôrdo com as reações da economia brasileira às diferentes estruturas econômicas. Com a criação de novas Repartições consulares evitar-se-á, de maneira objetiva, a evasão de divisas em moeda forte, nascida da ausência de cobertura suficiente pelas autoridades brasileiras no exterior, a fim de não admitir, segundo ocorre atualmente, pagamentos em moeda nacional, o que provoca perdas de grandes parcelas de renda em dólares. Aliada à criação de novos Consulados, foi

previsto um sistema de informações em bases regionais, o que proporcionaria entrosamento das atividades consulares com os planejamentos globais da nossa política econômica em todo o mundo, mantendo-a sempre vivamente atualizada.

Outro trabalho executado pela Divisão Consular tratou da Lotação das Repartições Consulares brasileiras e, ao considerar o volume de atribuições, serviços e possibilidades de expansão das atividades de cada Consulado, procurou sugerir nova distribuição dos funcionários, quer Cônsules, quer auxiliares, de maneira a que cada Repartição pudesse apresentar o máximo de produtividade, sem aumento de ônus para o Tesouro Nacional.

Procedeu-se ainda à atualização da jurisdição consular das nossas Repartições, reproduzindo não apenas os decretos e portarias ocorridas durante o segundo semestre de 1958 e primeiros mêses de 1959, mas também sugerindo a supressão da designação Vice-Consulado honorário, sendo elevadas tôdas aquelas Repartições à categoria de Consulados honorários. Procurou-se estender, via de regra, quando não houvesse impedimento de ordem prática ou legal, a jurisdição dos Consulados, em tôdas as categorias, a fim de que fossem evitadas as já mencionadas evasões de Renda e divisas em moeda forte, facilitadas as atividades das companhias exportadoras e importadoras, brasileiras ou estrangeiras, e promovida a expansão, da maneira que mais indicada fosse, de nosso comércio exterior. Além dos 44 Consulados honorários cujas jurisdições respectivas forem aumentadas, sugeriu-se, também fossem alteradas as jurisdições dos Consulados-Gerais em Capetown, Hong Kong, Hamburgo e Lisboa, e dos Consulados em Glasgow, Iocoama, Montreal, Toronto e Port-of-Spain. Foram eventadas, também, novas subordinações para facilidade de serviço, cabendo ressaltar as dos Consulados honorários em Lourenço Marques, em Moçambique, e Luanda, na Angola, não mais subordinados ao Consulado-Geral em Lisboa, mas ao

Consulado-Geral em Capetown. Relativamente aos Serviços consulares das Missões Diplomáticas, apreciou-se a possibilidade de serem estendidas as jurisdições daqueles Serviços na Embaixada no Cairo, Taipeh, Nova Delhi, Karachi, Jacarta, Canberra, Copenhague e México.

CRIAÇÃO DE REPARTIÇÕES CONSULARES

A Divisão Consular procurou estudar com a devida atenção o funcionamento necessàriamente efetivo das Repartições consulares brasileiras. Empenhou-se, pois, nos trabalhos relativos à instalação definitiva do Consulado em Berlim, já criado em 1954, mas por diversos motivos que fogem às atribuições diretas da Divisão Consular, ainda não instalado. Sob o ponto de vista estritamente consular, seria de tôda conveniência se procedesse às resoluções finais a respeito do assunto.

Em relação ao Consulado em Paramaribo, convém ressaltar a situação anormal em que se encontra aquela Repartição. Embora seja fundamental e imprescindível para fornecimento das informações relativas ao contrabando que ocorre nas fronteiras do norte do país, vem sendo chefiado por um auxiliar.

Quanto à questão relativa à abertura do Consulado em Bremen, foi feito memorandum elucidando todos os argumentos favoráveis e desfavoráveis.

No decorrer de 1959, foram criados os Consulados em Trieste, Itália, e Gdynia, na Polônia. O primeiro tem sua importância decorrente da existência do entrepôsto do IBC ali instalado bem como da natural importância de ser o escoadouro de parte da produção da Tchecoslováquia. Gdynia, pôrto de primeira plana, é o principal pôrto escoadouro de produtos que se destinam ao Brasil. É além disso, mais uma Repartição consular em país dentro da Cortina de Ferro e, portanto, com possibilidades outras que não estritamente consulares.

Quanto à abertura de Consulados honorários, foram assinados decretos, com as respectivas justificativas, de criação de Repartições em Pau e Menton, na França, Madras, na União Indiana, Saigon, na Indochina, e Kuala Lampur, na Federação Malaia.

Um Consulado honorário, em Georgetown, foi fechado por interêsse de serviço, bem como transformado o Consulado de carreira em Veneza, Itália, em Repartição honorária.

Em vista da instalação definitiva do Consulado em Iocoama, Japão, foi extinto o Serviço consular da Embaixada em Tóquio.

Foram sugeridas as prontas elevações de categoria dos Consulados honorários em Singapura, Stuttgart e Encarnación.

Embora a renda consular não deva ser critério exclusivo nas decisões relativas à alteração de categoria de Repartição Consular, é necessário apontar que o Consulado honorário em Singapura recolhe, anualmente, mais do triplo da renda arrecadada pelo Consulado Geral em Hong Kong, Repartição subordinadora. Singapura, pôrto de escala obrigatório de tôdas as linhas orientais de navegação, entrepôsto e bôlsa das mais importantes do mundo dos produtos que passam pelos seus cais, é o escoadouro natural da Federação da Malaia, Tailândia e em geral tôda a região do Sudeste Asiático. Absorve, inclusive parte das exportações da Indonésia, a qual não dispõe de pôrto de grande envergadura que atraia as linhas de navegação de maior importância. A borracha, o estanho e a bauxita que importamos daquela região, são compensados com a exportação de carnes enlatadas, açúcar e tecidos; todos os produtos são redistribuídos por Singapura, pôrto de grande e largo campo de penetração.

Stuttgart, da mesma forma, é cidade de grande importância econômica para o Brasil, desde os grandes investimentos feitos por emprêsas sediadas na cidade ou nas suas proximidades, até os artigos exportados para nosso país,

movimento êste que se traduz, mais uma vez êste ano, dado seu aumento progressivo de atividades, em renda consular superior. Reiteradas vêzes foram apresentados, em relatório, os argumentos relativos à pronta elevação do Consulado honorário em aprêço.

Encarnación, segunda cidade do Paraguai, é cidade de relêvo nas relações do Brasil com aquêle país. Seu ponto estratégico, aliado ao fato de ali se encontrarem três mil brasileiros que necessitam de autoridade brasileira de maior prestígio, levou a Divisão Consular a sugerir, se não imediata elevação do Vice-Consulado honorário a Consulado honorário, pelo menos a Consulado Privativo, após estudos mais profundos que aconselhassem tal medida.

NOMEAÇÃO DE CÔNSULES HONORÁRIOS

Para o preenchimento das vagas ocorridas entre os titulares das Repartições honorárias, quer em virtude de criação de Consulados quer pelo falecimento dos titulares anteriores, foram nomeados os Cônsules honorários em Cannes, Menton e Pau, na França, Málaga, Espanha, em Punto Fijo, na Venezuela, em Veneza, na Itália, em Saigon, na Indochina, em Kuala Lampur, na Federação da Malaia, e Vice-Cônsul honorário em Chester, Estados Unidos da América.

Em relação à nomeação e escolha de titulares honorários brasileiros, faz-se necessário, e mesmo imprescindível, reformar o atual Regulamento Consular Honorário do Brasil. Não atendendo aos objetivos da atual política exterior brasileira, cumpre revitalizar as regras que estabelecem o funcionamento de nossas repartições honorárias, ressaltando, especialmente, a questão da admissão de cidadãos estrangeiros para o cargo de titulares honorários. Para êstes, deveria ser obrigatória a apresentação de fiador idôneo e também declarações de bens e valores.

Cabe apontar, outrossim, grave deficiência em relação ao contrôle das Repartições consulares brasileiras. A fim de que se pudessem obter melhores resultados quanto ao seu funcionamento, é indispensável seja criada, com a maior urgência, a Inspeção Consular, que viria a sanar inúmeras falhas em tôdas as Repartições se periòdicamente estivesse presente Inspetor Consular.

CONSULADOS ESTRANGEIROS

Foram concedidos durante o ano, 93 *exequatur* do Govêrno brasileiro à nomeação de autoridades consulares estrangeiras.

Foi preparada, por outro lado, nova «Lista do Corpo Consular Estrangeiro», atualizada até 31 de dezembro de 1959, e que será publicada no decorrer do mês de janeiro de 1960, tão logo sejam ultimados os trabalhos da seção de mimeografia.

RENDA CONSULAR

Levantados todos os dados relativos à renda arrecadada pelas Repartições Consulares, durante o ano de 1959, exclusive dezembro, são os seguintes dos totais obtidos:

Consulados de carreira: Cr$ (ouro)	4.326.845,89
Consulados privativos: Cr$ (ouro)	27.694,00
Consulados honorários: Cr$ (ouro)	1.025.713,49
Vice-Cons. honorários: Cr$ (ouro)	51.409,35
Total: Cr$ (ouro)	5.431.662,73
Total inclusive parte dezembro já comunicada	6.088.826,43

RECONHECIMENTO DE FIRMAS

Prosseguindo normalmente os trabalhos do setor, foram expedidas 413 guias para o recolhimento de emolumentos

consulares para legalização de documentos estrangeiros, vistos em passaportes e reconhecimentos de assinaturas, perfazendo um total de Cr$ 4.151,60, ouro.

Foram, por outro lado, legalizados na Divisão Consular, durante o ano findo, 22.517 documentos. Em vista da falta de diplomatas lotados, êste setor, de que obrigatòriamente deve ficar encarregado um diplomata, coube apenas a um funcionário, exigindo, por essa razão, um grande esfôrço pessoal. Em conseqüência, ao invés de se obter uma desejável rapidez no serviço, há demora de 48 horas, prazo após o qual são os documentos devolvidos ao interessado.

IMPORTAÇÕES

O setor de importações de bens, especialmente de automóveis, requer do funcionário encarregado a máxima e exclusiva atenção em face às especiais circunstâncias que cercam as trazidas de veículos para o Brasil. Os pedidos de autorização provenientes dos Consulados têm sido tratados rigorosamente e, por meio do aumento de interlocutórios, obteve-se a precisão desejável para que cada caso satisfizesse, sem omissão de dados, às exigências legais. Restam insuficientes e precários, entretanto, os meios necessários para que a Divisão Consular possa esclarecer importações anteriores com a necessária rapidez e segurança como seria de desejar.

Manteve-se, durante todo o ano, a média anterior de consultas diárias de importações, ou seja, de 8 (oito), totalizando 3.000 aproximadamente em todo o ano. O cuidado da Divisão Consular ao decidir as importações expressou-se pelo limitado número de mandados de segurança interpostos pelos interessados. Ao invés dos 19 apelos judiciários de 1958, apenas 3 foram enviados à Divisão Consular durante todo o ano.

Convém seja assinalado que perduram insistentemente os casos de importação, embora satisfazendo a tôdas as exigências legais, de brasileiros cuja única intenção é, ao permanecerem no exterior os 6 meses regulamentares, e voltarem para o Brasil com o mesmo ânimo definitivo com o que obtiveram visto permanente de saída, trazerem veículos de alto preço, desde que inferiores aos 3.500 dólares legais. Há que impedir, sem dúvida, tal burla. O prazo de permanência no exterior para fins de importação de automóvel não deveria mais restringir-se aos 6 meses. A dilatação do referido prazo exigiria maiores despesas por parte do interessado, despesas que não mais seriam cobertos nem mesmo pelo alto valor mercantil que adquirem os automóveis quando da sua entrada em território brasileiro.

Além das importações de bens, muito grande apresentou-se o número de expedientes relativos à importação de petróleo e derivados. Dado o volume de negócios, é sempre necessária grande atenção a fim de que sejam cumpridas com exatidão as determinações contidas nas licenças do Conselho Nacional de Petróleo, expedidas para cada companhia importadora. Via de regra, é um setor de grande urgência na expedição das autorizações, já que qualquer atrazo poderá acarretar graves e vultosos prejuízos das partes interessadas.

ASSUNTOS GERAIS

Os assuntos gerais, compreendendo os de serviço militar, repatriação, remessa de certidões, importações de produtos químicos, armas e munições, sucessão e outros assuntos de chancelaria constituem atividade de grande monta em número de expedientes respondidos.

Quanto ao serviço militar foram remetidas as fichas de alistamento para o Ministério da Guerra bem como as taxas

correspondentes ao adiamento de incorporação recolhidas pelas Repartições Consulares brasileiras.

Grande número de brasileiros têm recorrido às autoridades consulares a fim de obterem repatriação para o Brasil, dada a condição de indigência em que, via de regra, se encontram. Há que salientar que, ao serem encaminhados memorandos ao Departamento de Administração, rigoroso critério foi adotado com o objetivo de se evitarem gastos desnecessários em vista de burlas ou abusos feitos à boa fé do Estado.

Considerável número de certidões de nascimento, casamento e óbito, certificados de vida e residência, constituindo volumoso acêrvo de expedientes, foram recebidos pela Divisão Consular e prontamente remetidos ao Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para anotação. Embora tarefa obscura, constitui não sòmente intenso trabalho rotineiro senão também decisiva proteção dos interêsses de nacionais, residentes no exterior. Acrescenta-se a tal tarefa a relevante questão de bens em sucessão, os quais, por meio da Divisão Consular, que procura atender aos justos reclamos de herdeiros, provocam vários expedientes interiocutórios e atendimento pessoal dos interessados na própria Secretaria de Estado. Ainda cabe, no setor de proteção a nacionais, a busca e localização de brasileiros de paradeiro desconhecido, trazendo, igualmente, um volume notável de expedientes.

Emprêsas comerciais, uma vez obtida a autorização do Ministério da Guerra, dependem de imediata expedição de despachos verbais aéreos e telegramas para a importação de armas, munições e produtos químicos. No decorrer do ano findo, atingiu o volume do expediente a cifra de 435 comunicações expedidas para as Representações Consulares brasileiras, sempre com a maior rapidez possível, para preservar e atender os interêsses comerciais de nossas emprêsas importadoras.

MOVIMENTO ESTATÍSTICO

Memoranda: 156

Circulares: 23.

Renda Consular: Cr$ (ouro) 6.088.826,43.

Guias para pagamento de emolumentos consulares perfazendo um total em Cr$, (ouro,) 4.151,60.

Reconhecimento de firmas: 22.517.

Exequatur — Presidente da República:	69
Ministro de Estado:	24
Total:	93
Cartas-patentes:	79
Pedidos de importações de armas, munições e produtos químicos:	435

PASSAPORTES

Em 1959 o serviço da Divisão de Passaportes obedeceu a um ritmo mais acelerado do que em 1958. Isto se deveu não sòmente à maior variedade de assuntos tratados, como também ao maior número de solicitações a que atendeu, quer de órgãos da administração pública brasileira, quer de organizações de caráter internacional (Hias Service, Comitê Romeno da Cruz Vermelha, Comissão Nacional Católica de Imigração, Comitê Húngaro da Cruz Vermelha), requerimentos e cartas de particulares e de firmas interessadas na vinda de técnicos estrangeiros.

Por outro lado, em conexão com o Departamento do Interior e da Justiça e o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, a Divisão de Passaportes age como intermediária junto às nossas Missões diplomáticas e Repartições consulares para efeito de obtenção de informações sôbre antecedentes penais e político-sociais de estrangeiros, a fim de instruir processos de legalização de sua permanência no país, efetuada por aquêles dois órgãos.

No setor de expedição de passaportes especiais e diplomáticos e envio de passaportes comuns e para estrangeiros a autoridades brasileiras, houve também acentuado incremento de atividades. Releva notar que, anteriormente, a distribuição de passaportes comuns às autoridades estaduais brasileiras era tarefa da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras,

ACÔRDOS SÔBRE VISTOS

O ano de 1959 caracterizou-se por intensa atividade no que tange às negociações para conclusão de acôrdos sôbre vistos em passaportes entre o Brasil e vários países. Com efeito, estabeleceram-se acôrdos com a Suécia, a Noruega e a Argentina além da Áustria (que começará a vigorar a partir de 1.º de janeiro de 1960).

Observou a Divisão de Passaportes, dentro da sistemática instituída anteriormente (Itália, Alemanha) uma certa flexibilidade tendente a tornar mais liberal a política de isenção de vistos em passaportes diplomáticos e especiais, quando surgiu algum choque entre as disposições da legislação interna dos países e as propostas brasileiras, tal no caso da Suécia, como se verá mais abaixo. Também o prazo de isenção de visto em passaportes especiais (com suas especificações) atendeu às circunstâncias especiais dos países estrangeiros, não havendo homogeneidade nêsse sentido (Noruega, Suécia, Argentina, Áustria).

Foram motivo de interpretação por parte da Divisão de Passaportes os acôrdos com a Bélgica e a Noruega, no sentido de tornar mais amplo o primeiro e mais preciso o segundo.

Abaixo, por ordem alfabética, o esquema geral dos países com os quais o Brasil concluiu ou está negociando acôrdos sôbre vistos.

Argentina

No ensejo da visita do Chanceler Horacio Lafer à República Argentina, em retribuição à que anteriormente fizera ao nosso país o Chanceler Diógenes Taboada, foram trocadas, em 26 de novembro de 1959, notas estabelecendo isenção de visto para os titulares de passaportes diplomáti-

cos brasileiros e argentinos válidos e isenção por três meses para os titulares de passaportes especiais e oficiais, brasileiros e argentinos, respectivamente. O item V das notas estabelece que não se aplicará ao pessoal administrativo que fôr designado para prestar serviços nas respectivas Missões diplomáticas e Repartições consulares de ambos os países, a limitação temporal de três meses, ficando os mesmos isentos de visto por prazo ilimitado.

Áustria

Pelo ofício 283, de 11 de setembro de 1959, o Embaixador Raul Bopp pediu a atenção da Secretaria de Estado para o fato de que, com a criação da Agência Internacional de Energia Atômica, em Viena, e a crescente participação da Áustria nos roteiros funcionais, culturais e turísticos, através da Europa, se vinha fazendo sentir a necessidade de facilitar a entrada de brasileiros portadores de passaporte diplomático e especial naquele país.

O número grande de brasileiros em viagem à Áustria seria outro motivo a justificar a conclusão de um acôrdo sôbre vistos. Sòmente no mês de maio de 1959 o Itamaraty enviou 39 notas à Embaixada da Áustria solicitando visto em passaportes brasileiros. Considerando-se êste índice como média, verifica-se que são freqüentes as viagens de nacionais ao país em causa.

Em resposta ao supra-citado ofício, a Secretaria de Estado enviou autorização à Embaixada em Viena para passar nota propondo a conclusão do acôrdo. Informou a Embaixada em Viena que o Govêrno austríaco aprovara totalmente a proposta brasileira e propusera a data de 1.º de janeiro de 1960 para a entrada em vigor do ajuste.

Pelo acordado, ficam os titulares de passaportes diplomáticos brasileiros e austríacos, válidos, dispensados de

visto para entrar na Áustria e no Brasil, respectivamente, ou para permanecer em trânsito, por tempo indeterminado, em ambos os países e os titulares de passaportes especiais (de serviço), válidos, brasileiros e austríacos, ficam dispensados de visto para entrar na Áustria e no Brasil, respectivamente, por um período máximo de seis meses, não se aplicando aos funcionários das Missões diplomáticas e Repartições consulares de ambos os países esta limitação temporal.

Bélgica

Interpretação do art. III do Acôrdo sôbre vistos, de 27 de fevereiro de 1957.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros belga, em janeiro de 1959, iniciou demarches junto ao Consulado-Geral em Antuérpia a fim de obter gratuidade para os vistos de negócios alegando os têrmos do Acôrdo firmado em Bruxelas em 27 de fevereiro de 1957. Ora, o artigo III do referido convênio estipula a gratuidade de visto para os titulares de passaporte comum desde que sua permanência não ultrapasse o prazo de três meses. Ocorre, entretanto, que o visto de negócios tem a duração de 180 dias (Decreto 7.967, de 18 de setembro de 1945), não podendo, pois, os seus titulares, serem beneficiados pela gratuidade prevista no convênio. Em 6 de fevereiro de 1959, a Embaixada da Bélgica no Rio de Janeiro passou nota ao Itamaraty solicitando uma interpretação "não-restritiva" do Acôrdo, fazendo menção ao fato de que as vantagens do convênio eram maiores para os brasileiros que para os belgas. A finalidade precípua do documento assinado entre os dois países, era justamente, como aliás fêz ressaltar a Embaixada da Bélgica, facilitar a viagem de homens de negócios dos dois países e outra não foi a interpretação dada pelo Ita-

maraty, que enviou instruções a Bruxelas e Antuérpia no sentido de conceder gratuidade para os beneficiários de visto de negócios com a anotação de que o mesmo sòmente é válido até 90 dias. A fórmula, que apresenta certa margem de flexibilidade, permite, entretanto, dar ao Acôrdo seu verdadeiro sentido, que é o de estimular, através das facilidades no tocante aos vistos, o intercâmbio comercial entre os dois países.

Dinamarca

Em resposta a notas anteriores da Embaixada da Dinamarca sôbre o assunto, o Itamaraty, em 20 de abril de 1959, passou nota propondo a conclusão de um Acôrdo que concederia isenção de visto em passaportes diplomáticos especiais e gratuidade para visto de negócios. Não foi recebida ainda resposta do Govêrno de Copenhague.

Finlândia

Em resposta a notas anteriores da Embaixada da Finlândia sôbre o assunto, o Itamaraty passou nota à mesma, datada de 10 de outubro de 1959, propondo a realização de um Acôrdo para abolição de exigência de vistos em passaportes diplomáticos e especiais e gratuidade de nossa parte para os passaportes comuns finlandeses (3 meses) contra isenção de visto por igual período para os passaportes comuns brasileiros. Não foi recebida ainda resposta do Govêrno de Helsinque.

Grécia

Pelo ofício 106, de 4 de junho de 1959, a Embaixada em Atenas solicitou ao Itamaraty autorização para passar nota ao Govêrno grego apresentando proposta brasileira

para conclusão de um Acôrdo isentando de visto os titulares de passaportes diplomáticos e especiais (de serviço) gregos e brasileiros e concedendo gratuidade aos titulares de passaportes comuns de ambos os países para uma permanência até 3 meses. Foi enviada autorização, ainda sem resposta.

Noruega

Por nota de 3 de fevereiro de 1959, transmitiu a Embaixada da Noruega no Rio de Janeiro a decisão do Govêrno norueguês de suprimir a exigência de vistos para cidadãos brasileiros portadores de passaportes válidos, para entrarem na Noruega. Tal decisão começou a vigorar a 1.º de março. A 29 de maio, por nota, o Itamaraty comunicou à Embaixada da Noruega a decisão do Govêrno brasileiro de dispensar a exigência de visto para os cidadãos noruegueses portadores de passaportes diplomáticos e especiais (ou documento equivalente), válidos, e conceder gratuidade aos portadores de pasasporte comum, válido, para entrada e estada no Brasil por um período não superior a três meses.

Países-Baixos

A fim de concluir um acôrdo definitivo entre o Brasil e os Países-Baixos foi enviada, em 20 de junho, nota à Embaixada dos Países-Baixos propondo dispensa de visto em passaportes diplomáticos e especiais brasileiros e holandeses e dispensa, por parte da Holanda, de visto para passaportes comuns brasileiros (3 meses) contra gratuidade em passaportes comuns holandeses (3 meses). Ainda não foi recebida resposta do Govêrno dos Países-Baixos.

Suécia

Por nota de 30 de janeiro, a Embaixada da Suécia no Rio de Janeiro comunicou que o Govêrno sueco havia resolvido abolir a obrigação de vistos em passaportes para entrada e estada de no máximo três meses na Suécia de cidadãos brasileiros, portadores de passaportes válidos. Por nota de 4 de dezembro, o Itamaraty comunicou à Embaixada da Suécia a decisão do Govêrno brasileiro de conceder isenção de visto para os titulares de passaportes diplomáticos e especiais suécos, válidos, a partir de 1.º de janeiro de 1960.

VISTO PERMANENTE

Na concessão de visto permanente a Divisão de Passaportes coloca em primeiro plano dois aspectos: 1.º) a nacionalidade e a proveniência dos interessados; 2.º) a profissão. O primeiro prende-se naturalmente ao sentido político da vinda de estrangeiros, sendo levadas em consideração as condições do país de origem e os motivos que teriam ditado a decisão de emigrar; o segundo atenta para o fato da adaptação do emigrante ao mercado de trabalho brasileiro.

Naturalmente, voltando ao primeiro item abordado — e seria até desnecessário mencionar — o regime democrático e a própria constituição social do povo brasileiro não são de molde a estabelecer discriminações que se baseiem ou em diferença de raça, religião e até mesmo de credo político. Em se tratando — o que é tarefa específica da DPp — de imigração espontânea, evidentemente a preocupação principal se volta para o julgamento das possibilidades de adaptação do alienígena à ambiência política bra-

sileira, consideradas as condições estruturais do regime dos seus países.

Quanto ao segundo item, mesmo em se tratando de uma imigração que não obedece a diretrizes estabelecidas pela rígida orientação do órgão diretamente responsável pelo problema de integração do alienígena no conjunto que constitui a fôrça de trabalho brasileira, foi objeto de atenção constante da DPp selecionar os imigrantes segundo suas aptidões profissionais, recaindo nesse critério seletivo a preferência sôbre os que militam no setor industrial, já que os problemas de colonização agrícola estão diretamente afetos ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização. O quadro abaixo traz a relação aproximada — a título ilustrativo apenas — dos vistos concedidos com autorização da DPp pela Embaixada em Viena, Tel-Aviv, Legação em Varsóvia e os Consulados em Lisboa e Milão. Do estudo do mesmo, notar-se-á predominúncia considerável nos índices percentuais de profissões tècnicamente especializadas.

VISTOS CONCEDIDOS

Legação em Tel-Aviv

2 — mecânicos
1 — técnico em tecelagem
1 — engenheiro
1 — marceneiro
1 — Marceneiro
1 — químico industrial

Legação em Varsóvia

12 — mecânicos
2 — alfaiates
1 — comerciante
1 — chaveiro

3 — padres
1 — torneiro
1 — serralheiro
1 — técnico de armação
1 — marceneiro
1 — lavrador
1 — operador em máquina.

Embaixada em Viena

30 — técnicos
1 — advogado
2 — eletro-técnicos
2 — eletricistas
10 — especialistas no setor industrial
7 — engenheiros
4 — cortadores
6 — mecânicos
1 — lavrador
3 — ferramenteiros
1 — ourives
1 — tipógrafo
1 — auxiliar contador
1 — modelista
1 — coordenador cinematográfico
1 — padre
1 — industriário
2 — químicos
2 comerciários
1 — agricultor.

Consulado em Lisboa

1 — técnico em instalação hospitalar
1 — pedreiro
1 — agricultor

Consulado em Milão

1 — técnico mecânico
1 — missionário.

Requerimentos para concessão de visto — Por motivo de ordem prática e para maior distribuição do serviço por setores, a Divisão de Passaportes tem procurado limitar o recebimento de requerimentos para a concessão de vistos, instruindo os interessados a se dirigirem diretamente às Missões diplomáticas e Repartições consulares, nos casos em que estas podem, por si, resolver o assunto. Não obstante êsse critério, a DPp concedeu, em 1959, um total de 618 vistos permanentes.

Correspondência — Várias sociedades de assistência e benemerência mantêm correspondência com a Divisão de Passaportes. Entre elas podem ser destacadas o Serviço Social Internacional, os Comitês Romeno e Húngaro da Cruz Vermelha, a Comissão Nacional Católica de Imigração e a United Hias Service. Também pedidos de informação de particulares têm sido respondidos pela Divisão.

Estatística — As atividades de rotina da Divisão de Passaportes, no período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1959, expressam-se pelos seguintes dados:

1.º) *Passaportes diplomáticos*

a)	concedidos	800
b)	prorrogados	160

2.º) *Passaportes especiais*

a)	concedidos	2.514
b)	prorrogados	650

3.º)	*Cadernetas de Identidade Especial*	
	a) concedidas	283
	b) prorrogadas	178
4.º)	*Passaportes distribuídos às autoridades brasileiras*	
	a) comuns	21.400
	b) estrangeiros	3.500
5.º)	*Vistos em passaportes estrangeiros*	
	a) diplomáticos	40
	b) oficiais	77
6.º)	*Cartas de pedido de visto*	2.479
7.º)	*Declarações em passaportes estrangeiros*	423
8.º)	*Declerações em passaportes brasileiro*	49
9.º)	*Passaportes coletivos*	
	a) diplomáticos	1
	b) especiais	3

Correspondência:

Telegramas	443
Cartas-telegramas	1.847
Ofício-verbais	756
Ofícios	30
Cartas particulares	391
Memorandos	144
Atestados médicos enviados ao INIC.	254

Divisão de Imigração — Por fôrça da portaria ministerial nº 28, de 16 de novembro de 1958, reestruturando o Serviço de Assuntos Consulares e de Passaportes, foi o Setor de Imigração alçado à categoria de Divisão. No desempenho de suas atribuições, algo ampliadas, coube à nova Divisão continuar atuando junto ao CIME, ao INIC, e a tôdas as entidades benévolas ligadas aos problemas migratórios.

Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias — Em março de 1959 teve lugar em São Francisco da Califórnia, Estados Unidos da América, uma reunião de consulta destinada a debater a possível reorganização do CIME, promovida pelo Departamento de Estado. O Govêrno brasileiro foi representado pelo Embaixador em Genebra, Senhor Henrique de Souza Gomes, que teve como assessor o Cônsul Edmundo Radwanski.

Em Genebra realizaram-se, na segunda quinzena de abril, a XII Sessão do Comitê Executivo e a X Sessão do Conselho do CIME. A Delegação brasileiro foi assim constituída: Chefe: Henrique de Souza Gomes, Embaixador em Genebra; Assessores: Professor Oscar Machado e Secretário Jatyr de Almeida Rodrigues; e Secretário: Cônsul Joayrton Martins Cahu. No mês de novembro voltaram a reunir-se o Comitê Executivo (XIII Sessão) e o Conselho Deliberativo (XI Sessão), fazendo-se o Brasil representar com a seguinte Comissão: Chefe: Henrique de Souza Gomes, Embaixador em Genebra; Observador parlamentar: Deputado Aloísio de Castro; Delegados: Doutor Carlos Eduardo da Silveira Nascimento, Major Edson Perpétuo e o Senhor Nagib Azer Maluf; Assessor: Primeiro Secretário Jatyr de Almeida Rodrigues; e auxiliar: Senhora Carmelita Lopes dos Santos.

No Rio, em substituição ao Senhor Warren Fuller, assumiu a Chefia da Missão do CIME o Senhor Georges Kenedi.

Ano Mundial do Refugiado — O Ano Mundial do Refugiado, a estender-se até fins de junho de 1960, foi instituído pela Resolução nº 1.285 (XIII), votada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas a 5 de dezembro de 1958, e do seguinte teor:

"*A Assembléia Geral,*

Tendo examinado o relatório do Alto Comissário das Nações Unidas para os refugiados, bem como a resolução adotada pelo Comitê executivo do Fundo das Nações Unidas para os refugiados, em sua nona sessão (especial), a 26 de setembro de 1958,

Convencida da necessidade de novo esfôrço, de escala mundial, visando a resolver o problema mundial dos refugiados,

Tendo examinado a proposição tendente a instituir um Ano Mundial do Refugiado, a começar em junho de 1959,

Considerando que esta proposição tem dois objetivos, a saber:

a) chamar a atenção de todos para o problema dos refugiados e instar os governos, as organizações benévolas e o público em geral a oferecer contribuições financeiras suplementares, visando a resolvê-lo,

b) suscitar, a título puramente humanitário e de acôrdo com o anseio livremente expresso pelos próprios refugiados, novas possibilidades de soluções permanentes, mediante o repatriamento voluntário, a reinstalação ou a integração.

1. *Roga encarecidamente* aos Estados Membros da Organização das Nações Unidas ou membros de instituições especializadas que cola

membros de instituições especializadas que colaborem, consoante desejos e necessidades de cada país, e de um ponto de vista humanitário, no sentido de instituir-se um Ano Mundial do Refugiado como meio prático de intensificar a assistência aos refugiados no mundo inteiro:

2. Roga ao Secretário Geral que tome as providências julgadas oportunas visando a contribuir para a instituição de um Ano Mundial do Refugiado, de acôrdo com a presente resolução."

O Brasil participou da instituição do Ano Mundial do Refugiado, emprestando apoio decidido à idéia, desde o seu lançamento, em Genebra, até a sua consagração pela Assembléia Geral da ONU.

A exemplo do que ocorreu em cêrca de 50 países, que aderiram ao movimento, de âmbito internacional, para erradicação do refugiado da superfície do planeta, criou-se no Brasil um Comitê Nacional, sob o patrocínio do Presidente da República, assim constituído: Presidente: Senhor Horácio Klabin Láfer, Ministro de Estado: Dom Helder Câmara, Ministro Ilmar Penna Marinho, Doutor Walter Cechella, Doutor Guilherme Joffily, Senhor Israel Jacobson, Senhor Andrew Muravieff: Secretário Geral. Conselheiro Manuel Emílio Pereira Guilhon.

Sôbre reunir-se regularmente, o Comitê Nacional para o Ano Mundial do Refugiado criou quatro sub-comissões, conferindo a cada uma delas o encargo específico de acolher e instalar refugiados, tratar de assuntos Político-jurídicos, informação e publicidade e assuntos financeiros.

Visando a contribuir eficazmente para a solução do problema, o Presidente da República encaminhou Mensagem ao Congresso Nacional, acompanhada de projeto de lei, autorizando a abertura de um crédito especial de .....

Cr$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), para financiar a execução dos projetos consubstanciados na Resolução n. 1.285.

Movido ainda pelo desejo de associar os seus esforços ao nobre e humanitário movimento, tomou a Divisão de Imigração as providências necessárias ao pagamento de uma contribuição de US$ 25,000.00 (vinte e cinco mil dólares) à Agência das Nações Unidas de Auxílios da Palestina no Oriente Médio, consoante obrigação assumida pelo Brasil em 1952.

Dando cumprimento a outro item da Resolução n. 1.285, resolveu o Govêrno brasileiro acolher em seu território 730 refugiados, de origem européia, procedentes do Extremo-Oriente. Até o encerramento de 1959, já haviam sido concedidos vistos a 697 pessoas, daquele total.

Visitas — No curso de 1959 recebeu o Brasil a visita de diversas personalidades vinculadas ao problema do refugiado. No mês de maio desembarcou no Rio, em missão oficial, o Senhor August Lindt, Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados. Em audiência especial, o Presidente da República manifestou-lhe o irrestrito apoio do Govêrno brasileiro ao esfôrço internacional destinado a atenuar o drama do refugiado.

Estiveram, ainda, no Brasil, para tratar da organização do Ano Mundial do Refugiado, o Senhor Sidney Engel, Chefe do Serviço de Informações Públicas da Comissão Internacional de Migrações, agência da ONU sediada em Genebra, e a Senhora Ana Figueroa, Representante para a América latina do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

Comitê Executivo do ACNUR — Realizou-se em Genebra, na segunda quinzena de janeiro, a I Sessão do Comitê Executivo do Programa do Alto Comissariado das

Nações Unidas para os Refugiados, na qual foram discutidas as providências no sentido de dar cumprimento à Resolução n. 1.285.

Também em Genebra, de 15 a 19 de junho, teve lugar a I Sessão especial do Comitê Executivo do ACNUR. O Brasil fêz-se representar nas pessoas do Embaixador Henrique de Souza Gomes e do Primeiro Secretário Paulo Padilha Vidal, respectivamente Delegado e Suplente. O assunto dominante da reunião foi o Ano Mundial do Refugiado, incluído na agenda por sugestão da Delegação da Santa Sé. O Alto Comissário enalteceu a decisão do Govêrno brasileiro de conceder 730 vistos a refugiados procedentes do Extremo-Oriente, dizendo esperar que outros países da América Latina lhe seguissem o exemplo.

Ainda em Genebra (6 a 9 de outubro) reuniu-se em segunda sessão o Comitê Executivo, com o objetivo de examinar o andamento dos programas de auxílio aos refugiados em 1959 e aprovar os projetos elaborados para 1960. Terminada a discussão dos pontos da ordem do dia, o Comitê Executivo estabeleceu um grupo de trabalho, para o qual foi eleito o representante do Brasil.

Convenção sôbre o Estatuto dos Refugiados — A Convenção sôbre o Estatuto dos Refugiados foi aprovada pelo Senado Federal, o qual rejeitou as "reservas" da Câmara dos Deputados, relativamente aos seus artigos 15 e 17. Em conseqüência, a Convenção voltou à Câmara dos Deputados, para que se pronuncie acêrca da modificação.

ACORDOS DE IMIGRAÇÃO

Durante o ano de 1959, o Brasil prosseguiu em evidência no tocante à imigração, como um dos países mais propícios à colocação dos maiores contingentes de trabalhadores estrangeiros.

Decorre isso de um complexo de circunstâncias excepcionais, indo desde a extensão do seu território que, inexplorado em grande parte e dotado de climas diversos, comporta o mais largo povoamento e colonização por diferentes povos, até a liberalidade de suas leis, costumes e instituições, que garantem a melhor acolhida a todos quantos o procuram, para cooperar no enriquecimento nacional.

No ano de 1959, nos Estados Unidos da América, o Brasil foi alvo de homenagens expressivas a propósito das realizações de sua política imigratória. Em Washington a Comissão Intergovernamental para as Migrações Européias, examinando o problema de distribuição de terras na América Latina, manifestou preferências especiais pelo Brasil.

Por êsses motivos deve-se registrar com satisfação os entendimentos em curso para fixar as bases de um acôrdo com o Japão, no sentido de intensificar a corrente emigratória para o Brasil.

Outra perspectiva auspiciosa, é a de um possível acôrdo com a Espanha. Dêste último país já o Brasil recebeu um número considerável de trabalhadores, agricultores em sua maioria.

A Espanha é um dos países de mais justificada emigração. O excesso de sua população, a falta de terras próprias para a produção de alimentos, são fatôres determinantes de uma emigração intensa. Realmente, por mais que os seus lavradores se esforcem, empregando processos modernos de cultura, não conseguem senão colher o suficiente para sua subsistência. E muitas regiões de solo árido, cobertas de pedras, não se prestam ao trabalho agrícola. Essas razões fazem dos espanhóis trabalhadores eficientes, porque aprenderam a lutar contra as dificuldades do solo.

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PESSOAL

Apesar do volume de expediente que os dados do anexo mapa estatístico apresentam, e conquanto não houvesse podido contar com o número de funcionários desejável para o melhor desenvolvimento de estudos e pareceres e para o melhor aproveitamento dos recursos individuais de cada funcionário, pôde a Divisão do Pessoal, sob a chefia do então Conselheiro Antônio Francisco Azeredo da Silveira, até 10 de agôsto, sucedido pelo Cônsul Ayrton Gonzalez Gil Dieguez interinamente e, a partir de 25 de setembro, pelo Conselheiro Beata Vettori, apresentar, em matéria de planejamento e organização, e dentro de sua competência, trabalhos que cumpre ressaltar.

Assim, durante o período em que, sob a presidência do Ministro Fernando Ramos de Alencar, então Chefe do Departamento de Administração, estêve reunidos o Grupo de Trabalho para a Reforma do Itamaraty, tendo como Relator o Conselheiro Azeredo da Silveira, funcionou a Divisão do Pessoal como órgão executante das decisões do Grupo, na elaboração das atas, das várias redações do anteprojeto-de-lei e de seus respectivos anexos, bem como do Projeto de Reforma, encaminhado à Presidência da República pela Exposição de Motivos n. 80, de 27 de maio de 1959, e ao Congresso Nacional pela Mensagem n. 189, da mesma data.

Também de acôrdo com resoluções do G.T.R., preparou a D.P. o projeto do Decreto que, depois de assinado,

tomou o número 46.511 e determinou a incorporação da Tabela Numérica Especial de Extranumerários-mensalistas na Tabela Única do M.R.E.

Coube ainda à D.P. apresentar os projetos de que decorreu a expedição do Decreto n. 45.562, revogando o de número 26.623, que dispunha sôbre a substituição eventual do Secretário-Geral do Itamaraty; do Decreto n. 46.128, extinguindo 51 cargos dos quadros de pessoal do M.R.E.; do Decreto n. 46.351, fixando novo cálculo de auxílio-para-transporte dos diplomatas em férias extraordinárias; do Decreto n. 47.165, modificando o sistema de pagamento do auxílio-para-transporte dos diplomatas em viagens de serviço; bem como a expedição da Portaria n. 11, fixando a gratificação dos membros da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes; da Portaria n. 14, revogando a de 30 de julho de 1956, que dava uma organização experimental à D.P.; e da Portaria n. 17, suprimindo funções excedentes da Tabela de Extranumerários-mensalistas.

Em conseqüência da modificação do divisor de conversão para pagamentos no exterior, estabelecida no Decreto n. 45.400, procedeu ainda a Divisão à revisão imediata das tabelas de representação e de suplemento-de-representação e dos valores monetários de auxílio-para-transporte, ajuda-de-custo e diárias, de que resultou a expedição dos Decretos ns. 45.425 e 45.426.

Pela mesma razão, foi outrossim elaborado o projeto do Decreto n. 46.560, que dispõe sôbre a representação dos funcionários da carreira de Diplomata em gôzo de licença especial.

Foram ainda revistas as remunerações dos auxiliares contratados das Missões Diplomáticas e Repartições Con-

sulares, tanto em virtude da modificação do divisor de conversão para pagamentos no exterior, quanto em função da Lei n. 3.531, que, datada de 19 de janeiro de 1959, concedeu abono provisório a todos os servidores, civis e militares, da União.

MAPA ESTATÍSTICO DOS TRABALHOS DA DIVISÃO NO ANO DE 1959

I — EXPEDIENTES

a)	Decretos:	
	de remoção	141
	de aposentadoria	12
	de nomeação para Congressos	94
	de exoneração	14
	de promoção	40
	de nomeação	57
	Total	358
b)	Portarias	92
c)	Instruções de Serviço	12
d)	Exposição de Motivo	100
e)	Avisos	265
f)	Circulares	30
g)	Despachos	354
h)	Expedientes à Alfândega	630
i)	Ofícios Diversos	1.459
j)	Cartas	68
l)	Correspondência com a Delegacia do Tesouro em Nova York:	
	1 — Telegramas	652
	2 — CartasTelegramas	2.011
	3 — Outros expedientes	125

m)	Memoranda	441
n)	Declarações	179
o)	Apostilas	51

II — DADOS SÔBRE PESSOAL

a)	Curricula Vitae	24
b)	Apresentações :	
	1 — Diplomatas	270
	2 — Ministros para Assuntos Econômicos	8
	3 — Cônsules Privativos	8
	4 — Adidos	7
	Total	293
c)	Falecimentos	7
d)	Posses :	
	1 — Diplomatas	34
	2 — Ministros para Assuntos Econômicos	2
	3 — Cônsul Privativo	1
	4 — Funcionários Administrativos	14
	Total	51
e)	Concessão de salário-família (número de dependentes) .	170
f)	Cálculos para remoção e férias	251
g)	Licenças	207
h)	Aposentadorias	12
i)	Nomeações na Carreira de Diplomata	34

MATERIAL

Durante o ano de 1959, procurou a Divisão do Material orientar suas atividades no sentido de atingir um grau mais elevado de eficiência e rigor no que respeita ao contrôle do emprêgo dado às verbas «Expediente», «Aluguel de Casa» e «Conservação do Prédio, entre outras.

Neste sentido, iniciou um levantamento discriminado dos gastos realizados, naquelas verbas, por tôdas e cada uma das nossas Missões diplomáticas e Repartições consulares no exterior. Tal medida, permitindo um estudo comparativo dos gastos realizados nos diferentes itens das diversas verbas «Material», possibilitará não apenas um contrôle mais imediato e eficaz do seu emprêgo, mas também uma análise mais objetiva das prestações de contas encaminhadas à Secretaria de Estado, ao lado de uma apreciação mais realista dos eventuais pedidos de refôrço de verba ou de aumento de dotação.

Êste levantamento, iniciado em novembro de 1959, deverá estar concluído até março do ano próximo.

Merece referência especial a política observada durante o corrente exercício e que visou dotar de sede própria, na medida do possível, algumas das Missões diplomáticas brasileiras no exterior. Não é preciso citar as inúmeras vantagens que daí decorrem. Lembraríamos, apenas, que a todo gasto assim realizado corresponde sempre um equivalente enriquecimento do Patrimônio Nacional, e que tais aquisições redundam, sempre, em economia para os cofres

públicos, representada pelas quantias — por vêzes vultosas — que deixamos de dispender no pagamento de aluguéis.

Foram estas considerações — *inter alia* — que orientaram a política, seguida pela Divisão do Material, de aquisição de imóveis condignos para nêles instalar a sede de nossas Missões diplomáticas no exterior. Foi, assim, adquirido o imóvel em que se acha instalada a Embaixada do Brasil em Nova Delhi, e iniciada a compra da sede das nossas Embaixadas em Bruxelas e Berna, compras estas que deverão ser concluídas em princípios de 1960 e 1961, respectivamente.

Além disso, procurou a Divisão do Material reformar, na medida do possível, as instalações materiais de nossas Missões diplomáticas e Repartições consulares no exterior, objetivando elevar as nossas representações a um nível de dignidade compatível com o prestígio de que desfruta o Brasil no consenso das demais nações, e pretendendo, ao mesmo tempo, atingir uma sempre desejável padronização de mobiliário e de instalações, em geral. Foram, assim, reformadas 17 Missões diplomáticas, 19 Repartições consulares e 3 Delegações junto a Organismos Internacionais.

Ainda de acôrdo com o seu objetivo de padronização, a Divisão do Material autorizou o fornecimento de 52 máquinas de escrever a diversas Missões diplomáticas e Repartições consulares. Ao mesmo tempo, empenhou-se em supervisionar, muito de perto, o serviço da Casa Harrison & Sons — nosso fornecedor oficial em Londres —, objetivando dêle obter um máximo de eficiência e rapidez.

Em 1959, a Divisão do Material e o Serviço de Conservação do Patrimônio planejaram e executaram grandes obras de reforma no prédio do Palácio Itamaraty: reforma e pintura de quase tôdas as salas, inclusive Gabinetes; substituição da forração das paredes do Salão Amarelo e da ante-sala do Gabinete do Ministro de Estado; ampliação

do depósito de mantimentos e das oficinas de aparelhos elétricos e de carpintaria; instalação de cabine telefônica no terraço da Biblioteca; pintura da empena lateral da ala direita do Palácio Itamaraty; pintura dos elevadores da ala esquerda.

No que se refere às instalações da Secretaria de Estado, foram adquiridos, além dos móveis de uso comum, um aparêlho «Ditto», para a Divisão de Comunicações; uma máquina de escrever «Executive», tipo especial, para a Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais; 3 bebedouros elétricos; 8 ventiladores de coluna; 8 circuladores de ar.

Durante o ano de 1959, as oficinas do Itamaraty realizaram, entre outros, os seguintes trabalhos:

a) reforma e pintura do restaurante;

b) instalação de diversos aparelhos de ar condicionado, inclusive um aparêlho central, no Gabinete do Secretário Geral;

c) construção de uma passarela ligando o Arquivo ao primeiro andar da Garage;

d) mudança do cabo de fôrça;

e) adaptação do prédio da rua Senador Pompeu para a instalação da creche destinada ao pessoal subalterno do Ministério das Relações Exteriores;

f) conservação e consêrto diversos em móveis e alfais.

Além disso, procurou a Divisão do Material, sempre orientada no propósito de proporcionar o máximo de economia dos cofres públicos, proceder à recuperação de parte dos aparelhos elétricos que se encontravam fora de uso, por imprestáveis. Foram assim recuperados 10 aparelhos de ar condicionado, máquinas de escrever, 30 ventiladores.

A Garage, apesar da reduzida frota de veículos de que dispõe, manter seus serviços com eficiência e regularidade. Quase todos os reparos dos automóveis da Secretaria de Estado foram feitos em suas próprias oficinas, o que representou considerável economia para os cofres públicos.

Finalmente, adquiriu a Divisão do Material durante o ano de 1959, duas camionetas, sendo uma de carga e outra de passageiros.

Foram êstes os principais trabalhos desenvolvidos pela Divisão do Material durante o ano de 1959, e acredita ela haver bem cumprido, dentro dos recursos que lhe foram concedidos, as atribuições que lhe incumbem.

MAPA ESTATÍSTICO DOS TRABALHOS DA DIVISÃO DO MATERIAL EM 1959

EXPEDIENTES

Exposições de Motivos	5
Memoranda	198
Telegramas	171
Cartas-Telegramas	850
Ofícios	205
	1.429

DIVERSOS

Autorizações de saque	180
Requisições ao Departamento Federal de Compras	215
Adiantamentos	11
Coletas de preços	45
Concorrências públicas	7
Contratos assinados	2
	460
Total	1.889

ORÇAMENTO

I — PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

A elaboração e a tramitação da Proposta Orçamentária para 1960, no que se refere ao Ministério das Relações Exteriores, apresentou dificuldades especiais, isto porque, quando a mesma mal se iniciava, ocorreu a expedição do Decreto nº 45.400, de 6 de fevereiro de 1959, o qual, alterando a taxa de conversão do cruzeiro para o pagamento das despesas governamentais no exterior, viria determinar a revisão dos cálculos relativos a essas despesas.

Em virtude dessa revisão, algumas dessas despesas tiveram seus quantitativos em cruzeiros majorados em cêrca de três vêzes com relação às do ano de 1958 (despesas de pessoal), enquanto que os acréscimos das demais despesas elevaram a cêrca de cinco vêzes os quantitativos correspondentes.

Em conjunto, a Proposta Orçamentária para 1960, tal como elaborada pelo Itamaraty, apresentou um acréscimo de Cr$ 1.966.668,550 correspondentes a 269% sôbre a dotação de 1959. Se comparada, contudo, com o acréscimo das despesas previstas para o mesmo exercício como decorrência da mudança da taxa de conversão do cruzeiro determinada pelo referido Decreto, o aumento da Proposta foi o seguinte:

Proposta para 1960	2.695.710.330
Despesa prevista	2.211.292.980
Diferença sôbre a despesa	484.417.350
%	21

A fim de que tais acréscimos fôssem bem compreendidos pelos órgãos encarregados de julgarem a Proposta, foi elaborado, pela Divisão do Orçamento, um quadro estatístico em que, ao lado da majoração das verbas com relação às dotações de 1959, era assinalado o seu aumento com relação às despesas previstas, necessàriamente maiores.

Além das modificações quantitativas acima indicadas, apresentou a Proposta outras alterações, ressaltando-se entre as mesmas o desdobramento das despesas da Unidade Administrativa 01-Secretaria de Estado, em Despesas Próprias» e «Encargos Gerais», incluindo-se, nesta última, os gastos relativos aos compromissos assumidos para com os organismos internacionais. Por outro lado, algumas dotações que figuram nessa unidade administrativa foram transferidas para a Unidade Administrativa 02 — Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, para sua melhor configuração. Estão neste caso as despesas relativas ao pagamento da meação nos emolumentos consulares, a que têm direito os Cônsules honorários, e as despesas com novas instalações e com a reforma das existentes, naquelas repartições. Seria de desejar que para o exercício de 1961, idêntico proceder se adotasse com relação a outras verbas, notadamente a que se refere às despesas de conservação dos imóveis.

Conforme se verificará pelo quadro anexo, o Orçamento finalmente votado elevou-se a Cr$ 2.287.400.370, com um aumento de Cr$ 1.558.358.590, correspondentes a 213% sôbre o Orçamento de 1959, mas de apenas Cr$ 76.107.390, ou sejam 3,4% sôbre as despesas previstas. Êste último resultado demonstra quão laboriosa foi a tramitação da Proposta no Departamento Administrativo do Serviço Público e nas duas Casas do Legislativo, onde, a par das dificuldades inerentes à majoração aparente de algumas dotações, houve também empecilhos derivados das dificuldades financeiras por que vem passando o Brasil, as quais impuseram rigorosos critérios de austeridade nos gastos, com fortes restrições nos

créditos a serem votados. Assim foi que algumas dotações, como as relativas às verbas de aluguel da casa e «expediente», a verba reservada» e a verba «representação», ficaram aquém das reais necessidades da Administração.

Por outro lado, porém, foi possível obter aumentos em determinadas verbas de pessoal (gratificação de representação do gabinete, salários de contratos no exterior, salários de tarefeiros, diárias, etc.), na verba para prosseguimento de aquisições de imóveis (no exterior), na verba de conservação de bens móveis e na de conservação de bens imóveis.

II — EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. *Distribuição e redistribuição de créditos*

A Divisão do Orçamento elaborou as tabelas de distribuição e redistribuição dos créditos orçamentários para o exercício de 1959 e providenciou o encaminhamento das mesmas ao Tribunal de Contas.

Pelas referidas tabelas os créditos atribuidos ao Ministéroi das Relaçxes Exteriores tiveram a seguinte distribuição:

	Cr$	Cr$
Tesouro Nacional		
Distribuição	22.330.420,00	
Distribuição automática	122.240.340,00	144.570.760
Tribunal de Contas		
Sem distribuição		73.685.000
Delegacia do Tesouro Brasileiro em N. York		
Distribuição	196.186.020	
	314.600.000	510.786.020
Total		729.041.780

Dos Cr$ 510.786.020 (70% do Orçamento do M.R.E.) transferidos à Delegacia do Tesouro em Nova York, Cr$ 350.430.000 o foram à taxa de conversão de Cr$ 31,82 por dólar, produzindo a importância de US$ 11,012.885 e Cr$ 160.356.020 à taxa de Cr$ 18,82 por dólar, perfazendo a importância de US$ 8,520.511.

Dispôs, assim o Ministério das Relações Exteriores, em 1959, de US$ 19,533.396, para atender às suas despesas no exterior.

2) *Decretos ns.* 45.363 e 45.400

A execução orçamentária foi assinalada no exercício de 1959, pela expedição de dois decretos que muito a influenciaram.

Pelo Decreto nº 45.363, de 19 de janeiro, foram instituidas regras a essa execução, quais sejam o parcelamento da despesa em quotas mensais e quadrimestrais, a subordinação de certas despesas à apresentação de planos de aplicação e, finalmente, a contenção dos gastos mediante quotas de economia e um fundo de reserva.

No que diz respeito a êsses dois últimos itens, devia o Itamaraty contribuir, como contribuiu, com as seguintes importâncias:

Quota de Economia	15.000.000
Fundo de Reserva	4.000.000

Pelo Decreto nº 45.400, de 6 de fevereiro, foi alterada a taxa de conversão do cruzeiro para pagamento no exterior. Elevando-se a despesa do Itamaraty no exterior a mais de 2/3 da despesa total, tornou-se necessário adotar providências que permitissem o normal funcionamento das Missões diplomáticas e Repartições consulares, além da satisfação dos compromissos assumidos para com os organismos internacionais.

Com êsse fim, foram solicitadas junto à Presidência da República e ao Ministério da Fazenda as medidas necessárias relativas a suplementações de verbas e autorizações de despesas excedentes, que se elevariam a cêrca de Cr$ .... 1.500.000.000.

Dos entendimentos havidos com o Ministério da Fazenda, ficou finalmente assentado que a Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York receberia autorização para efetuar as despesas excedentes resultantes da aplicação do Decreto 45.400, as quais seriam lançadas a uma conta de «Diferença de câmbio» efetuadas por movimentos de fundos.

A execução orçamentária é resumida nos quadros anexos.

VERBAS	ORÇAMENTO DE 1959		PROPOSTA PARA 1960		DIFERENÇA SÔBRE A DOTAÇÃO		DIFERENÇA SÔBRE A DESPESA PREVISTA	
	Dotação	Despesa prevista	Proposta do M.R.E.	Orçamento Votado	Cr$	%	Cr$	%
1.0.00 — Custeio.....	625.876.260	1.761.469.660	2.177.022.960	1.813.827.000	+ 1.187.950.740	190	+ 62.367.440	3,5
2.0.00 — Transferências...	80.165.520	366.933.420	361.087.370	372.923.370	+ 292.757.850	365	+ 5.989.950	1,6
4.0.00 — Investimentos....	23.000.000	92.900.000	157.600.000	100.650.000	+ 77.650.000	337	+ 7.750.000	8,3
TOTAL.....	729.041.780	2.211.292.980	2.695.710.330	2.287.400.370	1.558.358.690	213	+ 76.107.390	3,4
UNIDADES ADMINISTRATIVAS								
01 – Secretaria de Estado.								
Despesas próprias....	630.166.260	1.570.249.560	1.987405.960	1.600.327.000	+ 1.070.160.740	202	+ 30.077.440	1,9
02–Encargos Gerais..	80.165.520	366.933.420	361.087.370	372.923.370	+ 292.757.850	365	+ 5.989.950	1,6
02 – Missões Diplomaticas e Repartições Consulares.....	93.200.000	248,330.000	330.650.000	280.650.000	+ 187.450.000	201	+ 32.050.000	12,9
03–Instituto Rio Branco.....	4.810.000	4.810.000	7.366.000	6.500.000	+ 1.690.000	35	+ 1.690.000	35,0
04–ComissõesBrasileiras Demarcadoras de Limites.....	20.700.000	20.700.000	29.701.000	27.000.000	6.300.000	30	+ 6.300.000	30,4
TOTAL.....	729.041.780	2.211.292.980	2.695.710.330	2.287.400.370	+ 1.558.358.690	213	+ 76.107.390	3,4

RECEITA	Cr$
Dotação Orçamentária	729.041.780
Diferença de câmbio (Decr. 45.400)	1.482.251,200
Créditos Adicionais	
Suplementares — 1.1.14	510.000
— 1.1.25	1.000.000
— 1.6.04	15.000.000
— 1.6.15-1-)-2)	2.000.000
— 2.1.01-2)	2.7000.00
Diferença de câmbio (Decr. 45.400)	25.063.154
Especiais	
Banco Interamericano de Desenvolvimento	11.345.400
Banco Interamericano de Desenvolvimento	907.786.710
Ano Mundial dos Refugiados	3.000.000
Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviano	90.000.000
TOTAL	3.267.848.224

DESPESA	Cr$
Prevista	710.041.780
Quota de Economia e Fundo de Reserva (Decr. 45.363)	19.000.000
Excedente (Suplementação)	21.360.000
" (Decr. 45.400)	1.505.314.334
Créditos especiais	224.345.400
Não realizada	787.786.710
TOTAL	3.267.848.224

COMUNICAÇÕES

O ano de 1959 trouxe aumento considerável no volume de expediente da Divisão de Comunicações.

A fim de garantir o bom funcionamento dos serviços da DCo foram levadas a cabo reformas tendentes a simplificar as rotinas de processamento da correspondência. Reorganizaram-se os diversos serviços do setor de telegramas, tendo sido aumentado o número de funcionários nêles lotados.

No que concerne à troca de comunicações por via telegráfica, 1959 marcou o início da fase de ligações diretas, por meio de teletipos, entre a Secretaria de Estado e suas repartições no exterior.

O primeiro canal de Telex, ligando a Secretaria de Estado à Delegação do Brasil junto à OEA, foi inaugurada em 1958. Em 1959 estendeu-se o sistema à Missão do Brasil junto às Nações Unidas, estando programada a instalação de teletipos em Buenos Aires, Brasília e, a seguir, em algumas Missões na Europa.

Outrossim, visando a transferência do Ministério das Relações Exteriores para Brasília e, também, para dar maior sentido aos acôrdos de Tráfego Mútuo Telegráfico, estabelecidos entre o Brasil e vários outros países da América — pelos quais os telegramas oficiais serão transmitidos com isenção de taxas — está sendo providenciada a instalação de uma linha direta entre o Itamaraty e a agência central do Departamento de Correios e Telégrafos. Essa inicia-

tiva irá facilitar a utilização do Telégrafo Nacional e representará considerável redução de despesas em dólares.

No decorrer de 1959, o total de comunicações telegráficas elevou-se a 17.346 sendo 9.094 recebidas e 8.252 expedidas, de acôrdo com a discriminação abaixo:

MOVIMENTO DE TELEGRAMAS DURANTE O ANO DE 1959

EXPEDIDOS

Embaixadas	4.352
Legações	234
Rep. Consulares	2.222
Diversos	1.449
Total	8.257

RECEBIDOS

Embaixadas	5.667
Legações	249
Rep. Consulares	1.795
Diversos	1.383
Total	9.094
Total geral	17.351

MALAS DIPLOMÁTICAS

Durante o ano de 1959 houve um constante incremento no rítmo de trabalho no setor de «Malas Diplomáticas».

A importância cada vez maior do Brasil no cenário político e econômico mundial fêz com que o volume da correspondência expedida e recebida pelo Ministério das Relações Exteriores crescesse de modo rápido. Tal fato, como é óbvio, intensificou enormemente o movimento de malas aéreas e marítimas.

Assim é que, a fim de evitar acúmulo de trabalho e demora na remessa dos expedientes destinados às Missões

diplomáticas e Repartições consulares do Brasil no exterior, resolveu-se duplicar o número de malas diplomáticas disponíveis.

Por outro lado, após verificar-se a inexistência de um sistema eficiente de contrôle do paradeiro das malas diplomáticas, idealizou-se um quadro de madeira, do qual consta o nome das Missões que recebem malas diplomáticas. Quando da expedição de cala mala, coloca-se no quadro, diante do nome do local para onde foi ela enviada, um cartão com o número da mesma. Uma vez recebida de volta, retira-se o cartão.

Desta forma é possível, não só exercer uma fiscalização constante, como ainda saber, a qualquer momento, o lugar onde se encontra cada uma das malas diplomáticas remetidas pela Secretaria de Estado.

Foi ainda elaborado, como suplemento a estas medidas, um programa de trabalho com o fim de reduzir, tanto quanto possível, as despesas no setor em aprêço.

De acôrdo com os têrmos aditivos assinados com as emprêsas Aerovias Brasil S.A., Panair do Brasil S.A., Viação Aérea Rio Grandense e Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda., estão elas obrigadas a transportar, sem ônus para o Govêrno Federal, as malas diplomáticas trocadas entre a Secretaria de Estado e as Missões diplomáticas do Brasil situadas em pontos de escalas de suas respectivas linhas, com o pêso máximo por viagem de três (3) quilogramas, inclusive os respectivos recipientes. Visto isso, urgia que se procurasse distribuir o maior número possível de malas pelas referidas emprêsas, o que só poderia ser conseguido através de melhor entrosamento entre o setor referido e o Departamento de Correios e Telégrafos. Foi-nos, pois, confiada uma relação, da qual consta o movimento diário

das Companhias de aviação, tanto nacionais quanto estrangeiras, com indicação de horários, rotas, pontos de escala, etc.

Tendo ainda em vista cooperar com a política de contenção de gastos foi incluída, na elaboração do programa de trabalho, a necessidade de serem estudadas atentamente as tarifas e taxas de conversãs usadas pelas Companhias de aviação. Além disso, será exercida fiscalização mais eficiente sôbre as contas das Companhias mencionadas que, ao invés de apresentar suas faturas semestralmente, passarão a fazê-lo com maior frequência.

Outra das principais metas alcançadas durante o ano de 1959 foi o perfeito entrosamento hoje existente entre o setor de «Malas Diplomáticas» e os da «Carteira de Entrada», «Classificação» e «Distribuição». A relação que se segue traduz, de modo evidente, o vulto da tarefa realizada:

	Ano de 1958	Ano de 1959
Malas recebidas	1.435	1.857
Malas expedidas	1.396	1.918
Total	2.831	3.775
Expedientes recebidos:	1958	25.181
	1959	26.552

CARTEIRA DE SAÍDA

No decorrer de 1959 a Carteira de Saída protocolou um total de 17.057 expedientes, assim distribuídos:

Livro I — Missões diplomáticas brasileiras (inclusive delegações junto a Organismos Internacionais)	2.091
Livro II — Repartições consulares brasileiras	907

Livro III —	Representações diplomáticas e consulados estrangeiros	2.201
Livro IV —	Diversos no interior	1.407
	Diversos no exterior	7
	Cartas	1.749
Livro V —	VI Presidência da República, Ministérios, Órgãos Subordinados e Autarquias	8.695

Houve, pois, em relação ao ano de 1958, um aumento de cêrca de 15% no movimento da Carteira de Saída.

SERVIÇO DE EXPEDIÇÃO

Durante o ano de 1959 o Serviço de Expedição encaminhou, por via marítima, aérea e em mãos, 45.077 cartas e ofícios, bem como 37.167 impressos. Acrescente-se ainda que, além de sua atividade normal, o Serviço de Expedição providenciou, junto às Missões diplomáticas estrangeiras, cêrca de 650 vistos em passaportes e recolheu, no Aeroporto Internacional do Galeão, 512 malas diplomáticas. Nêsse período, as camionetas a serviço da Divisão de Comunicações realizaram intenso trabalho, tendo saído cêrca de 1.800 vezes e percorrido aproximadamente 49.000 quilômetros. Durante o correr de 1958 o número de expedientes encaminhados por intermédio da Expedição foi de 76.131, e em 1959 de 82.244.

SEÇÃO DE MULTIPLICAÇÃO

A Seção de Multiplicação, no cumprimento de suas atribuições, exerceu em 1959 atividades que, projetadas no quadro das realizações efetivas e em confronto com os trabalhos efetuados no exercício anterior, apresentaram os seguintes resultados:

QUADRO I

SERVIÇOS DE MIMEOGRAFO

ANOS	CIRCULARES			INSTRUÇÕES DE SERVIÇO			DIVERSOS		
	N.º	PGS	TIRAGEM	N.º	PGS	TIRAGEM	N.º	PGS	TIRAGEM
1958.....	238	325	48750	9	9	4050	491	3147	68865
1959.....	221	482	66300	25	25	12500	609	8986	88750

OBS.: — No que concerne aos serviços datilográficos (em stencils) correspondentes ao quadro acima, foram executados integralmente pela Seção os que se referem às Circulares e Instruções de Serviço, bem como a maioria dos que se apresentam sob o título *Diversos*.

QUARRO 2

SERVIÇOS DE MULTILITH

ANOS	N.º RE TRABALNOS REALIZADOS	N.º DE PÁGINAS	TIRAGEM
1958.....	68	787	143.400
1959.....	82	1079	171.470

OBS.: — Todos êsses trabalhos foram datilografados na referida Seção por fôrça do caráter especializado de que se revestem.

Os quadros acima, permitindo o cotejo entre os serviços prestados em 1958 e 1959, demonstram o crescimento da Seção, como resultante do aumento de serviços e encargos.

Foi criado o arquivo dos trabalhos executados pela Seção de multiplicação. Operando com as cópias dos originais de reprodução e observadas as características de cada um (Circulares, Instruções de Serviço e Diversos), foram classificados pelas Seções de Origem, retroagindo ao ano de 1957, os que se referem às Circulares e Instruções de Serviço e os Diversos a partir de 1959, diante da impossibilidade do trabalho retrospectivo.

Êsse arquivamento, entre outras vantagens, além de possibilitar a reprodução de qualquer documento impresso

na Seção, como é óbvio, permite, também, o conhecimento imediato de todos os serviços executados pelas várias Divisões dêste Ministério, em um período determinado. A medida, como se verifica, além da sua utilização normal, será de grande serventia para as Divisões e Serviços na elaboração de seus relatórios anuais.

Além dêsses serviços, possui a Seção, arquivados em ordem cronológica, os stencils de tôdas as Circulares desde 1942 e Instruções de Serviço desde 1957, assim como, em arquivo separado, 50 exemplares das Circulares e Instruções de Serviço impressas a partir de 1957.

Relativamente aos trabalhos catalogados sob o título *diversos* (acôrdos, tratados, resoluções, recibos, etc., de interêsse permanente), existem em arquivo próprio os stencils que lhes correspondem.

Para o atendimento das solicitações relativas a êsses trabalhos, possui a Seção um fichário em ordem alfabética dos seus títulos.

Idêntico arquivo e fichário existem para os serviços impressos em máquina Multilith (filmes e chapas de zinco).

Atualmente, a Seção de Multiplicação, na realização de todos os serviços de impressão dêste Ministério, exercita as seguintes atividades:

1ª) *Impressão em Mimeógrafo* — que se distribui em três fases principais:

a) Datilografia dos stencils;

b) Impressão pròpriamente dita;

c) Separação das folhas impressas e grampeamento.

2ª) *Impressão em Técnica «off-set»* (*Multilith*) — que se desdobra nas seguintes fases:

a) Datilografia dos originais;

b) Fotografia dos originais datilográficos (ampliados ou reduzidos);

c) Retoque dos filmes;

d) Paginação;

e) Transporte dos negativos para as chapas de zinco;

f) Impressão pròpriamente dita;

g) Separação das folhas impressas e constituição dos volumes (grampeamento e dobragem).

MESA TELEFÔNICA

Em fins dêste ano os entendimentos iniciados em 1958 entre a Divisão de Comunicações, a Cia. Telefônica Brasileira e a Ericsson do Brasil tornaram realidade a antiga aspiração de se dotar a Secretaria de Estado de nova mesa telefônica, capaz de atender às crescentes necessidades do serviço, já que a existente, uma das mais antigas do Distrito Federal, se revelou completamente obsoleta.

Assim foi que a Ericsson procedeu à instalação de nova mesa de ligação com capacidade para cinquenta troncos e trezentos ramais, atuando em quatro posições, de atendimento múltiplo, equipada cada uma delas com quinze circuitos e com possibilidade de responder, simultaneamente, a sessenta chamadas.

Para a instalação da nova mesa tornou-se necessário ampliar a sala das telefonistas, o que acarretou uma sensível melhoria das condições de trabalho do setor e permitiu um aumento do número de telefonistas.

Paralelamente foi a Ericsson do Brasil incumbida de ampliar a rêde de telefones internos, a qual passou a contar com cem linhas, com possibilidade de um aumento para duzentas, mediante a utilização de um bastidor adicional.

CARTAS-TELEGRAMAS

Neste setor o ano de 1959 viu coroada de êxito mais uma iniciativa tomada em 1958. As matrizes Ditto, remetidas a algumas de nossas Repartições no exterior, para o encaminhamento a Secretaria de Estado, das CTs prontas para reprodução, aprovaram plenamente. Já nos primeiros meses de 1959 ampliou-se a distribuição de matrizes que, hoje, são fornecidas a quase totalidade das nossas Missões diplomáticas e Repartições consulares.

Ainda no decorrer dêste ano, registrou-se um aumento no número de CTs processadas, atingindo-se um total de 22.986, das quais 11.568 foram expedidas e 11.418 recebidas.

MECANOGRAFIA

No que concerne à referida Seção o volume de trabalho por ela apresentado não corresponde ao total geral, pois que, pela Mecanografia não passa todo o expediente da Secretaria de Estado.

Sem levar em conta o expediente de natureza sigilosa que é processado no Setor de Correspondência Especial, considerável parcela do trabalho vem sendo executada nos Departamentos, Divisões e Serviços.

Essa tendência, que ùltimamente se vem acentuando, apresenta sério inconveniente, qual seja o de ameaçar o padrão de uniformidade que, por longos anos, tem caracterizado o expediente do Ministério das Relações Exteriores.

Os dados apresentadas a seguir os indicam claramente essa tendência, podendo-se afirmar categòricamente que a Mecanografia atualmente processa apenas 70% do expediente total da Secretaria de Estado.

MOVIMENTO DA MECANOGRAFIA DISCRIMINADO POR PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE EXPEDIENTES E NÚMERO DE PÁGINAS

Seções	Expediente	Páginas
Gabinete	28	84
Secretaria Geral	4	12
Departamento Político e Cultural	36	108
Divisão Política	712	2.136
Divisão Cultural	776	2.228
Divisão do Cerimonial	88	124
Divisão de Atos Internacionais	836	2.508
Divisão de Fronteiras	6	10
Departamento Econômico e Comercial	8	24
Divisão Econômica da Europa, Ásia e África	600	1.800
Divisão da América	320	960
Divisão de Organismos Internacionais	1.036	3.108
Divisão de Cooperação Econômica e Técnica	228	684
Departamento Consular e Passaportes	4	12
Divisão de Passaportes	1.140	3.312
Divisão Consular	3.456	10.368
Divisão de Imigração	84	252
Departamento de Administração	100	300
Divisão do Pessoal	744	2.232
Divisão do Material	32	96
Divisão do Orçamento	164	492
Divisão de Comunicações	108	324
Serviço de Documentação	76	228
Mapoteca	12	36
Serviço Jurídico	820	2.460
Serviço de Informações	60	180
Instituto Rio Branco	2	3
Comissão Nacional de Assistência Técnica	184	652
Serviço de Conservação do Patrimônio	20	60
Arquivo Histórico	4	12
Comissão de Acôrdos com a Bolívia	102	306
Instituto Brasileiro de Educação e Cultura	2	4
Decretos	180	540
Mensagens	20	60
Exposição de Motivos	20	60
Editais	120	360
Portarias	172	516
Diversos	4.610	5.318
Total	16.914	41.969

ARQUIVO

Durante todo o ano de 1959 continuou-se o grande trabalho de reorganização e reaparelhamento do Arquivo. Ampliado o horário, das 9 às 19 horas, e com um ótimo reforço de pessoal, tornou-se possível desenvolver o extenso plano elaborado, que já agora se aproxima da meta final.

No Setor Classificação, adotado o sistema de a mesma funcionária classificar e distribuir, o que garante um melhor rendimento de trabalho por evitar duas leituras de cada expediente, e suprimida a especialização de classes, o que permite grande flexibilidade na atribuição de tarefas, conseguiu-se eliminar os constantes acúmulos de serviço, há muito verificados no setor. Para assegurar a necessária uniformização, foi elaborado um «Roteiro para Distribuição» que, submetido à apreciação de todos os Chefes da Secretaria de Estado, aguarda ainda alguns pronunciamentos, antes de ser pôsto em vigor.

No Arquivo de Originais um vasto programa foi executado. Procurou-se dar aos códices e classificadores distribuição diversa, de acôrdo com um esquema lógico, decorrente da experiência de trinta anos. O plano seguido, além de aproveitar melhor o espaço disponível e prever uma reserva para os próximos três anos, veio dar maior eficiência aos serviços do Setor, pela sistematização racional da colocação das séries encadernadas e por encadernar. Por outro lado, foi estabelecido um sistema de normas para os trabalhos de revisão que permitirá ter-se já encadernados no

segundo semestre de cada ano os originais do ano anterior, ressalvados os casos em que a série encadernada tenha um volume reduzido, que não permita sua encadernação em códices e tenha, então, de aguardar o acréscimo das séries subseqüentes até alcançar o volume desejado.

Grande esfôrço foi realizado no sentido de intensificar a encadernação de documentos originais. Aos 1.451 volumes encadernados no período de 1949 a outubro de 1958 foram somados em 1959, 1800 novos códices. Mantido êsse ritmo mais alguns meses, sòmente restará por encadernar o material relativo a 1958 e 1959. Como complemento dêsse trabalho, foi feita cuidadosa revisão dos pacotes a serem encadernados, sendo, como era natural, solicitada às Missões diplomáticas e Repartições consulares a remessa de cópia especial de documentos que faltavam nas séries. Completada essa tarefa, conseguiu-se devolver ao Arquivo de Originais a segurança e flexibilidade indispensáveis ao preenchimento de suas funções.

O Arquivo de Antecedentes, talvez o Setor mais congestionado do Arquivo, mereceu especial atenção. Depois de atualizado o arquivamento em tôdas as classes, iniciou-se a transferência de maços, em volume nunca atingido anteriormente e com grande desafôgo de papéis. Foram pràticamente transferidos todos os maços, até 1957, das classes 2, 3 (pessoal e material), 5 e 6 e a metade dos maços das classes 0, 1, 4, 7 e 9. Elevou-se a 15.625 o número de maços transferidos durante o ano, total idêntico ao obtido no período compreendido entre 1942 e dezembro de 1958. Para que melhor possa ser avaliada a importância do resultado conseguido, é preciso ressaltar que a transferência de um maço não se limita ao registro dos seus dados essenciais (classificação, índice, período) em livro especial. O lançamento é precedido do preparo do «dossier», isto é, do fechamento do maço que contém a documentação até 31 de de-

zembro de 1957 e abertura do correspondente a 1958 e 1959, substituição das capas e feitura de fichas. Essa tarefa implicou a elaboração de 16.951 novas fichas de maços, correspondentes aos maços transferidos e à substituição de fichas dilaceradas pelo excesso de material nas gavetas dos arquivos, muitas vêzes sem indicações imprescindíveis para a localização dos maços.

Além da revisão geral, feita dentro das horas de expediente, particular atenção foi dedicada à classe 3 (material) e aos maços sôbre a Operação Pan-Americana, sôbre a Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana, sôbre a Organização dos Estados Americanos em geral, e sôbre Assuntos Politicos — 600. (XX) — de Universo, África, Egito, Marrocos, América, Canadá, Estados Unidos, Pôrto Rico, México, América Central, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Cuba, Haiti, República Domicana, América do Sul, Bolívia, Chile, Equador, Colômbia, Argentina e Paraguai, de 1958 e 1959. Reorganizou-se, ainda, vasto material recebido pelo Arquivo, relativo à Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, à Comissão Interamericana de Mulheres e à Questão de Suez.

Importante melhoramento foi conseguido com a reforma do andar superior do edifício da garage que, ligado ao Arquivo de Originais por uma passarela de concreto, possibilitou excelente ampliação do espaço disponível. Ali foram colocados, nas latas existentes e em estantes especialmente encomendadas, e de acôrdo com uma seqüência lógica, que permitirá maior presteza na sua localização, 61.000 maços transferidos, em rigorosa ordem numérica.

É ainda no Anexo do Arquivo que será localizado o laboratório de microfilmagem, cujo valioso equipamento foi pouco a pouco sendo adquirido e para o qual já foi apresentado projeto de instalação que se espera executar em 1960.

As condições de trabalho puderam ser bastante melhoradas com a compra de equipamento de refrigeração para o Arquivo de Antecedentes que, muito breve, estará beneficiado por essa medida. Foi também sugerida a aproximação da Classificação dos demais setores do Arquivo, bem como o seu isolamento da Datilografia a fim de facilitar a consulta a antecedentes e assegurar a imprescindível tranqüilidade que deve cercar o serviço, idéia que, aprovada, já se encontra em vias de aproveitamento.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

BIBLIOTECA

A Biblioteca tem procurado colaborar, na medida do possível, com as demais entidades congêneres. Foram emprestados, a pedido do General Jaguaribe de Mattos, para figurar na Exposição Brasileira de Geografia, as obras de Alexandre Humbolt, bem como vários trabalhos existentes sôbre êle na Biblioteca. Foram ainda emprestadas para figurar nas Exposições Comemorativas do Centenário do falecimento de A. Humbolt e Bicentenário de F. Schiller, organizadas pela Biblioteca da Universidade do Brasil, várias obras pertencentes às coleções do Barão do Rio Branco e Varnhagen.

O Diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional, desejando publicar um catálogo geral das obras impressas no século XVI, existentes nas bibliotecas brasileiras, solicitou também a colaboração da Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores. Foram enviadas, a fim de atender a solicitação em aprêço, 192 fichas que correspondem ao número de obras impressas nesse período, pertencentes ao acêrvo da Biblioteca.

Medalha de Guararapes

Em nome do Governador de Pernambuco, o Professor Jordão Emerenciano entregou a Medalha Guararapes à Biblioteca pela colaboração prestada por ocasião das comemorações do Tricentenário da Restauração Pernambucana, em 1954.

Exposição Euclides da Cunha

A Biblioteca da Secretaria de Estado organizou, com a colaboração da Mapoteca e do Arquivo Histórico, uma exposição em homenagem ao cinqüentenário de Euclides da Cunha, na qual foram expostas algumas obras, documentos, mapas e fotografias pertencentes às suas coleções.

Figurou um exemplar da 1ª edição de «Os Sertões» (1902), com dedicatória ao Barão do Rio Branco, e também «Peru versus Bolivia» com o seguinte oferecimento: «Ao Exmo. Sr. Barão do Rio Branco, respeitosa homenagem do último de seus discípulos».

Para demonstrar a repercussão de «Os Sertões» no exterior, foram expostas as traduções para o idioma sueco, dinamarquês, holandês, espanhol, italiano e alemão.

Despertou ainda grande interêsse por parte dos visitantes o trecho de um mapa do rio Purus, desenho de Euclides da Cunha no período em que chefiou a Comissão Mista Brasileiro-Peruana de reconhecimento do Alto-Purus e uma carta da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão, que lhe encomendou o Barão, quando iniciou os seus estudos para o Tratado com o Uruguai.

Há ainda que destacar a carta ao Barão do Rio Branco dando seu voto, na Academia Brasileira de Letras, a J.C. de Souza Bandeira, para a vaga de Isidoro Martins Junior, e a Heráclito Graça, para a de José do Patrocínio, o último, entretanto, condicionado à circunstância de não ser candidato Vicente de Carvalho.

A Biblioteca foi convidada a participar de duas importantes reuniões: XI Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e II Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, que se realizaram, respectivamente, de 12 a 18 e 20 a 26 de julho de 1959, em Salvador, Bahia.

Infelizmente, em virtude de ter assumido, anteriormente, compromissos para essa época, a Biblioteca não pôde fazer-se representar na aludida Reunião.

Quanto ao II Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, compareceram como representantes da Biblioteca Lydia Maria Combacau de Miranda e Maria Lucia Behring Coimbra. O temário foi o seguinte:

1º Relações aplicadas à Bibilioteca

a) ética profissional.

2. Processos Técnicos

a) código brasileiro de catalogação;
b) código brasileiro de rubricas;
c) classificação decimal universal.

3. Biblioteconomia como Profissão

4. Ensino de Biblioteconomia

a) currículos de nível universitário;
b) formação de bibliotecários auxiliares ou técnicos auxiliares.

5. Associação de Bibliotecários

a) organização de conselhos consultivos;
b) federação brasileira de bibliotecários.

6. Bibliografia e Documentação

a) bibliotecários e documentaristas; formação e atribuições de cada um;
b) técnica bibliográfica;
c) mecanização;
d) normalização bibliográfica;

e) fotodocumentação;
f) divulgação;
g) biblioteca e serviço de documentação; intercomunicação.

7. Relações entre Editores, Livreiros e Bibliotecários.

8. Intercâmbio Biblioteconômico
   a) catalogação cooperativa;
   b) catálogos coletivos;
   c) empréstimo inter-bibliotecas;
   d) permuta.

9. Bibliotecas Públicas, Infantis, Universitárias, Especializadas e Ambulantes.

10. Edifício de Bibliotecas: cooperação entre o bibliotecário e o arquiteto.

Êsse Congresso, a exemplo do que aconteceu no I Congresso (Recife, 1954) permitiu o contato com outras bibliotecárias, dando margem a considerar suas atividades e colaborar nas resoluções que êsse certame adotou. Isto sem dúvida é de grande proveito para a Biblioteca, que vem procurando realizar trabalhos bibliográficos e colaborar nos estudos brasileiros de biblioteconomia.

Aquisição

As dificuldades de importação e as restrições cambiais limitaram o mercado livreiro do país, tornando pràticamente impossível a aquisição do livro estrangeiro. Graças, entretanto, à colaboração das Missões diplomáticas e Repartições consulares, que efetuaram grande parte das aquisições ocorridas no último semestre de 1959, tem podido a Biblioteca manter atualizado seu acêrvo.

Assim é que foram adquiridas obras de direito, economia, ciências políticas estratégia e outros assuntos de interêsse para o Ministério das Relações Exteriores, principalmente através das Embaixadas em Haia, Londres, Paris e Washington e dos Consulados em Boston, Genebra e Nova York. Além de livros sôbre os assuntos em evidência que a Biblioteca incorporou, procura, sempre que possível, enriquecer sua brasiliana. Assim, adquiriu a obra de Jean Crespin intitulada «Histoire des martyrs, presecvtez et mis à mort pour la verité de l'euangile, depouis le temps des Apostrs iusques à l'an 1574» — Genève, 1582, 1 vol. enc., 8 f.p., 732 f. num. 6 f. (330x220). J. C. Rodrigues na página 199 assim se referiu ao livro: «Esta obra é de suma importância para nossa história... João Crespin escreveu amplamente sôbre Villegaignon e os mártires da fé protestante, que fêz no Brasil».

Empréstimo

Com o preenchimento, por concurso, das vagas existentes na carreira de bibliotecário-auxiliar, tornou-se possível novamente à Biblioteca reorganizar os Serviços de Bibliografia e Referência. Assim, os funcionários encarregados dêsse serviço podem dar maior atenção aos consulentes e atualizar o fichário de empréstimo, assim como fornecer relações datilografadas sôbre vários assuntos do interêsse dos consulentes.

Foi feita uma revisão, que havia muito se fazia necessária, nos fichários, bem como a reclamação, por escrito, das obras que não tinham sido devolvidas no prazo marcado.

Catalogação

Êsse serviço está como os demais perfeitamente em dia, o que muito beneficia os leitores, pois as obras adquiridas são logo catalogadas e postas à sua disposição.

Classificação

O serviço de classificação aumentou consideràvelmente, porquanto a Biblioteca está atualmente classificando os artigos de revistas. Foram também classificadas 29 obras da Coleção Varnhagen.

Bibliografia e Referência

Sòmente em maio recomeçou o Serviço de Bibliografia e Referência da Biblioteca que, devido à falta de pessoal, vinha sendo feito com restrições. Para a Escola Superior de Guerra foram elaboradas as seguintes bibliografias:

a) «Compromissos econômicos internacionais»
b) «A Rússia e o Leste Europeu»
c) «Economia e finanças: formulação teórica e conjuntura»
d) «Alexandre de Humbolt»
e) «Ciências políticas»
f) «Problema racial no Brasil»
g) «Política internacional para o programa sôbre o assunto relativo ao 2º ano do Instituto Rio Branco»

Consta desde maio de 1959, da Bibliografia Mensal, uma relação das obras editadas pela ONU e UNESCO e recebidas pela Biblioteca da ONU.

Periódicos

A Seção de Periódicos prossegue o inventário, a fim de completar e atualizar as coleções, o que tem conseguido, em parte, quer dirigindo-se aos ditores e livreiros, quer através de permuta com entidades congêneres.

Este levantamento que vem sendo realizado, além do benefício já assinalado, tem trazido à Biblioteca preciosas informações com referência à suspensão de publicação, indicação

de números esgotados ou não publicados, bem como as mudanças de títulos e editores, que são cuidadosamente anotadas nas fichas.

Biblioteca Especial da ONU

A Biblioteca tem-se desenvolvido consideràvelmente e é sempre crescente o número de consulentes e estudiosos que a procuram para seus trabalhos.

Devido ao local inadequado, entretanto, nem sempre pode a Biblioteca atendê-los convenientemente. Quanto aos serviços, procura executá-los na medida do possível, porém se ressente da escassez de pessoal, dispondo apenas de dois bibliotecários.

A Biblioteca da ONU, depois da sua transferência para sala adequada, será convenientemente catalogada e classificada, de modo a poder atender realmente às necessidades do serviço e às consultas dos leitores e estudiosos.

Para 1960 a Biblioteca está programando as seguintes publicações:

1ª) Relação de obras e artigos sôbre o Brasil, publicados em outros países por escritores brasileiros e estrangeiros;

2ª) Relação das obras brasileiras traduzidas para outros idiomas;

3ª) Catálogo ilustrado relacionando as obras do século XVI pertencentes ao acêrvo da Biblioteca.

A fim de efetuar os levantamentos mencionados nos itens 1 e 2, a Biblioteca já começou a recorrer s Missões diplomáticas, para obter o material em aprêço nos países junto aos quais estão acreditadas.

MAPA ESTATÍSTICO
DO ANO 1959

	OBRAS GERAIS			PERIÓDICOS		
	Obras	Volumes	Folhetos	Obras	Volumes	Folhetos
Assinaturas de procedência nacional	—	—	—	—	19	17
Assinaturas de procedência estrangeira	—	—	—	1	531	1192
Compradas no Brasil	259	332	4	—	114	12
Compradas no estrangeiro	321	374	22	3	36	134
Doações de procedência nacional	430	514	241	—	213	135
Doações de procedência estrangeira	125	130	165	—	123	299
Permutas de procedência nacional	—	—	—	—	—	—
Permutas de procedência estrangeira	—	—	—	—	—	—
SOMA	1135	1350	432	4	1035	2789
BAIXAS	37	38	4	—	17	23
TOTAL LIQUIDO	1098	1350	428	4	1019	2789
ACERVO (vols. + folhetos)	—	—	1.778	—	—	3.808

	DIAS UTEIS	CONSULENTES	VISITANTES	VOLUMES		
				Encadernados	Extraviados	Requisitados
Durante o ano	323	2723	—	440	—	4156
Transporte						
TOTAL	323	2723	—	440	—	4156

MAPOTECA

No ano de 1959, prosseguiram normalmente as atividades da Mapoteca, discriminadas abaixo.

Foram registradas e incorporadas às suas coleções cartográficas as seguintes peças adquiridas por doação ou compra:

Mapas e cartas geográficas	495
Atlas	8
Impressos diversos (livros, folhetos, etc.)	13
Total	516

Somados êsses números ao acêrvo já existente, ficou a Mapoteca, ao findar o ano, com o seguinte patrimônio:

Mapas e cartas geográficas	14.236
Atlas	270
Obras gerais (impressos diversos, livros, etc.)	229
Total	14.735

Catalogação

O catálogo móvel da Seção foi acrescido, no decorrer de 1959, de 845 fichas contendo dados informativos sôbre o conteúdo e importância de cada mapa ou atlas incorporado às coleções da Mapoteca.

Movimento de consultas e requisições

O movimento de consultas à Mapoteca, não só por parte dos funcionários do Ministério e das Comissões Demarcadoras de Limites, mas, principalmente, de elementos estranhos aos seus quadros, aumentou no decorrer do ano de 1959.

Assim sendo, as diferentes modalidades de consultas ou requisições, incluindo empréstimos e doações, abrangeram um total de 1.583 mapas.

Colaboração com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

Dando prosseguimento ao plano de divulgação de conhecimentos e informações sôbre material cartográfico que constitue o acêrvo da Mapoteca, forneceu ela ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, em 1959, 2.854 fichas de mapas, tôdas referentes à região amazônica e que, somadas às elaboradas anteriormente, perfazem um total de cêrca de 4.000 fichas. Êsse trabalho integrará a vasta bibliografia que aquêle Instituto está elaborando sôbre o Brasil setentrional e central, a ser publicado no corrente ano, sob o título "A região amazônica através da cartografia", como contribuição cultural aos festejos henriquinos.

Catálogo descritivo dos mapas manuscritos antigos referentes ao Brasil colonial

No decorrer de 1959 foi ultimado na Mapoteca o catálogo dos mapas manuscritos antigos referentes ao Brasil Colonial existentes nas coleções cartográficas do Itamaraty, num total de 821 peças, minuciosamente descritas. Sua publicação, em dois volumes, constituirá a contribuição oficial do Itamaraty aos festejos do 5º centenário da morte do Infante D. Henrique, a ser celebrado em 1960.

ARQUIVO HISTÓRICO

Catalogação

Foram arquivados e devidamente catalogados os arquivos vindos das Missões diplomáticas e Consulados do Brasil em Roma, Buenos Aires, Alexandria, México, Washington, Paris e Montevidéu, contidos em 14 caixotes e formando aproximadamente 347 volumes que ocuparam quase na sua totalidade a última estante de aço adquirida pelo Arquivo Histórico.

Informações

Foram prestadas várias informações sôbre: documentos antigos do século XIX; organização e funcionamento do Arquivo Histórico; consulta de documentos confidenciais e reservados por parte de estrangeiros, etc.

Pesquisadores Estranhos à Casa

Fizeram-se consultas sôbre: Pimenta Bueno (Legação em Assunção, 1844-1846); Visconde e Barão do Rio Branco; Euclides da Cunha; Missões Especiais; documentação anterior a 1822; comércio e finanças nos séculos passados; Território do Acre.

Pesquisadores da Casa

Atos internacionais, correspondência com as Missões diplomáticas e Consulados do Brasil, pareceres dos Consul-

tores Jurídicos, arquivos particulares (Duarte da Ponte Ribeiro com especialidade), fôlhas de ofício de diplomatas e funcionários da Casa.

Livros Editados por Particulares (1959) *e Documentados no Arquivo Histórico*

"Honório Hermeto no Rio da Prata" (Missão Especial 1851-52) por José Antônio Soares de Souza, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Comissão de Estudos dos Textos de História do Brasil do Ministério das Relações Exteriores, e "A Vida do Barão do Rio Branco" de Luís Viana Filho, Deputado Federal e da Academia de Letras.

Exposições

Figuraram nas Exposições da Escola Superior de Guerra e no Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty, vários Atos internacionais, assim como, na Biblioteca Nacional, documentos referentes a Raimundo Correia e Clovis Bevilaqua, como contribuição da Casa aos centenários daqueles ilustres brasileiros, e ainda, em Curitiba, na II Reunião Brasileira sôbre Cartografia, um volume muito raro do "Diário da segunda partida de José Fernandes Pinto Alpoim", com dois mapas coloridos.

Visitas

Léon Bourdon, professor da Sorbonne, Carlton S. Smith, da Universidade de Nova York, Lewis Hanke, da Universidade do Texas, Embaixador Oswaldo Aranha e alunos da Universidade do Brasil.

Certidões

De nascimento, óbito, naufrágio de navios e tempo de serviço.

Atos Internacionais

Foram incorporados ao acêrvo do Arquivo Históriooo atos internacionais celebrados com os seguintes países e entidades internacionais: Israel, Japão e Países-Baixos, FAO e ONU.

Estatística do Movimento do Armazém e Casa Forte

Volumes encadernados

De janeiro a dezembro foram consultados 1.523 volumes

Latas de documentos avulsos

De janeiro a dezembro foram consultadas 516 latas
(aproximadamente 28.000 fôlhas)

Tratados, Acordos e Convenções

Consultados na Seção ou em outros Serviços 135 exemplares
Incorporados ao Arquivo Histórico ..... 5 exemplares

SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES

A Seção de Publicações do Serviço de Documentação editou, no ano de 1959:

Publicações periódicas	*Exemplares*
Lista diplomática — dezembro de 1958	1.200
Lista diplomática — janeiro de 1959	1.200
Lista diplomática — fevereiro de 1959	1.200
Lista diplomática — abril de 1959	1.700
Lista diplomática — maio e junho de 1959	1.700
Lista diplomática — julho de 1959	1.700
Lista diplomática — agôsto de 1959	1.700
Lista diplomática — outubro de 1959	1.700
Lista diplomática — novembro e dezembro de 1959	1.700
Anuário de 1959	1.300
Relatório de 1959	1.200
Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional números 25/26	800
Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional números 27/28	800

Atos Internacionais	
Nº 381 — Brasil e outros Países — Convenção para a Salva-guarda da vida humana no mar	500
Nº 382 — Brasil e o Líbano — Tratado de Amizade, Comércio e Navegação	500
Nº 383 — Brasil e o Uruguai — Tratado de Comércio e Navegação	500
Nº 384 — Brasil e a Nicarágua — Acôrdo Cultural	500
Nº 385 — Brasil e outros Países — Convenção Internacional do Trabalho	500

Nº 389 — Brasil e outros Países — Constituição do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias. CIME	500
Nº 390 — Brasil e Países-membros da OEA Convenção sôbre Asilo Diplomático	500
Nº 391 — Brasil e o Paraguai — Convênio para o estabelecimento em Paranaguá de um entreposto de Depósito franco para as mercadorias exportadas ou importadas pelo Paraguai	500
Nº 392 — Brasil e o Paraguai — Convênio para o estabelecimento em Concepción de um entreposto de Depósito franco para as mercadorias exportadas ou importadas pelo Brasil	500
Nº 393 — Brasil e o Paraguai — Convênio de Cooperação para o estudo do aproveitamento da Energia Hidráulica dos Rios Acaraí e Mondaí	500
Nº 394 — Brasil e o Paraguai — Tratado Geral de Comércio e de Investimentos	500
Nº 395 — Brasil e outros Países — Estatutos da Agência Internacional de Energia Atômica	500
Nº 396 — Brasil e outros Países — Convenção Internacional de Telecomunicações	500
Nº 398 — Brasil e Nações Unidas — Acôrdo básico para concessão de assistência técnica	500
Nº 399 — Brasil e República Argentina — Execução de Cartas Rogatórias (acompanhada do protocolo modificativo dos arts. 4º e 6º)	500
Nº 401 — Brasil e o Peru — Acôrdo sôbre transporte aéreo entre os Estados Unidos do Brasil e a República Peruana	500

Diversos

Normas do Cerimonial Público e Ordem Geral de Precedência (reimpressão)	2.000
Conceito de Solidariedade Continental, de José Carlos de Macedo Soares	1.000
Brasil-Bolívia, atos de 29 de março de 1958, (reimpressão)	2.000
Projeto de Reforma	3.000
Organização Judiciária do Brasil, de Ademar Vidal	500
Discurso de Paraninfo, de E. P. Barbosa da Silva	1.000
Cartazes do IV Congresso Folclórico — Rio Grande do Sul	300
O Brasil e a V Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, Discurso de Santiago Dantas	1.000

La Politicia Exterior — Conferência de Luiz Maria de Pablo Pardo 500
Bibliografia Anual — 1957 300

Publicações em andamento

— Ato Internacional nº 388 — Brasil e outros Países
— Ato Internacional nº 397 — Brasil e outros Países
— Tratado sôbre a Nacionalidade (IV volume), de Ilmar Penna Marinho
— Ensaios e Estudos em Homenagem a Renato de Almeida
— A Cultura Brasileira, de Fernando de Azevedo
— Bibliografia de História do Brasil — 1953
— Artigos e Entrevistas sôbre a Operação Pan-Americana
— Bibliografia Anual — 1958
— Liquidação de Bens de Guerra, de Ademar Vidal
— Arquivo Histórico — 1959
— Relatório da Delegação do Brasil à V Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores.
— Estudos de História do Brasil
— Regulamento para Salvaguarda das Informações que interessam à Segurança Nacional
— Arquivo das Índias e do Brasil
— Diplomação da Turma de 1959 do Instituto Rio-Branco (Discursos).

Na lista dos trabalhos publicados devem-se incluir ainda fichas de inscrição para o exame vestibular ao Instituto Rio-Branco, diplomas do Instituto Rio-Branco, fichas para o Contrôle de verbas (Divisão do Orçamento), fichas para despacho de automóveis (Divisão do Cerimonial) e todos os programas de visitas, em 1959, de várias personalidades estrangeiras.

GABINETE FOTOGRÁFICO E FOTOSTÁTICO

Pedidos fotostáticos	24
Número de cópias tamanho 0,46 x 0,64 ...	260
Pedidos fotográficos	119
Número de cópias tamanho 0,18 x 0,24	3.505
Ampliações tamanho 0,50 x 0,60	368

DIVERSOS

CONSULTORIA JURÍDICA

A Consultoria Jurídica do Itamaratí, ainda sob a denominação de Serviço Jurídico, continua a desempenhar cabalmente as funções que lhe cabiam e que foram bastante acrescidas em fins de 1958, com o encargo do encaminhamento de cartas rogatórias e pedidos de extradição.

A presença constante do Consultor Jurídico e do Assistente Jurídico facilita o desempenho de tais funções.

Em 1959, o Consultor Jurídico (Embaixador Hildebrando Accioly), a par de respostas verbais a várias consultas, emitiu pareceres escritos sôbre algumas questões de caráter confidencial além das seguintes, de caráter ostensivo:

Asilo ao General Delgado, na Embaixada do Brasil em Lisboa.

Declaração conjunta sôbre preferência regional interlatino-americana. Assinatura com reserva, pela República de El Salvador.

Denúncia da Convenção nº 3, da Organização Internacional do Trabalho.

Convenções da Conferência das Nações Unidas sôbre o Direito do Mar. Sua assinatura *com reservas*, por parte de Portugal.

Recomendações da Organização Internacional do Trabalho.

Bloqueio da renda consular brasileira (depósito bancário), em Paris.

Convenção sôbre a Repartição Hidrográfica Internacional. Necessidade de sua submissão ao Congresso Nacional.

Projeto de artigos da Comissão de D.I. das Nações Unidas, sôbre relações e imunidades diplomáticas.

Tratado de extradição entre o Brasil e os Estados Unidos da América.

Nações Unidas. Processo arbitral.

Tratado de extradição com a Holanda. Delitos de natureza religiosa.

Aprovação de acordos pelo Congresso Nacional.

Circular do Ministério da Fazenda sôbre privilégios aduaneiros de funcionários das Nações Unidas.

Liberdade de navegação do rio Paraguai.

Tratado de extradição com o Estado de Israel.

Promoção, por merecimento, de funcionário investido de mandato parlamentar.

Emenda da Convenção da Organização Meteorológica Mundial.

C.N.F.E. — Denúncias sôbre tráfico ilícito de entorpecentes.

Tratamento a navios de bandeira russa.

Intercâmbio comercial Brasil-URSS. Marcas e patentes.

Competência de tribunais brasileiros. Contingente brasileiro da U.N.E.F.

Projeto de convenção sôbre extradição, formulado na reunião dêste ano do C.I. de Jurisconsultos.

Projeto de tratado de extradição Brasil-Estados Unidos.

Projeto de tratado de extradição entre os Estados Americanos.

Facilidades de transporte aéreo, no território nacional. Funcionários da Administração da Aeronáutica Civil dos E.U. da América.

O Assistente Jurídico (Dr. Amilcar de Araujo Falcão) apresentou pareceres acêrca dos seguintes assuntos:

Ação de reintegração e conseqüente indenização contra a Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana.

Incidência da Taxa de Melhoramento dos Portos sôbre as mercadorias em trânsito do ou para o Peru e de ou para a Bolívia.

Ajuste de Comércio e Pagamentos. Banco do Brasil-Deutsche Notenbank.

Cônsul Geral Mauro de Freitas.

Pagamento de indenização ao ex-funcionário da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana, Sr. Luiz Geraldo de Paiva Whately.

Cobrança das taxas de melhoramento dos portos (1%) e de renovação da marinha mercante (5%).

Importação de trinta ônibus. Mandado de segurança número 8 527. Paulo Leite Carneiro.

Requerimento de Francisco de Assis Santos e outros. Abono concedido pela lei n.º 3.531, de 1959.

Equiparação de Estatístico e Economista, servindo no Departamento Econômico e Consular. Lei nº 348/53.

Ação para cobrança de pensão alimentar, Vice-Cônsul interino Ladário Nahra Telles.

Hélio de Oliveira. Solicita amparo da lei nº 3 843, de 8-XII-58.

Sentença da justiça norte-americana, concedendo alimentos à filha da Auxiliar-Contratada Cecilia Nielsen Lyra, divorciada esta última do Senhor Marconi Cavalcante Lyra.

Revisão da contagem de tempo de classe. Dipolmata João Batista Teles Soares de Pina.

Instituto Latino-Americano de Criminologia.

Discriminação religiosa no Brasil, Estudo da ONU.

Auxiliar contratada Cecilia Nielsen Lyra.

Processo administrativo nº 2/1958.

Intimação do Sr. Ministro de Estado para depor em processo criminal, em São Paulo.

Salário família. Auxiliar contratado Wolfram Marques Minemann.

Abono provisório. Auxiliar contratado José Silveira de Menezes.

OIT. Convenção nº 111.

Direitos e vantagens. Alice Pecegueiro do Amaral.

Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana. Concessão de abono provisório aos seus servidores.

Situação do Auxiliar José Eneas Ferraz Filho.

Pedido de reajustamento da indenização para o Engenheiro Luiz Alberto Whately, pela Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana.

Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudos de Petróleo.

Herança do cidadão nicaraguense Emílio Conisds Gutierrez.

OIT. Convenção nº 111. Ascendência nacional.

Débitos contraídos pelo Senhor Mauro de Freitas. Bloqueio das contas do Consulado Geral em Paris.

Venda de automóveis usados do Ministério das Relações Exteriores.

Comissão Demarcadora de Limites — 1º Divisão — Locação de imóvel para sede.

Consulta sôbre informação solicitada por juiz estrangeiro.

Convenção entre os Estados Unidos do Brasil e o Iran, em matéria de assistência judiciária civil, penal e comercial.

Herança.

Pagamento de vencimentos de funcionário falecido: dia do óbito. Vencimento correspondente ao dia da publicação do ato de aposentadoria, exoneração ou demissão.

Reclamação pecuniária contra o Govêrno Alemão.

Contrato de Auxiliar para o Consulado Privativo de Santa Cruz de La Sierra — sub-oficial reformado da FAB.

Auxiliares contratados amparados pela lei nº 1 765, de 18-XII-52.

Questionário sôbre direito de família.

Situação jurídica da Comissão Fulbright.

Pedido de certidão. Alberto Cardoso e outros.

Reclamações contra o Senhor Mauro de Freitas.

Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana. Engenheiro Luiz Alberto Whately. Pedido de reajustamento de indenização.

Projeto de Convenção Única sôbre Entorpecentes.

Equiparação de vencimentos.

Embaixada do Brasil em Beirute. Doação de terreno.

Zona de comércio livre na América Latina. Constitucionalidade do ante-projeto de acôrdo elaborado na Segunda Reunião de Consultas sôbre Política Comercial no Sul do Continente (Santiago do Chile, abril de 1959). — O problema da delegação legislativa.

Desapropriação de área de terreno pertencente à Embaixada Argentina.

Doação de um terreno Embaixada de Beirute.

Auxílio para transporte de filho.

Projeto nº 1 089, de 1959, da Câmara dos Deputados — Emprêgo obrigatório do adjetivo «brasileiro» na denominação de entidades de que participe a União.

Acidente provocado por aeronave da FAB em Ciudad Trujillo.

Processo administrativo nº 1/1959. Secretário Orlando Pimentel de Bittencourt Leal.

Ação Ordinária proposta ao Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública por Terezinha Alves Pacheco. *Legitimatio ad causam. Exceptio rei judicatae.* Contrôle jurisdicional e ato discricionário técnico.

Imunidade de jurisdição. Sargentos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

Pedido de atrasados. Mário Wright de Miranda Pacheco.

Pedido de indenização. Importação de batatas para plantio.

Glória Esther Cabral. Visita a filho em poder de cônjuge desquitado.

Pagamento de gratificação de representação a Auxiliar Contratado, em gôzo de licença especial.

Ação ordinária. Muriel Auebach.

MUSEU HISTÓRICO E DIPLOMÁTICO

Durante o ano de 1959 procurou-se, dentro das possibilidades atuais e de acôrdo com o espaço disponível nas salas do Museu, terminar o arranjo das mencionadas salas com os tapetes e as cortinas necessárias à proteção das peças contra a ação dos raios solares.

O Arquivo Histórico enviou ao Museu exemplares de Tratados, Cartas de Ratificação e de Plenos Poderes, o que veio realçar o aspecto educativo da exposição.

Prosseguiu-se no levantamento dos objetos históricos existentes nas Missões diplomáticas e Repartições consulares brasileiras, chegando-se à conclusão de que, não obstante os referidos órgãos do Ministério possuirem peças de valor histórico e artístico, êsses objetos não estão próprimente ligados à história diplomática do país.

Outros levantamentos estão sendo continuados em vários Museus a fim de tornar possível a volta de peças que, pertencendo embora ao Itamarati, se encontram fora dêle.

Em 1959 diversas doações foram feitas ao Museu, entre as quais peças de valor histórico oferecidas pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares, a saber, seu uniforme diplomático e várias grã-cruzes de Ordens honoríficas de que é titular.

Pela família do falecido Embaixador Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda, foram prometidos ao Museu um retrato e o uniforme do saudoso diplomata, além de algumas grã-cruzes que pertenceram ao mesmo.

Infelizmente, às duas ofertas teve a Diretoria do Museu de responder que seria conveniente adiar por algum tempo a entrega dos referidos objetos, em virtude de estar o Museu em fase de reorganização.

Entretanto, a verdadeira razão dêste pedido de adiamento está na falta de espaço, visto que a maior sala do Museu se encontra ocupada há mais de um ano por dois serviços importantes: a Comissão de Acordos com a Bolívia (C.A.B.) e o Serviço de Relações com o Congresso (S.R.C.), o que tem retardado muito a expansão do Museu.

Pelo mesmo motivo, não foi possível a colocação dos quadros, o que obrigará a um estudo cuidadoso do local para que a excessiva luminosidade não venha prejudicar telas ou gravuras, evitando-se, além disso, estragar a pintura das paredes com a colocação inadequada de pregos e a posterior retirada dos mesmos.

Ainda por falta de carência de espaço continua prejudicada a boa disposição dos móveis.

Da Senhora Maria de Aguiar de Andrada Roque de Pinho, filha do saudoso diplomata patrício Barão de Aguiar de Andrada, recebeu o Museu Histórico e Diplomático a doação de uma Cruz da Ordem Pontifícia de São Gregorio Magno e a Medalha Comemorativa da Organização do Corpo Diplomático Brasileiro.

Vem-se ocupando o Museu com o preparo dos bustos em bronze dos dois últimos Ministros das Relações Exteriores, os Embaixadores José Carlos de Macedo Soares e Francisco Negrão de Lima.

Estão sendo realizados trabalhos preliminares para a publicação do catálogo do Museu, bem como exaustivas pesquisas para a localização de objetos de interêsse para o Museu Histórico e Diplomático do Itamarati.

Devido ao funcionamento e contato com o público da Comissão de Acordos com a Bolívia e do Serviço de Relações com o Congresso, o Museu teve de recolher à Casa Forte certos objetos, muitos dêles preciosos, dadas as precárias condições de segurança, uma vez que a entrada é comum.

Nestas condições, tudo desaconselhava a movimentação de verbas, que não poderiam ser empregadas, no momento, com proveito para o Ministério.

Para a vida administrativa do Museu, recebeu o mesmo a colaboração de vários órgãos do Itamaraty, especialmente do Departamento de Administração, cuja ajuda lhe foi preciosa.

INSTITUTO RIO BRANCO

I — FUNCIONAMENTO DOS CURSOS

Durante o ano letivo de 1959, o Instituto Rio Branco manteve em funcionamento apenas os dois anos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Não se realizou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas.

1º) *Curso de Preparação à Carreira de Diplomata*

De acôrdo com o disposto na Portaria Ministerial de 31 de março de 1959, continuou suspensa por mais um ano a aplicação da Portaria Ministerial de 2 de maio de 1956, que aumentava o Curso para três anos. Em Memorandum ao Senhor Ministro de Estado, o Diretor do Instituto sugere a conveniência de continuar suspensa a aplicação do regime trienal, até ulterior deliberação de Sua Excelência.

Pela Portaria de 16 de março de 1959, o Ministro de Estado, alterando o disposto na Portaria Ministerial de 27 de janeiro de 1958, suprimiu, no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, os exames finais orais de Português, conservando-se apenas nas cadeiras de Francês e Inglês.

Foi modificada igualmente, pela Portaria nº 5 do Diretor do Instituto, o regime de freqüência, passando a ser exigido o comparecimento a 90% das aulas dadas.

Em 16 de julho de 1959, o Ministro de Estado baixou uma Portaria criando o Prêmio Rio-Branco, a ser concedido aos alunos classificados em 1º e 2º lugar no Curso de Pre-

paração à Carreira de Diplomata, e dispondo que o referido prêmio deverá ser estendido aos primeiros colocados das turmas anteriores.

a) 1º *Ano do Curso de Preparação à Carerira de Diplomata*.

Da turma do 1º ano fizeram parte apenas 13 dos 14 candidatos aprovados no Exame Vestibular realizado em 1958, em virtude de haver sido trancada a matrícula do senhor Alvaro Pinto de Aguiar Júnior, que excedeu o limite de faltas previsto na Portaria nº 5, de 25 de março de 1959, do Diretor do Instituto Rio-Branco. Aos alunos nesse caso a referida Portaria garante, entretanto, nova matrícula, uma só vez e no ano letivo imediato.

Orlando Soares Carbonar, um dos 13 alunos que cursaram o 1º ano, foi matriculado em cumprimento de decisão judicial.

Após as provas finais, os alunos do 1º ano foram classificados na seguinte ordem, de acôrdo com o aproveitamento verificado:

Rubens Ricupero
Tarcisio Marciano da Rocha
Orlando Soares Carbonar
Thereza Maria Mendes Machado
Jayme Villa Lobos
Sérgio Damasceno Vieira
Sérgio Rezende Carneiro de Lacerda
Maria Rosita Gulikers de Aguiar
Fernando Antônio de Oliveira Santos Fontoura
Nuno Alvaro Guilherme d'Oliveira
Guilherme Luiz Belford Roxo Leite Ribeiro
José Ferreira Lopes
Carlos Luzilde Hildebrandt

O último classificado não obteve média mínima de aprovação em uma matéria, devendo, por êsse motivo, repetir o ano.

Foram os seguintes os professôres que se encarregaram de ministrar as matérias do 1º ano do Curso:

Português — Professor Joaquim Mattoso Câmara Júnior

Francês — Professôra Louise Jaquier

Inglês — Professor Desmond Cole

História Diplomática do Brasil — Doutor Henrique Leão Teixeira Filho

História Diplomática Mundial — Professor Francisco José Calazans Falcon

Geografia — Professor Fábio de Macedo Soares Guimarães

Economia Política — Professor Hélio Schlittler da Silva

Direitor Constitucional e Administrativo — Professor Hamilton Leal

Direito Civil — Professor Ebert Chamoun

b) 2º Ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Concluiram o 2º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata os seguintes alunos, relacionados de acôrdo com a classificação final obtida no Curso:

Mauro Mendes de Azeredo
Italo Miguel Alexandre Mastrogiovanni
Antônio Ferreira da Rocha
Maria da Natividade Duarte Ribeiro
Sérgio Henrique Nabuco de Castro
Paulo Sérgio Nery

José Botafogo Gonçalves
Annunciata Padula
Adolpho Correa de Sá e Benevides
José Dácio Affonso Miranda
Carlos Norberto de Oliveira Pares
Júlio Gonçalves Sanchez
Roberto de Salvo Coimbra
Paulo Guilherme Vilas Boas Castro
Arrhenius Fábio Machado de Freitas
Carlos Alberto Leite Barbosa
Aloysio Ribeiro Vieira
Mário Cesar de Moraes Pitão
Carlos Luiz Coutinho Perez.

Com a nomeação dessa turma, elevar-se-á a 238 o número de funcionários que ingressaram na carerira de diplomata através do Instituto Rio-Branco, desde 1947.

As matérias do 2º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, em 1959, estiveram a cargo dos seguintes professôres:

Português — Professor Hamilton Elia

Francês — Professôra Yvonne Guillou

Inglês — Professor Robert Forrer

Política Econômica — Professor Helio Schlittler da Silva

Direito Internacional Público — Secretário Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga, substituído, no final de ano letivo, pelo Secretário Paulo Nogueira Baptista.

Direito Internacional Privado — Professor Haroldo Valladão

Política Internacional — Ministro Manoel Pio Corrêa Júnior.

Direito Comercial — Professor José Cândido Sampaio de Lacerda

Considerando a conveniência de alargar-se a área geográfica de recrutamento de candidatos à carreira diplomática e de facilitar, ao mesmo tempo, a sua seleção, por meio da descentralização parcial do Exame Vestibular, o Presidente da República, pelo Decreto nº 45.535, de 5 de março de 1959, criou o Exame de Seleção Prévia, a realizar-se, concomitantemente, no Rio de Janeiro e nas capitais de maior densidade demográfica da União. Sòmente os candidatos habilitados na referida prova de seleção terão direito à inscrição no Exame Vestibular.

1) *Exame de Seleção Prévia*

O Exame de Seleção Prévia, cujas inscrições mantiveram-se abertas de 10 de abril a 10 de junho, realizou-se no dia 15 de julho, no Distrito Federal e nas capitais de Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Inscreveram-se 344 candidatos, dos quais apenas 250 compareceram às provas, assim distribuídos pelas cidades onde prestaram exame:

Distrito Federal	— 130
Recife	— 13
Belo-Horizonte	— 24
São Paulo	— 58
Pôrto Alegre	— 24

Deixou de ser incluído na relação acima um candidato que, por estar lotado na Embaixada do Brasil em Washington, prestou exame na mesma data, *in loco*, sob a supervisão do Ministro Conselheiro daquela Missão.

Foram aprovados 57 candidatos, dos quais 12 dos Estados (5 do Rio Grande do Sul, 4 de São Paulo, 2 de Minas, 1 de Pernambuco) e 45 do Distrito Federal.

2) *Exame Vestibular*

Inscreveram-se para o Exame Vestibular, cujas provas intelectuais realizaram-se de 1º de outubro a 16 de novembro, os 57 candidatos aprovados no Exame de Seleção Prévia.

O programa para êsse Exame obedeceu ao disposto na Portaria Ministerial de 3 de maio de 1956, com as alterações introduzidas nas cadeiras de História do Brasil (Portaria Ministerial de 22-11-57), Noções Fundamentais de Direito (Portaria Ministerial de 23-11-58), Português e História Mundial Moderna (Portaria Ministerial de 6-4-59).

Com referência às instruções reguladoras do Exame Vestibular, continuaram em vigor as disposições constantes da Portaria Ministerial de 3 de maio de 1956, já mencionada, com a alteração relativa à ordem de realização das provas prevista na Portaria Ministerial de 25 de fevereiro de 1958.

Dos 57 candidatos inscritos, 10 foram eliminados nos exames psicofísicos e 32 nas provas intelectuais. Foram habilitados, portanto, 15 candidatos, um dos quais, Louis Jorge Rangel de Castro, prestou exame amparado por medida judicial.

QUADRO DEMONSTRATIVO DO COMPARECIMENTO, APROVAÇÕES E REPROVAÇÕES

	ENTRARAM EM PROVA	REPROVADOS	APROVADOS
Português	48 (*)	14	34
Francês	32 (**)	3	29
Inglês	30 (***)	1	92
História do Brasil	29	3	26
Geografia	26	1	25
Elementos de Economia Política	25	8	17
História Mundial Moderna	17	2	15
Noções Fundamentais de Direito	15	0	15
Cultura Geral	15	0	15

(*) Um em virtude de decisão judicial.
(**) Um candidato desistiu e outro teve cassada a liminar.
(***) Restabelecida a liminar no Mandado de Segurança de Louis Jorge Rangel de Castro.

Integraram a banca examinadora do Exame Vestibular os seguintes professôres:

Português — Professôres Marieta Motta e Fábio Freixieiro;

Francês — Professôres Georges Raillard e Guy Briytygier;

Inglês — Professôres J.A. Cayton e Kenneth Payne;

História do Brasil — Professor Manuel Maurício de Albuquerque;

Geografia — Professor Orlando Valverde;

Elementos de Economia Política — Professor Julian Magalhães Chacel;

História Mundial Moderna — Professôra Maria Yedda Leite Linhares;

Noções Fundamentais de Direito — Embaixador Oswaldo Trigueiro;

Cultura Geral — Embaixador João Guimarães Rosa e Doutor Renato Almeida.

Os candidatos habilitados no Exame Vestibular foram classificados na seguinte ordem:

Louis Jorge Rangel de Castro
Jório Dauster Magalhães e Silva
Agildo Sellos Moura
Francisco de Lima e Silva
José Coelho Monteiro
Regis Novaes de Oliveira
Antônio Sabino Cantuária Guimarães
Fernando Rodolpho de Souza
Flávio Moreira Sapha
Gilberto Ferreira Martins
Carlos Atila Alvares da Silva
Carlos José Prazeres Campelo
Christovam de Oliveira Araújo Filho.
Antônio Octaviano de Alvarenga Filho
Fernando Silva Alves

III — PESQUISAS E PUBLICAÇÕES

No final dêste ano foi autoriada a impressão do 2º tomo da 4ª parte — Negociações —, da obra «Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid», que se encontra no Departamento de Imprensa Nacional, o qual deverá sair do prelo nos primeiros dias de janeiro entrante. A 5ª parte dessa obra: «Execução do Tratado», que se compõe de um único volume já paginado e em fase de preparo dos índices onomástico e ideológico, estará terminada, ao que se espera, no primeiro semestre do próximo ano, dependendo, no entanto, de envio do apêndice que o autor levou para corrigendas e não devolveu de Portugal, onde se encontra.

Acha-se em composição a obra do mesmo autor: «O Brasil nos Velhos Mapas», da qual já chegaram ao Instituto as primeiras provas do Departamento de Imprensa Nacional.

Foi organizado o Anuário de 1958 a ser publicado em conjunto, no próximo ano, com o Anuário de 1959.

Prosseguiram normalmente os trabalhos de rotina, tais como: remessas de publicações, correspondência, atendimento de pedidos verbais, organização de fichários e contrôle do estoque e dos cartões de retôrno.

IV — BIBLIOTECA

Durante o ano de 1959 foram as seguintes as atividades da Biblioteca do Instituto Rio-Branco:

Aquisição e Permuta

Entre compras e doações o acêrvo da Biblioteca foi aumentado de 511 volumes, sendo de ressaltar a magnífica oferta do Conselho Britânico, constante de 92 obras, selecionadas dentre as melhores de autores clássicos e modernos, nos diversos ramos do conhecimento e de ficção.

Foram recebidas normalmente as publicações da O.N.U., O.E.A. e de Instituições diversas que mantêm permuta com o Instituto. A coleção do «Recueil des Cours», da Academia de Direito Internacional de Haia, cujos primeiros 71 volumes haviam sido adquiridos em 1957, foi atualizada, atingindo o volume 92, referente ao ano de 1957.

A Biblioteca do Itamaraty, que mantém permuta regular de publicações com a Biblioteca do Instituto, ofereceu a êste vários livros de grande interêsse para alunos e professôres do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

A coleção de obras de referência foi enriquecida com a aquisição da enciplopédia «Larousse du XXe siècle», em seis volumes, edição de 1957.

O livro de Registro foi refeito, pelo sistema de fôlhas soltas, a fim de substituir o antigo, que não correspondia ao verdadeiro acêrvo da Biblioteca.

Encadernação e desinfeção

Foram encadernados e restaurados 385 volumes, em 1959.

Durante o período de férias escolares do primeiro semestre, procedeu-se à desinfeção de todo o material bibliográfico existente no Instituto. Êste trabalho esteve a cargo da Emprêsa Microsol.

Material

Encomendaram-se à Fábrica de Móveis de Aço Cometa cinco secções de estantes, a serem entregues nos primeiros dias de 1960, além das seis fornecidas no primeiro semestre de 1959, que permitiram a ampliação das seções de Direito, Economia e Política Internacional. As novas estantes destinam-se às obras de História e às publicações periódicas.

Catalogação e Classificação

Com a ampliação da seção de obras de Direito, tornou-se necessário um desdobramento na classificação das mesmas. Para isso foi adotado o Sistema de Classificação Decimal de Direito, elaborado por Doris de Queiroz Carvalho para a Biblioteca do Ministério da Fazenda, uma vez que o sistema de Dewey foi organizado visando à classificação do Direito Anglo-Saxão.

O catálogo topográfico, iniciado no ano anterior, foi terminado, suplementando a função do catálogo dicionário já organizado.

Movimento de fichas entre o IRBr e o IBBD

Enviadas ao SIC: 309 fichas de encomenda.
Recebidas do SIC: Impressas — 258 primeiras fichas; 355 fichas secundárias.
Em processo: 32
152 fichas foram devolvidas, por não constarem do Catálogo Coletivo do IBBD.

Empréstimo

Foi o seguinte o movimento de consulta fora da sede da Biblioteca:

Periódicos — 208

Livros e folhetos:

000 —	5	(Obras gerais)
100 —	1	(Filosofia)
200 —	3	(Religião)
301 —	10	(Sociologia)
320 —	10	(Ciência Pol.)
327 —	58	(Política Intern.)

330 — 42 (Economia)
340 — 121 (Direito)
350 — 7 (Adm. Pública)
380 — 15 (Comércio)
400 — 90 (Filologia)
500 — 7 (Ciênc. Puras)
600 — 5 (Ciênc. Aplicadas)
700 — 2 (Artes)
800 — 37 (Literatura)
900 — 90 (História)
910 — 19 (Geografia)
920 — 13 (Biografias)

Total: 535. — Dêste número estão excluídos os livros de referências e as demais consultas feitas na própria sede da Biblioteca.

DEMONSTRATIVO DOS GASTOS DO INSTITUTO RIO-BRANCO DURANTE O EXERCÍCIO DE 1959

PESSOAL DA SECRETARIA

Pessoal Tabelado	433.200,00	
Serviços Prestados	1.084.687,70	1.517.887,70

	Cr$
Bolsistas	1.057.128,00
Curso de Preparação à carreira de Diplomata ..	1.075.127,00
Exame Vestibular	439.928,00
Material	360.000,00
Gratificações por serviços especializados	12.000,00
Despesas não previstas	
Biblioteca (dependente ainda de concessão de adiantamento)	50.000,00
Saldo	97.929,30
Total	4.610.000,00

SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

O Serviço de Conservação do Patrimônio no ano de 1959 teve suas atividades voltadas, de um modo especial, para as novas instalações da Secretaria de Estado em Brasília e para a reforma da chancelaria da Embaixada em Washington, que deveria valer como um padrão de suas atividades no exterior.

Além desses trabalhos de maior vulto, dedicou sua atenção aos serviços de conservação do Palácio Itamaraty, cujas instalações tiveram que ser ampliadas para atender ao crescimento constante dos serviços da Secretaria de Estado, bem como aos casos de reforma, conservação e aquisição de prédios no exterior.

Segundo a ordem cronológica de sua execução, segue uma relação sumária do que foi feito.

Consêrto da coluna de mármore da escadaria principal do Palácio Itamaraty

Uma das quatro colunas da escadaria do Palácio Itamaraty rachou na base. O assunto, que podia apresentar consequência da maior gravidade, foi examinado e estudado, procedendo-se ao exame dos alicerces e do apôio da coluna no primeiro teto. O Dr. Sydney M. G. dos Santos auxiliou o Serviço de Conservação do Patrimônio com seu parecer técnico, ficando o assunto esclarecido e afastada a hipótese de uma rutura mais grave.

Terreno da «Maison de France»

A fim de resolver o problema resultante da falta de ocupação total do terreno cedido à «Maison de France», procedeu-se à avaliação da área restante.

A urgência pedida não permitiu um estudo completo da matéria. Entretanto realizou-se o exame do local e dos documentos que a respeito existiam no Cadastro e na Divisão de Urbanismo da Prefeitura do Distrito Federal.

Ar condicionado nos salões de banquete e almôço

O salão de banquetes, no prédio da Biblioteca, e a sala de almôço, chamada sala dos Índios, no velho Palácio, precisavam ser refrigerados.

O assunto foi estudado pelo Serviço de Conservação do Patrimônio, que traçou, em colaboração com uma firma especializada desta praça, um plano completo das obras, inclusive orçamento.

O projeto encaminhado ao Cerimonial não pôde ter seguimento por falta de verba orçamentária e por não se ter podido dispor, durante o ano, de um intervalo suficientemente longo para a realização das obras, visto como o salão foi constantemente utilizado para grandes recepções.

Entrada de automóveis do Palácio Itamaraty

A manobra dos carros que se destinam ao Gabinete do Ministro de Estado é trabalhosa e deficiente.

O Serviço de Conservação do Patrimônio estudou um plano para solucionar o problema. Tratava-se de conseguir que os carros pudessem fazer uma volta completa entrando e saindo sem recorrer à marcha-ré. O plano deveria obe-

decer à boa técnica em matéria de tráfego, e ficando dentro das linhas estilísticas do Palácio, exigia-se também que não fôsse sacrificada nenhuma árvore.

O projeto assim traçado teve aprovação prévia do SPHAN. As obras não chegaram a ser executadas por não se encontrar firma especializada que a quisesse empreitar, estando atualmente em estudo a execução por empreitadas parciais.

Chancelaria em Camberra

A Embaixada em Camberra, desejando construir um prédio para sua chancelaria, enviou um ante-projeto à Secretaria de Estado.

O assunto submetido ao exame do SCP deu origem a um novo projeto, que foi traçado de acôrdo com certas normas e princípios que deverão prevalecer em casos semelhantes.

Chancelaria em Washington

A Embaixada em Washington adquiriu um prédio velho para instalar sua chancelaria.

A reforma do prédio foi estudada pelo arquiteto Flavio Leo da Silveira, que se encontrava em Washington naquela ocasião, e o estudo então feito foi examinado pelo Sèrviço de Conservação do Patrimônio, que reexaminou o assunto em seus fundamentos.

Em consequência dêsse trabalho, elaborou o Dr. Flavio o ante-projeto da Chancelaria, que mereceu aprovação do Serviço de Conservação do Pátrimônio e do Departamento de Administração.

Instalação de microfilmagem

A pedido do arquivo, examinou-se a instalação de um laboratório de microfilmagem no Itamaraty.

O projeto foi feito pela Meira S.A. sob a orientação geral do Serviço de Conservação do Patrimônio, que com os técnicos daquela firma estudaram os locais disponíveis e as obras de adaptação que seriam necessárias.

O projeto completo para ser executado está dependendo do programa de mudança da Secretaria de Estado para Brasília.

Monumento Yukio Ozaki

A Embaixada em Tóquio solicitou a remessa de mármore do Brasil como contribuição para o monumento dedicado a Yukio Ozaki.

O Serviço de Conservação do Patrimônio organizou as bases para a tomada de preços e encomendou o mármore que será em breve enviado ao Japão.

Obras na Embaixada em Bruxelas

Foram realizadas obras para isolamento do prédio recém-adquirido em Bruxelas.

Consultado o Serviço de Conservação do Patrimônio a respeito da construção de uma pérgola, examinou-se cuidadosamente o assunto. Ao aprovar as providências tomadas, recomendou o SCP certas providências para as obras de consolidação executadas, afim de evitar, no futuro, possíveis contratempos.

Pintura na ala esquerda e nos Salões do Palácio Itamaraty

Organizaram-se os serviços de pintura e outros reparos na ala esquerda e nos Salões do Palácio Itamaraty, de modo

a não prejudicar o trabalho normal dos Departamentos e Divisões instalados naquelas dependências. Aproveitou-se a ocasião para alguns melhoramentos, como o banheiro privativo para o chefe do Departamento Econômico, o do chefe do Cerimonial, armários e divisões internas no Departamento Político e na Divisão Cultural.

No Palácio Itamaraty pròpriamente dito, foram pintados tetos e paredes, aproveitando-se sempre o intervalo entre duas grandes recepções para a realização dos trabalhos.

Andar novo no prédio da rua Visconde da Gávea

A falta de espaço para o crescimento normal dos serviços levou o Departamento de Administração a determinar o aproveitamento do terraço do prédio onde funciona o Instituto Rio Branco. O Serviço de Conservação do Patrimônio organizou o projeto e a execução das obras, que redundaram no acréscimo de mais quatro salas de trabalho, sendo uma de grandes proporções, sem colunas intermediárias, destinada às aulas do curso.

Séde da Embaixada em Beirute

O Senhor João Kalil fez a doação de Cr$ 10.000.000,00 e de um terreno para a construção da séde da Embaixada do Brasil em Beirute, estando o assunto em estudo.

Prédio definitivo para o Ministério das Relações Exteriores em Brasília

O estudo inicial feito pelo arquiteto Oscar Niemeyer para a séde definitiva do Ministério das Relações Exteriores em Brasília foi examinado pelo Grupo de Trabalho de Transferência para Brasília, que resolveu alterar parte do programa que serviu de base ao seu traçado.

O Serviço de Conservação do Patrimônio elaborou as plantas de acôrdo com o novo programa, introduzindo uma infinidade de pequenas modificações que garantirão um funcionamento perfeito para a séde em aprêço.

Tôdas as alterações feitas receberam plena aprovação de Oscar Niemeyer.

Instalação provisória do Ministério das Relações Exteriores em Brasília

O Ministério das Relações Exteriores ficará provisòriamente instalado nos quatro primeiros andares do prédio do Ministério da Saúde em Brasília.

O Serviço de Conservação do Patrimônio estudou e aprontou o projeto para a instalação da Secretaria de Estado, seguindo, nesse trabalho, a orientação geral do Grupo de Trabalho de Transferência para Brasília e tendo a auxiliá-lo o assessoramento do chefe da Divisão Cultural.

COMISSÃO DE ESTUDO DOS TEXTOS DA HISTÓRIA DO BRASIL

Continuou esta Comissão em suas atividades, não só na elaboração da Bibliografia de História do Brasil, como na dos documentários das Missões diplomáticas do Brasil no Império, já estando prontas as relativas a Pimenta Bueno, Belegarde, Saraiva e Cotegipe, organizadas, respectivamente, pelos senhores Professor Pedro Freire Ribeiro, José Antônio Soares de Souza, General Deoclécio Paranhos Antunes e Virgílio Corrêa Filho. Está em elaboração a Missão Lopes Neto, a cargo do Ministro Miguel Paranhos do Rio-Branco.

Continuam os trabalhos de pesquisa nos arquivos estrangeiros, de que estão incumbidos os senhores Cônsul João Cabral de Melo Neto, Cícero Dias, Rubem A. Leitão e Eliseu de Araújo Lima. Alguns dêsses trabalhos, já completados, estão entregues à Imprensa Nacional para publicação.

O número de membros da Comissão foi aumentado para doze, sendo o lugar criado preenchido pelo então Secretário e hoje Ministro Miguel P. do Rio-Branco.

Está sendo completada a organização da correspondência inédita da Imperatriz Leopoldina.

INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Foram as seguintes as atividades do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, que funciona no Ministério das Relações Exteriores como a Comissão Nacional da UNESCO.

VISITAS

Esteve no Rio de Janeiro o Senhor John R. Richards, Presidente da Comissão Norte-Americana da UNESCO à América Latina, acompanhado do Senhor Alan K. Manchester, membro da mesma Comissão. O Senhor Richards veio ao Brasil informar o IBECC sôbre a organização e os trabalhos da Comissão Norte-Americana e discutir a Conferência Bienal da Comissão, que se realizou em Denver, Colorado, em 29 de setembro de 1959. Um dos temas centrais da Conferência foi «The Cultures of the Americas: Achievementes in Education, Science and Arts». Membros da diretoria do IBECC, intelectuais e artistas se reuniram para ouvir o Senhor Richards e trocar idéias sôbre os problemas das Comissões Nacionais da UNESCO.

Visitaram também o IBECC: o Senhor K. Szczerba Likiernick, que assistiu ao Seminário de Ciências Sociais, realizado de 19 a 24 de outubro no Rio de Janeiro; o Senhor S. Tew, Secretário regional da União das Associações Internacionais, cuja viagem teve como objetivo estudar as relações entre as Comissões Nacionais da UNESCO; o Senhor Gonzalo Abad, Chefe Adjunto do Serviço de

Intercâmbio de Pessoas da UNESCO, a fim de estudar assuntos relacionados com o Projeto Maior relativo à Extensão do Ensino Primário na América Latina, problemas da aplicação do programa de intercâmbio de pessoas para a Organização em 1959/1960 e, mais particularmente, a subvenção para viagens e bôlsas de estudos enquadrados no projeto Oriente-Ocidente.

COMISSÕES ESTADUAIS

Comissão Paulista do IBECC — A campanha levada a efeito em São Paulo pela Comissão Paulista do IBECC e os métodos empregados para a divulgação da ciência entre estudantes secundários atraíram o interêsse de várias universidades americanas, especialmente a de Harvard, que encomendou material para distribuição a seu corpo discente. A Fundação Rockefeller de Nova York concedeu uma subvenção de US$ 50.000,00 a fim de permitir à Comissão Paulista do IBECC o desenvolvimento do material de ensino.

Comissão Estadual do IBECC do Pará — Em Assembléia Geral, realizada em junho, foram empossados os novos membros da Comissão Estadual do IBECC do Pará, ficando a diretoria assim constituída: Presidente, Senhor Eleyson Cardoso; 1.º Vice-Presidente, Senhor Avertano Rocha; 2.º Vice-Presidente, historiador Ernesto Cruz; 3.º Vice-Presidente, Deputado Catete; Secretário Geral, Senhor Georgenor Franco; 1.º Secretário, Senhor Armando Bordalo da Silva; 2.º Secretário, Doutor José de Souza Macedo; Tesoureiro, Senhor Deusdedit Moura Ribeiro.

Comissão Goiana do IBECC — A Comissão Goiana do IBECC, presidida pelo Senhor Colemar Natal e Silva, procurou em suas atividades prestigiar e incentivar iniciativas de cunho cultural e científico e fazer lembradas suas altas finalidades. Por sugestão sua, foi criado um Centro de Pesquisas Folclóricas na Faculdade de Filosofia de Goiás,

que já está estruturado e tem recebido amplo apôio dos universitários e professôres. O Centro realizou em 1959 uma Semana do Índio, com a colaboração de antropólogos, etnólogos e sertanistas. Em setembro, colaborou com o Teatro Escola da Faculdade de Filosofia de Goiás para a apresentação da peça «A Anunciação feita a Maria», de Paul Claudel, que alcançou pleno êxito. O Dia das Nações Unidas foi comemorado pela Comissão, que publicou amplo noticiário sôbre a data nos melhores jornais de Goiânia.

Comissão Paranaense do IBECC — Promoveu essa Comissão, juntamente com o Departamento de Antropologia da Universidade do Paraná, na Faculdade de Filosofia, em comemoração do «Dia das Nações Unidas», uma exposição de livros e publicações da UNESCO, procurando combater idéias discriminatórias nos setores das atividades humanas. Todo o material exposto foi enviado pela UNESCO e pelo IBECC, obtendo a mostra um grande êxito. A cerimônia da inauguração foi presidida pelo Reitor da Universidade, Professor Flávio Suplicy de Lacerda.

ORIENTE-OCIDENTE

Realização de um Simpósio em São Paulo — O IBECC, no intuito de estabelecer planos gerais para a execução no Brasil do Projeto Maior Oriente-Ocidente, promoveu em São Paulo, sob a presidência do Senhor Paulo Menezes Mendes da Rocha, Presidente da Seção Paulista do IBECC, um Simpósio sôbre o Projeto Maior Oriente-Ocidente, que se realizou em abril de 1959.

O IBECC se fez representar pelos Professores Renato Almeida e Dante Costa.

Estiveram presentes ao Simpósio vários Professores, entre êles o Senhor Anatol Rosenfeld, que tratou do intercâmbio cultural entre o Brasil e Israel; o Senhor Egon Schaden, que falou sôbre as relações culturais entre o Brasil

e o Japão; o Senhor Azis Macib Ab'Sábel, que estudou o comportamento dos grupos sírio-libaneses estabelecidos no Brasil; o Senhor Lourival Gomes Machado, que examinou o contacto cultural com o oriente por intermédio de manifestações artísticas promovidas pelo Brasil; o Senhor Dante Moreira Leite, incumbido de falar sôbre «A educação como fator de aproximação entre o Brasil e o Oriente», e o Senhor Florestan Fernandes, que tratou do intercâmbio cultural do ocidente com o oriente.

CRIAÇÃO NO BRASIL DA COMISSÃO ENCARREGADA DO PROJETO MAIOR SÔBRE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA

O Ministro da Educação e Cultura designou os componentes da Comissão que estudará o plano para a execução do Projeto Maior da UNESCO sôbre educação primária, que compreende a formação de professores e especialistas em educação.

A Comissão ficou integrada pelo Professor Themistocles Cavalcanti, Presidente do IBECC; Ministro J. O. de Meira Penna, então Chefe da Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores Professor Anísio Teixeira, diretor do INEP, e Fernando de Azevedo, diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do INEP.

ANTROPOLOGIA

(*VI Reunião*)

Promovida pela Associação Brasileira de Antropologia, entidade que reune os especialistas dêsse campo científico no país, a VI Reunião Brasileira de Antropologia realizou-se em Curitiba, Paraná, de 15 a 18 de julho, sob o patrocínio do IBECC e a colaboração da Universidade do Paraná, do Govêrno Estadual e da Prefeitura de Curitiba. Foi possível

no decorrer da Reunião o desenvolvimento de um programa científico altamente qualificado, completado pela realização de atividades sociais que contribuiram para maior aproximação entre os especialistas ali reunidos.

O ANO FOLCLÓRICO

O grande acontecimento do ano folclórico de 1959 foi a reunião do IV Congresso Brasileiro de Folclore, convocado pelo IBECC com a cooperação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, e reunido de 19 a 26 de julho em Pôrto Alegre, organizado pela Comissão de Folclore do Rio Grande do Sul e presidido pelo Professor Dante de Laytano. Pelas resoluções aprovadas, importância dos debates, festivais e demonstrações de folclore apresentadas, êsse certame foi um dos mais fecundos entre os promovidos por iniciativa da Comissão Nacional de Folclore.

A mencionada Comissão, em perfeito entendimento com suas entidades estaduais, prosseguiu em suas tarefas, tendo aparecido números de «Folclore», do Espírito Santo, e do «Boletim Alagoano de Folclore». A Comissão do Paraná organizou o festival de Bragança, com o maior êxito, e a de Alagoas as festas de Natal. Foram tomadas providências junto aos Governadores estaduais no sentido de amparar e incentivar os festejos folclóricos do período de Natal até Reis.

O Professor Renato Almeida, Secretário Geral da Comissão Nacional de Folclore, a convite da Universidade de Concepción (Chile), realizou, na Escola de Verão, um curso de teoria do folclore e folclore brasileiro, tendo levado igualmente uma Exposição Folclórica Brasileira, que ofereceu àquela Universidade, com o auxílio da Campanha de Defesa do Folclore e da Comissão Nacional de Folclore do IBECC.

COMISSÃO DE TEATRO

Ao regressar de Santiago do Chile, onde presidiu a 1ª Conferência Latino-Americana de Teatro, o Senhor Jean Darcante, Secretário Geral do Instituto Internacional de Teatro, passou alguns dias no Rio de Janeiro, tendo sido recebido pelos Ministros das Relações Exteriores e da Educação.

O Senhor Jean Darcante assistiu a várias peças teatrais, então em exibição, visitou o Museu de Arte Moderna, foi recebido pela Sociedade Brasileira de Autores Teatrais homenageado pelo Presidente do IBECC com um almôço na «Maison de France». O escritor Guilherme Figueiredo, Presidente do G.I.T. do Brasil, ofereceu-lhe uma recepção em sua residência, a que compareceram figuras representativas do meio teatral.

II CONCURSO «CIENTISTAS DE AMANHÃ»

Em 19 de novembro, em solenidade realizada no auditório do Ministério da Educação, foi lançado pelo IBECC, Seção de São Paulo, o II Concurso «Cientistas de Amanhã», que visa descobrir jovens com pendores para a ciência e ampará-los na sua formação, para que constituam a elite científica e técnica do país.

PUBLICAÇÕES DA UNESCO

Em colaboração com o Conselho Nacional de Pesquisas foi traduzido e impresso o livro «Energia Nuclear e suas utilizações pacíficas», de Gerald Wendt, livro publicado pela UNESCO, que incumbiu o IBECC de traduzir mais dois livros, de interêsse imediato para a divulgação cultural.